

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
EM PROL DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL?**

MARINA LOBO GIBSON

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

**O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
EM PROL DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL?**

MARINA LOBO GIBSON

Sob a Orientação da Professora
Fabrina Pontes Furtado

Dissertação submetida como requisito
para obtenção do grau de **Mestre em**
Ciências Sociais, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G449a Gibson, Marina Lobo, 1995-
O Agronegócio Brasileiro: em Prol da (In)Segurança
Alimentar Mundial? / Marina Lobo Gibson. - Rio de
Janeiro, 2024.
127 f.

Orientador: Fabrina Pontes Furtado.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2024.

1. Agronegócio. 2. Segurança Alimentar. 3. Discurso.
4. ABAG. I. Furtado, Fabrina Pontes, 1977-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 – e da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – N° do processo E-26/201.493/2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARINA LOBO GIBSON

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 06/03/2024.

Prof.^a Dr.^a FABRINA PONTES FURTADO (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dr. RENATO SERGIO JAMIL MALUF (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a RAQUEL GRIFFONI PINTO (UFF)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 11681/2024 - CPDA (12.28.01.00.00.00.80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 20:26)
FABRINA PONTES FURTADO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###251#2

(Assinado digitalmente em 24/07/2024 14:23)
RENATO SERGIO JAMIL MALUF
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ###70#4

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 21:45)
RAQUEL GIFFONI PINTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.697-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: 11681, ano: 2024, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 23/07/2024 e o código de verificação: b647eb6301

À minha mãe, por tudo, sempre.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de começar agradecendo outra pessoa que não minha mãe, Tiza, por todo apoio e incentivo, em qualquer circunstância e independentemente de qualquer coisa. Se cheguei até aqui, é por sua causa. Meu maior exemplo, tenho orgulho imenso de ser sua filha. Tudo que sou devo a você.

Aos meus irmãos, Felipe e Marcelo, agradeço por estarem sempre ao meu lado. Agradeço também à minha cunhada querida, Juliana. Ao Ziú, que mesmo não estando mais aqui, está sempre comigo.

À minha orientadora Fabrina Furtado, obrigada pelo acolhimento, generosidade, carinho e atenção em todos os momentos. Por todos os ensinamentos e aprendizados, pelas disciplinas, pelas trocas e por me mostrar o que significa ser uma pesquisadora. Que prazer imenso ser orientada por você!

Agradeço aos membros da minha banca de defesa, e que também estiveram na minha qualificação, o professor Renato Maluf e a professora Raquel Giffoni. Obrigada por aceitarem o convite e por compartilharem comigo seus comentários e conhecimentos. Ao professor Renato, agradeço também pelas trocas em sala de aula e no CERESAN.

Agradeço a todos os professores e todas as professoras que tive o prazer de cruzar caminhos no CPDA. Um agradecimento especial ao professor Jorge Romano, pelas disciplinas e pelas trocas no Grupo de Pesquisa DISCURSO, e à professora Karina Kato, cujas contribuições na disciplina de Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais foram essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço também a todos e todas funcionários, funcionárias, servidores e servidoras do CPDA.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que permitiu a realização deste trabalho.

Às colegas e aos colegas de mestrado que viraram amigos tão queridos, Caroline, Claudivam, Diego, Marcelo, Priscilla e Thalita, obrigada pela amizade e parceria. Esse mestrado não seria o mesmo se não fosse por vocês, que tornaram essa caminhada mais leve e divertida. Obrigada por tanto!

Aos meus amigos de vida, agradeço por estarem sempre ao meu lado, pela amizade e pelo afeto de uma vida inteira. Um agradecimento especial às minhas irmãs do coração, Rosa e Julia, por tudo, vocês sabem.

Gostaria de agradecer também à equipe médica que cuida de mim e da minha visão com tanta atenção: Dr. Evandro, Dra. Julieta, Dra. Adriana, Alessandra e Luana. Obrigada pelo cuidado e por me passarem segurança durante um tratamento penoso e por vezes assustador. Mesmo que indiretamente, vocês fizeram parte de todo esse processo.

Ao Mateus, meu amor, meu melhor amigo, meu parceiro de vida. Obrigada pelo carinho, pela parceria, pelos incentivos, leituras, conversas. Por me ensinar tanto, por estar sempre ao meu lado. Dividir a vida e os percursos dela com você é bom demais.

Por fim, um agradecimento mais que especial ao meu gato Simba, meu grande companheiro, o único que esteve *literalmente* ao meu lado durante toda a escrita dessa dissertação.

RESUMO

Nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no mundo, observou-se um aumento da fome e da insegurança alimentar, que se agravaram especialmente com a pandemia de Covid-19, em 2020, e, no caso de países como o Brasil, com as desregulamentações de governos de direita. Em meio a esse cenário, o agronegócio brasileiro, que continua acumulando recordes de exportação e faturamento, se coloca como o responsável por “alimentar o mundo” e por garantir a “segurança alimentar global”, em um discurso que em muito se assemelha com a construção internacional do conceito e os debates em torno da necessidade de desenvolvimento dos países, associando a segurança alimentar com o crescimento econômico e o comércio agrícola mundial. Frente a essa contradição, entre um agronegócio com recordes sucessivos de exportação e faturamento e níveis cada vez menores de segurança alimentar no Brasil, o presente trabalho tem por objetivo analisar como o agronegócio brasileiro constrói sua narrativa alimentar, pautada no conceito de segurança alimentar global, como forma de legitimar sua atuação política e reforçar sua importância para o país. Os objetivos específicos são: analisar a construção do conceito a nível internacional, a partir de sua associação com o debate sobre desenvolvimento, e sua inserção nacional; compreender o contexto e as formas através das quais a segurança alimentar foi mobilizada pelo agronegócio brasileiro quando do início da conformação deste setor; e analisar como a segurança alimentar é utilizada atualmente pelo agronegócio, a partir de seu agenciamento pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Para cumprir com tais objetivos, foi realizada primeiramente uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de agronegócio e segurança alimentar. Em seguida, como estudo de caso, selecionou-se a ABAG. Criada em 1993, a ABAG foi a primeira associação intersetorial do agronegócio no país, sendo responsável por iniciar a construção de uma retórica de legitimação para o setor. Nesse momento, a segurança alimentar passou a ser mobilizada, vide o lançamento, também em 1993, do livro “Segurança Alimentar: Uma Abordagem de *Agribusiness*”, o qual elencava a segurança alimentar como a principal responsabilidade social do agronegócio. O foco da análise empreendida foi a mobilização da segurança alimentar no Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), evento criado em 2002 e promovido anualmente pela ABAG, entendido como um espaço de consolidação e divulgação do discurso do setor. Analisou-se a íntegra da 21ª edição do CBA, disponível no canal de Youtube da associação. Realizado em 2022, o evento ocorreu em um contexto de aumento da insegurança alimentar no Brasil e no mundo e em ano de eleições significativas para o país, nas quais o debate sobre a fome esteve em evidência. Foram realizadas também entrevistas com o presidente da ABAG e duas integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Os resultados da análise concluem que o agronegócio brasileiro mobiliza a segurança alimentar em uma perspectiva global como forma de legitimar e angariar apoio político a seus pleitos. Focando na dimensão da produção para a garantia da segurança alimentar, o setor reforça a necessidade de aumento da produção agrícola brasileira para alimentar uma crescente população mundial, destacando a importância do comércio e das exportações brasileiras. Em um contexto de críticas ao aumento do desmatamento no Brasil no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e de restrições às exportações do país por parte principalmente da União Europeia, o setor mobiliza a segurança alimentar para justificar a necessidade de se abrirem novos mercados ao agronegócio brasileiro e a importância do setor para garantia do bem-estar mundial. O debate sobre acesso à alimentação, ainda que seja reconhecido, é desvinculado do setor, sendo definido como uma responsabilidade dos governos, através de políticas públicas de geração de renda e emprego. O agronegócio reconhece, portanto, o problema da insegurança alimentar, mas a mobiliza de forma a elencar o setor como responsável por sua solução, desassociando-se de suas causas.

Palavras-chave: agronegócio; segurança alimentar; discurso; ABAG

ABSTRACT

In recent years, both in Brazil and around the world, there has been an increase in hunger and food insecurity, which has been particularly aggravated by the Covid-19 pandemic in 2020 and, in the case of countries like Brazil, by the deregulations of right-wing governments. Amid this scenario, Brazilian agribusiness, which continues to accumulate export and revenue records, places itself in charge of “feeding the world” and guaranteeing “global food security”, in a discourse that resembles the international construction of the concept and the debates around the need for countries to develop, associating food security with economic growth and global agricultural trade. Faced with this contradiction, between an agribusiness with successive export and revenue records and ever-decreasing levels of food security in Brazil, the aim of this research is to analyze how Brazilian agribusiness constructs its food narrative, based on the concept of global food security, as a way of legitimizing its political actions and reinforcing its importance to the country. The specific objectives are: to analyze the construction of the concept at the international level, based on its association with the debate on development, and its national insertion; to understand the context and the ways in which food security was mobilized by Brazilian agribusiness when the sector was first established; and to analyze how food security is currently mobilized by agribusiness, based on its use by the Brazilian Agribusiness Association (ABAG). To achieve these objectives, it was first carried out a literature review on the concepts of agribusiness and food security. Then, as a case study, ABAG was selected. Created in 1993, ABAG was the first intersectoral agribusiness association in the country and was responsible for beginning to build a rhetoric of legitimacy for the sector. At this time, food security began to be mobilized, with the launch, also in 1993, of the book "Food Security: an agribusiness approach", which listed food security as the main social responsibility of agribusiness. The focus of the analysis undertaken was the mobilization of food security at the Brazilian Agribusiness Congress (CBA), an event created in 2002 and promoted annually by ABAG, understood as a space for consolidating and disseminating the sector's discourse. We analyzed the full content of the 21st edition of the CBA, available on ABAG's YouTube channel. Held in 2022, the event took place in a context of increasing food insecurity in Brazil and around the world and in a year of significant elections for the country, in which the debate on hunger was in the spotlight. Interviews were also conducted with the president of ABAG and two members of the Peasant Women's Movement (MMC). The results of the analysis conclude that Brazilian agribusiness mobilizes food security from a global perspective as a way of legitimizing and garnering political support for its demands. Focusing on the dimension of production to guarantee food security, the sector reinforces the need to increase Brazilian agricultural production to feed a growing world population, highlighting the importance of Brazilian trade and exports. In a context of criticism over the increase in deforestation in Brazil under the government of Jair Bolsonaro (2019-2022) and restrictions on the country's exports, mainly by the European Union, the sector mobilizes food security to justify the need to open new markets for Brazilian agribusiness and the importance of the sector in guaranteeing global well-being. The debate on access to food, although recognized, is disconnected from the sector, being listed as a responsibility of governments, through public policies to generate income and employment. Agribusiness therefore recognizes the problem of food insecurity but mobilizes it in such a way as to list the sector as responsible for its solution, disassociating itself from its causes.

Key-words: agribusiness; food security; discourse; ABAG

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Propaganda relacionada à alimentação no 18º CBA (2019).....	77
Figura 2 – Propagandas relacionadas à alimentação no 19º CBA (2020).....	78
Figura 3 – Propagandas relacionadas à alimentação no 20º CBA (2021).....	78
Figura 4 – Propagandas relacionadas à alimentação no 21º CBA (2022).....	79
Figura 5 – Propagandas relacionadas à alimentação no 22º CBA (2023).....	80
Figura 6 – Primeiro slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA.....	83
Figura 7 – Segundo slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA.....	84
Figura 8 – Terceiro slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA.....	85
Figura 9 – Sexto slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA.....	86
Tabela 1 – Empresas associadas à ABAG em 2023.....	67
Tabela 2 – Formas de atuação da ABAG.....	72
Tabela 3 – Edições do Congresso Brasileiro do Agronegócio (2002-2023).....	75
Tabela 4 – Menções à “Segurança Alimentar” nos Anais CBA (2010-2014; 2016-2023)....	76

LISTA DE ABREVIACÕES

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AoA – Acordo sobre Agricultura
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CBA – Congresso Brasileiro do Agronegócio
CFS – Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNSA – Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSELHO DO AGRO – Conselho das Entidades do Setor Agropecuário
COSAG – Conselho Superior do Agronegócio
CTC – Centro de Tecnologia Canavieira
DHA – Direito Humano à Alimentação
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo
EUA – Estados Unidos da América
FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIAGRO – Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNA – Fórum Nacional da Agricultura
FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IA – Insegurança Alimentar
IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAD – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPA – Instituto Pensar Agropecuária
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC – Conferência Ministerial
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MSC – Mecanismo da Sociedade Civil
MSP – Mecanismo do Setor Privado
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PT – Partido dos Trabalhadores
Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SA – Segurança Alimentar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UDOP – União dos Produtores de Bioenergia
UDR – União Democrática Ruralista
UNCTAD – Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 SEGURANÇA ALIMENTAR: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO.....	25
1.1 A segurança alimentar e o “negócio do desenvolvimento”.....	27
1.2 A trajetória da segurança alimentar no Brasil.....	37
2 “FAZER AS MENTES E OS CORAÇÕES”: CONFORMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	45
2.1 A “modernização conservadora” da agricultura e a conformação do agronegócio brasileiro	46
2.2 A criação da ABAG e a incorporação da segurança alimentar.....	50
3 “O BRASIL É A RESPOSTA AO MUNDO”: A ABAG E A ATUALIZAÇÃO DA NARRATIVA ALIMENTAR.....	66
3.1 ABAG: um “porta-voz autorizado” do agronegócio brasileiro.....	69
3.2 O Congresso Brasileiro do Agronegócio e a segurança alimentar.....	73
3.3 O 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio: novas roupagens para velhas narrativas.....	80
CONCLUSÕES.....	111
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

Em 2021, dois pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) publicaram um estudo intitulado “O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas” (Contini; Aragão, 2021). A metodologia adotada pelos autores consiste, basicamente, em uma regra de três: estabelecem o percentual da produção brasileira de grãos em relação à produção mundial, e aplicam este percentual à população mundial. O cálculo resultaria na quantidade de pessoas que o Brasil alimenta no mundo. Os autores concluem que o Brasil, através de seu agronegócio, alimenta adequadamente toda a sua população de mais de 212 milhões de habitantes, além de cerca de outras 560 milhões de pessoas no mundo. Alguns anos antes, a atual senadora Tereza Cristina também já havia indicado o papel do agronegócio brasileiro em alimentar a população. Em seu discurso de posse da presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) em 2018, a senadora afirmou que mais do que a Frente da Agropecuária, eles seriam a “Frente do Abastecimento e da Segurança Alimentar” (Agência FPA, 2018, s/n).

Também em 2021, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), uma rede de pesquisa independente e autônoma com foco na segurança alimentar e nutricional (SAN), divulgou os resultados do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia (I VigiSAN). Os dados apontavam que 116 milhões de brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar, dos quais 19 milhões enfrentavam a fome (Rede PENSSAN, 2021). Esse cenário se aprofundou no ano seguinte, com dados do II VigiSAN indicando que, entre novembro de 2021 e abril de 2022, mais de 125 milhões de brasileiros estavam em insegurança alimentar, com 33 milhões convivendo com a fome (Rede PENSSAN, 2022). Como é possível afirmar, então, que o Brasil alimenta adequadamente toda a sua população?

Paralelamente ao aumento da insegurança alimentar no país, o agronegócio brasileiro prosperou nos anos recentes, apresentando recordes de exportação e faturamento (CEPEA, 2021, 2022, 2023; MAPA, 2022). Em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, foi o único setor da economia que apresentou crescimento (Purchio, 2020; Salati, 2021). Dado esse contexto, a motivação para a realização dessa pesquisa foi justamente a inquietação frente a tal contradição, entre níveis cada vez menores de segurança alimentar no país associados aos recordes de um agronegócio que, supostamente, seria responsável por “alimentar o mundo”.

A associação entre o agronegócio brasileiro e a segurança alimentar está presente desde a conformação do setor enquanto tal. Em 1993, foi criada a primeira entidade representativa do

agronegócio no país, a Associação Brasileira de *Agribusiness*, atualmente Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). No mesmo ano, a ABAG lançou o livro “Segurança Alimentar: Uma Abordagem de *Agribusiness*”, no qual definia a segurança alimentar como a principal responsabilidade social do setor. O conceito de *agribusiness*, cunhado em 1955 nos Estados Unidos, havia sido introduzido na esfera pública brasileira em meados dos anos 1980, e buscava aplicar uma visão sistêmica ao setor agrícola. O conceito levava em consideração não somente a produção agropecuária *per se*, mas também as funções conectadas a ela, como o fornecimento de insumos e maquinário e funções como o processamento e armazenamento (ABAG, 1993; Pompeia, 2021).

A ABAG surge tendo o objetivo de constituir-se como a entidade responsável por representar os interesses comuns dos diferentes agentes da cadeia de alimentos e fibras (Bruno, 2022), que conformariam o agronegócio brasileiro. De forma sintética, podemos caracterizar esse grupo pelas atividades da agropecuária e da agroindústria, voltadas à exportação de *commodities*, com um modelo de produção de larga escala, baseado em monoculturas, altamente intensivo em tecnologia e com forte dependência da atuação do Estado (Delgado, 2012; Leite, 2019; Heredia et al., 2010). Complementarmente, este grupo é caracterizado pela ampliação e pelo fortalecimento de seus espaços de representação e a reprodução de uma imagem de classe apoiada na construção de aparatos discursivos de legitimação (Bruno, 2022). A ABAG foi fundamental nessa construção, articulando a segurança alimentar em sua estrutura discursiva.

À época da criação da ABAG, os debates sobre a segurança alimentar haviam se intensificado na esfera pública do país, tendo sido criado também em 1993 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) pelo Governo Itamar Franco. A instalação do CONSEA resultou de movimentações feitas pelo Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1991, que tinha como uma de suas propostas uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Ademais, também em 1993, foi criada a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha por lema “A fome não pode esperar”, e contava com Betinho como uma de suas principais lideranças.

A segurança alimentar estava sendo mobilizada, portanto, por setores da sociedade civil brasileira, o que consolidou um campo que influenciou de forma importante a construção de políticas públicas voltadas ao tema (Maluf; Reis, 2013), e havia sido incorporada na agenda política do governo. Ressalta-se que, no caso brasileiro, o conceito de sociedade civil se popularizou nos anos 1970, em um contexto de resistência contra a Ditadura Militar, tornando-

se, de certa forma, sinônimo dos movimentos que se opunham ao regime ditatorial. Neste trabalho, utilizo o conceito de sociedade civil a partir da perspectiva Gramsciana. Para Gramsci, a sociedade civil é uma “arena privilegiada da luta de classe”, apresentando uma “articulação dialética com a luta pela hegemonia e pela conquista do poder político por parte das classes subalternas” (Coutinho, 2000, s/n). Nesse sentido, não é possível aplicar uma visão maniqueísta entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil não seria o “outro” do Estado, mas sim constitutiva deste, formando uma “unidade na diversidade” (Coutinho, 2000, s/n). Assim, entendo a sociedade civil não como um grupo unificado, mas como um campo heterogêneo, marcado por distintas ideias, por vezes conflitantes entre si (Dagnino, 2010).

Nesse contexto, relacionada com a ideia do que seria a necessidade de desenvolvimento do país, a segurança alimentar era utilizada pela ABAG como forma de legitimar sua atuação na política brasileira, sendo suas propostas políticas ativamente relacionadas ao conceito (Marques, 1996). Destaca-se que as versões sobre segurança alimentar mobilizadas por organizações da sociedade civil, tais como a Ação da Cidadania e a Rede PENSSAN, e pelo agronegócio brasileiro divergem essencialmente entre si, expressando diferentes visões de mundo e resultando em distintas respostas ao problema alimentar, como veremos ao longo desta dissertação.

Uma das diferenças, ainda que não seja a única, se dá, inclusive, pelo uso dos conceitos de segurança alimentar (SA) e segurança alimentar e nutricional (SAN), ambos utilizados nesse trabalho. A diferenciação se dá pelo fato de a segunda nomenclatura ser utilizada principalmente pelo campo que foi construído no país para tratamento da problemática sob influência de organizações da sociedade civil, ao passo que em que o agronegócio utiliza majoritariamente o conceito de segurança alimentar, sem incluir o adjetivo nutricional em sua formulação.

No que diz respeito ao conceito de segurança alimentar mobilizado pelo agronegócio brasileiro, ele é estreitamente relacionado à construção global do termo. Conforme apontam Maluf e Reis (2013), a preocupação com a segurança alimentar remonta aos anos 1930, apesar de seu uso explícito como objetivo de políticas públicas se iniciar a partir da década de 1950. Foi no período pós Segunda Guerra que a segurança alimentar se estabeleceu como referencial para o debate alimentar, em um contexto marcado pela promoção de um projeto de desenvolvimento internacional pautado pelos Estados Unidos da América (EUA) (McMichael, 2003).

Tal projeto foi difundido e consolidado com a criação de agências internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Influenciando a construção de conceitos que pautariam o debate internacional, essas organizações foram responsáveis por estabelecer uma agenda política global. Passaram a ser promovidas políticas em nome do “desenvolvimento” ao redor do mundo, a partir de concepções específicas a respeito de questões como a fome, a pobreza e a desigualdade, o meio ambiente etc., conformando o que Sachs (1991) chamou de “negócio do desenvolvimento”.

A definição da agenda global por parte dessas agências impunha políticas que interessavam aos países do Norte, influenciando a pauta doméstica dos países, especialmente daqueles denominados como “subdesenvolvidos” (Sachs, 1991). Foi responsável, também, por estabelecer o papel central das grandes corporações para a consolidação de tal projeto de desenvolvimento. A segurança alimentar era então entendida como uma questão relacionada principalmente à capacidade de produção de alimentos. Sendo vinculada à pobreza, sua solução estaria no crescimento econômico dos países e, portanto, em seu “desenvolvimento”. Essa concepção, junto à ideia de que o comércio seria fundamental para a garantia da segurança alimentar, ajudou a criar novos mercados para as corporações do agronegócio dos países do Norte, permitindo sua entrada em países “subdesenvolvidos” (Schanbacher, 2010; McMichael, 2005). No início dos anos 1980, o conceito de segurança alimentar foi revisitado para incluir a questão do acesso à alimentação, tirando o foco somente da produção de alimentos. Entretanto, o comércio permanecia sendo elencado como a principal forma de garantir a segurança alimentar dos países.

Com a criação da OMC em 1995 e os acordos comerciais e agrícolas globais, as grandes empresas do agronegócio continuaram a ser beneficiadas, tendo seu crescimento e sua influência sobre os países impulsionados (McMichael, 2003, 2005; Schanbacher, 2010). Destaca-se que essas corporações não apenas foram favorecidas pela agenda política promovida pelas organizações internacionais, como influenciaram ativamente na definição das mesmas, através da atuação de seu *lobby* nos processos de negociação (Canfield et al., 2021; Schanbacher, 2010).

O conceito de segurança alimentar promovido por essas instituições coexiste com outras noções, que surgem em um processo de diálogo e disputa. Em 1996, quando da realização da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, organizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar foi definida como a situação em

que as pessoas têm acesso físico e econômico, a todo momento, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para atender às suas necessidades (FAO, 1996). No mesmo ano, foi realizada no México a II Conferência da Via Campesina, na qual emergiu o conceito de soberania alimentar, com o objetivo de disputar os debates em torno da fome, da desnutrição e da pobreza rural (Burlandy; Maluf, 2011).

Para além da questão do acesso aos alimentos, a soberania alimentar diz respeito a como e quais alimentos são produzidos, questionando os meios de produção de uma agricultura capitalista e de um sistema alimentar cada vez mais globalizado, baseando-se na defesa da soberania dos povos. Fundada em 1993, A Via Campesina é um movimento internacional que articula movimentos sociais e organizações de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, entre outros grupos, na defesa da agricultura camponesa e da soberania alimentar, denunciando o poder das grandes corporações sobre os sistemas alimentares (Via Campesina, 2021). A soberania alimentar surge, então, como uma forma de responder ao conceito hegemônico de segurança alimentar, apontando seus limites e evidenciando diferentes acepções sobre as causas, consequências e soluções para o problema da fome.

No Brasil, conforme mencionado, a segurança alimentar foi mobilizada pela sociedade civil em defesa de um projeto político democrático-participativo para tratamento da problemática da fome (Zimmermann, 2011). A posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 iniciou a construção de uma institucionalidade para o tema, com ampla participação social. A partir desse momento, observou-se uma redução na capacidade dos atores do agronegócio em mobilizar a segurança alimentar no contexto nacional. Nesse período, houve um deslocamento para a construção da ideia do agronegócio como garantidor da segurança alimentar global, que seria alcançada a partir de uma ampliação do comércio internacional (Pompeia; Schneider, 2022).

Não obstante, nos últimos dois governos, antes da volta do Presidente Lula ao poder em 2023, o Brasil foi marcado por um cenário caracterizado pelo desmonte acelerado da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional. Arelada aos estudos sobre mudanças de políticas, a ideia de desmonte diz respeito ao enfraquecimento, à desativação ou à extinção de instrumentos de políticas (Grisa et al., 2022), estando frequentemente associada a um projeto de implementação de medidas de austeridade. Este processo, que ganhou uma nova lógica com o governo de Michel Temer (2016-2018) e se intensificou no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), incluiu medidas como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, e a

descontinuidade na realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSANs) (Delgado; Zimmermann, 2022). Ainda, observou-se o desmantelamento de políticas públicas voltadas à promoção da SAN e de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Cisternas (Grisa et al., 2022; Alves, 2022). A volta de Lula à presidência em 2023 começou a reverter esse processo, com o problema da fome sendo posto novamente no centro da agenda de governo, e espaços como o CONSEA e as CNSANs sendo retomados.

Complementarmente, e estreitamente relacionado ao aspecto anterior, observa-se no país um aumento acelerado da insegurança alimentar e da fome (Rede PENSSAN, 2022; Galindo et al., 2021), como já mencionado. De acordo com a Rede PENSSAN (2022), uma pessoa encontra-se em situação de insegurança alimentar (IA) quando ela não possui acesso regular e permanente a alimentos. A IA pode ser classificada em três níveis, de acordo com a sua severidade: (1) IA leve, quando há incerteza quanto ao acesso a alimentação no futuro próximo, ou quando a sua qualidade já está comprometida; (2) IA moderada, quando há quantidade insuficiente de alimentos; e (3) IA grave, quando a pessoa não tem acesso a alimentos e passa por situações de fome.

Após o país alcançar o seu maior percentual de segurança alimentar em 2013, com 77% da população em situação de segurança alimentar, este montante começou a retroceder em 2018. Neste ano, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) indicavam que o percentual havia caído para 63,3%, montante menor do que o observado em 2004, período em que a institucionalidade para o tratamento do tema da SAN havia começado a ser construída no país. Nos últimos três anos, os dados foram coletados pela Rede PENSSAN, indicando uma queda contínua e acentuada nos níveis de SA: 44,8% da população em 2020 e 41,3% entre o final de 2021 e o início de 2022. Ainda mais alarmante, a IA grave aumentou de 6,1% em 2013, para 15,5% em 2021/2022. Os dados de 2013 são referentes à pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013-2014, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os de 2018 são referentes à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, do mesmo instituto; e os dados de 2020, 2021 e 2022 foram disponibilizados pelos inquéritos realizados pela Rede PENSSAN, ao final de 2020 e entre o final de 2021 e o início de 2022, que resultaram no I e II VigiSAN (Rede PENSSAN, 2022).

Galindo et al. (2021) também buscaram avaliar a situação de insegurança alimentar no país no contexto da pandemia de Covid-19. Analisando o período de agosto a dezembro de

2020, os dados da pesquisa indicavam que 59% dos entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante o período de análise. Adicionalmente, constatou-se uma redução de mais de 85% no consumo de alimentos saudáveis em domicílios com insegurança alimentar, referindo-se a alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Diante deste cenário de aumento da fome e desmonte das políticas públicas de segurança alimentar, o agronegócio brasileiro continuou com recordes de exportação e faturamento. Nesse sentido, em 2018-2019 o Brasil passou a integrar o bloco de países dependentes de *commodities*, de acordo com a Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o que ocorre quando pelo menos 60% de sua receita com exportações é constituída de *commodities* (Flexor et al., 2022). A alta dos preços agrícolas internacionais a partir da segunda metade de 2020, incentivou ainda mais a tendência exportadora do agronegócio brasileiro.

Complementarmente, ao lado de outros processos de desmonte, como da legislação ambiental e de direitos humanos, e do sucateamento de órgãos de fiscalização e implementação de direitos, em 2020 e 2021 foram sancionadas duas leis que intensificam o papel do mercado financeiro na agricultura. São essas a Lei do Agro (Lei 13.986/2020), que objetiva ampliar a emissão dos chamados “títulos do agronegócio” em moeda estrangeira, e o Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGRO) (Lei 14.130/2021), criado com vistas a aumentar a liquidez dos imóveis rurais, tendo sido formulado exclusivamente para o mercado de capitais, aprofundando a especulação financeira no setor agropecuário (Santos et al., 2022).

Dado o panorama apresentado, essa dissertação tem como objetivo geral compreender como o agronegócio brasileiro constrói e fortalece a sua narrativa alimentar, pautada no conceito de segurança alimentar global, como forma de legitimar sua atuação política e disputar o acesso a recursos públicos. Os objetivos específicos são: (1) analisar a construção do conceito de segurança alimentar a nível internacional, a partir de sua associação com o debate sobre desenvolvimento, e sua inserção nacional; (2) compreender o contexto e as formas através das quais a segurança alimentar foi mobilizada pelo agronegócio brasileiro quando do início da conformação deste setor, com a criação da ABAG em 1993; e (3) analisar como a segurança alimentar é utilizada atualmente pelo agronegócio, a partir de seu agenciamento no Congresso Brasileiro do Agronegócio da ABAG. Pretendo dessa forma compreender como o setor, a partir da ABAG, atualiza sua narrativa em torno da segurança alimentar.

Os marcos teóricos-epistemológicos que guiam a presente pesquisa são a abordagem da análise do discurso (Laclau; Mouffe, 2001) e a perspectiva da apropriação da crítica e dos regimes de justificação (Boltanski; Chiapello, 2009). O trabalho de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2001) servirá como base teórica para a compreensão de como as práticas hegemônicas objetivam fixar parcialmente significados sociais, a partir da articulação de elementos em estruturas discursivas, os quais são subvertidos pela existência de antagonismos. Pretendo analisar, assim, como a segurança alimentar surge como um dos articuladores na estrutura discursiva do agronegócio brasileiro, associado a outros como os dados macroeconômicos, a geração de empregos e a sustentabilidade, a fim de construir e consolidar sua hegemonia político-econômica.

Complementarmente, trabalho com a perspectiva de apropriação da crítica e da construção de regimes de justificação para a análise da mobilização da segurança alimentar pelo agronegócio brasileiro. Boltanski e Chiapello (2009) apontam que é o espírito do capitalismo, baseado em um processo de assimilação da crítica anticapitalista, o responsável por justificar e sustentar o regime capitalista. Para tal, deve se basear em argumentos robustos o suficiente para serem aceitos e incorporados por um número significativo de pessoas. Essa justificação se dá através da mobilização de diversos dispositivos e da incorporação de conceitos que buscam neutralizar a crítica e as resistências, a partir do que os autores chamam de deslocamentos.

Ainda em torno da metodologia dessa pesquisa, realizei uma revisão bibliográfica em torno das categorias de segurança alimentar e agronegócio. Outros conceitos, que dialogam com estes, também foram trabalhados, como soberania alimentar, concertação política do agronegócio, economia do agronegócio, hegemonia, poder simbólico, habitar colonial, entre outros, a fim de complementar a análise realizada.

Realizei também uma pesquisa documental, na medida em que utilizo fontes e materiais disponibilizados pela ABAG, escolhida como estudo de caso. A escolha do estudo de caso se deu por este método permitir uma investigação mais profunda e detalhada acerca de um objeto específico, a partir do qual é possível refletir sobre o todo, no caso, o agronegócio brasileiro (Gil, 2008). Como já pontuado, a ABAG foi a primeira associação multisetorial do agronegócio brasileiro, tendo desde sua criação o objetivo de incidir na política brasileira e a construção da legitimação do agronegócio perante o Estado e a opinião pública (Bruno, 2022). Foi a ABAG que trouxe para a retórica de legitimação do agronegócio a segurança alimentar, afirmando que a sua garantia dependeria do fortalecimento do setor.

Utilizei os Anais dos Congressos Brasileiros do Agronegócio, evento realizado desde 2002 pela ABAG e entendido aqui como um espaço de definição e divulgação do discurso do setor, contando com a participação de representantes diversos tanto do agronegócio brasileiro, quanto do governo, de empresas e da academia. Utilizei também o vídeo com a íntegra do 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio, ocorrido em 2022 e disponível no canal de Youtube da ABAG, que será o foco da análise deste trabalho.

A escolha dessa edição do congresso se deu por três motivos principais. Em primeiro lugar, interessa analisar como a ABAG e o setor têm agenciado a segurança alimentar em anos recentes, devido ao contexto político-econômico do país, marcado por um aumento da insegurança alimentar e pelo desmonte da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar, conforme explicitado anteriormente. Em segundo, pelo fato de o 21º CBA ter sido realizado em 2022, ano de eleições marcadas pela disputa entre o então presidente Jair Bolsonaro, concorrendo à sua reeleição, e pelo então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cujos governos foram responsáveis pela institucionalização do tema da SAN no país e que tinha em seu discurso a fome como ponto central. Em terceiro, pelo fato de o 21º CBA ter sido a edição do evento em que o termo “segurança alimentar” aparece mais vezes nos Anais do congresso.

Finalmente, realizei entrevistas com o presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, e com duas integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Paraná, como forma de complementar a análise empreendida nesta pesquisa. O Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento de mulheres no campo e que faz parte da Via Campesina. Criado oficialmente em 2004, o MMC é resultado da articulação de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais espalhados pelo Brasil que existem desde a década de 1980. As entrevistas com o MMC tiveram por objetivo obter uma visão dos movimentos sociais sobre a questão alimentar e sobre a associação entre agronegócio e a segurança alimentar. Ainda que não seja o foco deste trabalho, trazer a perspectiva dos movimentos sociais é importante na medida em que se entende que os conceitos surgem da relação entre grupos com perspectivas e interesses distintos e, por vezes, antagônicos. Nesse sentido, tem-se que a narrativa alimentar do agronegócio é construída em interlocução com aquela dos movimentos sociais. Todas as entrevistas foram realizadas de forma remota, visto que os entrevistados estavam ou em São Paulo ou no Paraná.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: seguindo esta Introdução, o Capítulo 1 traz uma breve revisão a respeito do conceito de segurança alimentar, identificando como e

quando esse conceito surge, em que contexto histórico e político-econômico e suas diferentes definições ao longo do tempo. O foco deste capítulo é a análise da relação entre o conceito de segurança alimentar e a construção do que Sachs (2001) chama de “negócio do desenvolvimento”. Analiso como a segurança alimentar é conformada a partir de sua associação com a necessidade de “desenvolvimento” dos países, de forma que as suas soluções estivessem de acordo com o projeto de desenvolvimento global, construído por organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial. Essa construção se deu com forte influência das corporações do agronegócio, principalmente dos países do Norte, e a forma que o agronegócio brasileiro constrói sua narrativa alimentar está relacionada com a construção à nível internacional. Ou seja, com a forma com que questões como a fome e a alimentação são concebidas globalmente, a partir da associação entre segurança alimentar, crescimento econômico e comércio agrícola, e o papel atribuído a um setor como o agronegócio.

O Capítulo 2 tem por foco a análise da conformação do agronegócio no Brasil e a mobilização da segurança alimentar pelo setor. O ponto de partida será o processo de “modernização conservadora” da agricultura no período da Ditadura Militar, que mudou não somente a base técnica da agricultura e as relações no campo, mas também as relações entre o Estado e os proprietários rurais (Palmeira, 1989; Delgado, 2012). O ponto central do capítulo será a análise da criação da ABAG em 1993 e da mobilização feita pela associação do conceito de segurança alimentar. Procuro entender o contexto político de seu surgimento, seus interlocutores e os conteúdos que a ABAG imputa à segurança alimentar. Também será examinada a construção de um aparato discursivo de legitimação para o agronegócio brasileiro, que se intensificou a partir da segunda metade dos anos 2000 (Pompeia, 2020a) e as recentes aproximações feitas entre o setor e a segurança alimentar.

Finalmente, o Capítulo 3 será dedicado a análise da narrativa alimentar da ABAG, com atenção à mobilização do conceito de segurança alimentar pela entidade. Como já pontuado, o foco do capítulo será a realização do Congresso Brasileiro do Agronegócio, promovido anualmente pela entidade, em especial a sua 21ª edição, realizada em agosto de 2022. Termina com as conclusões desta pesquisa.

1. SEGURANÇA ALIMENTAR: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Seu simples contrário poderia ser *não desenvolvido*, mas a mudança significativa veio após 1945, com a nova e influente palavra *subdesenvolvido*. Esta se vincula a duas ideias: (i) a de terras em que “recursos naturais” se **desenvolveram** ou foram explorados de modo insuficiente [...]; (ii) a de economias e sociedades destinadas a atravessar “etapas de *desenvolvimento*” previsíveis, de acordo com um modelo conhecido. [...] Cada um dos sentidos de *subdesenvolvido* se associou a uma concepção de sociedades pobres, coloniais ou ex-colônias como lugares nas quais ideias já estabelecidas de **desenvolvimento** deveriam ser aplicadas. [...]

É claro que, nesse emaranhado verbal, uma ideia muitas vezes generosa de “ajuda aos países em **desenvolvimento**” se confunde com práticas totalmente egoístas de supressão da identidade alheia, em virtude de sua definição como *subdesenvolvidos* ou menos *desenvolvidos*, e de processos impostos de **desenvolvimento** para um mercado mundial controlado por outros (Williams, 2007, p. 134 e 135, grifos do autor).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, observou-se uma reconfiguração da geopolítica e da economia mundial, com os Estados Unidos da América (EUA) emergindo como potência internacional. Foi a partir da necessidade de reconstrução dos países europeus afetados pela guerra, da conformação da Guerra Fria e do fim das colônias que o paradigma do desenvolvimento se universaliza, como parte da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e em contraposição ao projeto socialista da União Soviética (Prado, 2015). Com o intuito de fornecer uma governança para a nova ordem global que se formava sob a hegemonia estadunidense, firmou-se em 1944 o acordo de Bretton Woods, o qual criou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e estabeleceu-se, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de alcançar a cooperação internacional a fim de manter a paz e a segurança mundial (ONU, 1945).

Essas instituições teriam influência na implementação de agendas políticas a nível global, na conformação do que Wolfgang Sachs (1991, p. 3) chama de “negócio do desenvolvimento”. O desenvolvimento econômico tornou-se o principal objetivo dos Estados, a partir do aumento da produção, transformando o mundo em uma “arena econômica”. Fazia-se necessário transformar as sociedades para atingir tal objetivo, o que seria alcançado através da criação de agências internacionais “[...] para tratar de todos os aspectos da vida – para contar, organizar, intervir sem pensar e sacrificar, tudo em nome do ‘desenvolvimento’” (Sachs, 1991, p. 3). Com essas agências servindo como propulsoras do desenvolvimento, deu-se permissão para que tais intervenções fossem realizadas livremente.

É em meio a essas mudanças que o presidente dos Estados Unidos Harry Truman proclamou, em seu discurso inaugural frente ao Congresso em 1949, que os Estados Unidos deveriam “[...] embarcar em um ousado novo programa para tornar os benefícios de nossos

avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas”, e que “mais da metade das pessoas do mundo está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. [...]” (Truman, 1949, s/n, tradução própria). A partir de então, o mundo passou a ser dividido em áreas “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, uma separação que supunha um trajeto linear e progressivo de desenvolvimento dos países, classificados de acordo com sua posição em relação às nações industriais do Ocidente, as quais se tornaram o ideal universal a ser atingido (McMichael, 2000).

Sachs (1991) aponta que, entendido dessa forma, o desenvolvimento significava simplesmente replicar o modelo estadunidense no restante do mundo. Apagando a diversidade das sociedades, estas passaram a ser em si os objetos do desenvolvimento, em um projeto que associava um propósito de “civilização” de sociedades tidas como “inferiores” ao progresso econômico dos países. Esta conexão confere o que Philip McMichael (2000, p. 25) chama de “projeto do desenvolvimento”, o qual impõe uma visão essencialmente econômica sobre a vida social. Em meio a mudanças no contexto político global, o desenvolvimento surge como uma nova forma de dominação, uma nova configuração para a divisão internacional do trabalho. Não é à toa que os países denominados como “subdesenvolvidos” eram majoritariamente ex-colônias, que passaram a se inserir pela primeira vez de forma independente na geopolítica mundial e eram, em sua grande maioria, fornecedores de produtos primários. Se antes a exploração de tais produtos se dava diretamente pelas Metrôpoles, através da colonização, a partir de então foi necessária uma readaptação.

Foi esse contexto que a segurança alimentar emerge como uma noção de relevância no debate internacional. Ainda que a preocupação com a segurança alimentar remonte aos anos 1930 (Maluf; Reis, 2013), é apenas no pós-guerra que ela se estabelece como prioridade no debate internacional, frente à escassez de alimentos em decorrência do colapso do comércio internacional e da guerra mundial (Canfield et al., 2021). Foi durante a Conferência de Hot Springs, organizada pelo Presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt em 1943, que se reconheceu a urgência do tema da fome (Shaw, 2007).

A declaração que resultou de tal Conferência apontava que a principal causa da má nutrição e da fome era a pobreza. Em um discurso que em muito se aproximava dos debates sobre desenvolvimento que começavam a despontar naquele período, afirmava-se que a disponibilidade de uma alimentação adequada a todos dependia de uma expansão de toda a economia mundial. Através do crescimento econômico, o desenvolvimento seria responsável

por reduzir ou acabar com a situação de pobreza dos países e, assim, garantir a segurança alimentar.

Como desdobramento da Conferência de Hot Springs, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Seus propósitos eram os de aumentar os níveis de nutrição das pessoas, assegurar a eficiência na produção e distribuição de alimentos, melhorar a condição de vida das populações rurais e contribuir para a expansão da economia global. O primeiro diretor-geral da organização, Sir John Boyd Orr, em seu discurso após ser eleito, declarou que seria necessário que as nações aumentassem sua produção de alimentos, e em muitos casos a dobrassem, para que se alcançasse o objetivo de acabar com a fome no mundo (Shaw, 2007).

1.1. A segurança alimentar e o “negócio do desenvolvimento”

Tendo em vista esse panorama inicial, Philip McMichael (2003, p. 170, tradução própria) aponta que “a segurança alimentar como um ideal surgiu no mundo pós Segunda Guerra Mundial como um impulso programático do projeto de desenvolvimento internacional”. Dado o contexto da Guerra Fria e a necessidade dos Estados Unidos em aumentar sua órbita de influência sobre outras nações, tal projeto de desenvolvimento se baseava nas ideias do Estado-nação e da transformação da economia, pautada no crescimento econômico capitalista (McMichael, 2000). Enquadrado nos termos do regime de Bretton Woods, o comércio mundial passou a ser gerido por organizações internacionais, tais como o já citado FMI e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), criado em 1947 (McMichael, 2003).

McMichael (2003) aponta também que, ainda que o GATT tenha sido criado para reduzir as barreiras ao comércio internacional, seu acordo original não incluía a agricultura, em especial em decorrência das disputas em torno dos subsídios e outras políticas de apoio estatal. Isso reforçou uma ideia da segurança alimentar baseada na autossuficiência alimentar dos países. Tal princípio, entretanto, era moldado de acordo com a influência estadunidense na nova ordem global. William D. Schanbacher (2010) menciona que os Estados Unidos e organizações como o Banco Mundial e as Nações Unidas partiam de uma concepção da fome como sendo resultado da pobreza e, nesse sentido, a segurança alimentar era encarada como uma forma de ajudar países pobres e “subdesenvolvidos”¹. O autor aponta que, baseando-se em uma visão

¹ Ao longo desta dissertação, utilizo o conceito de “países subdesenvolvidos” e “países em desenvolvimento” visto que a inclusão de determinados países nessas categorias foi essencial para a consolidação de um projeto de desenvolvimento a nível internacional. Ressalta-se, entretanto, a crítica de Sachs (1991) de que classificar os países de acordo com seu desenvolvimento implica em defini-los em termo do que lhes falta.

puramente econômica do desenvolvimento, a posição dos EUA era de que a pobreza era resultado da incapacidade dos países de produzir e, portanto, de gerar crescimento econômico. Assim, os países definidos como “subdesenvolvidos” precisavam da oportunidade de se tornarem autossuficientes. Em relação a alimentação, isso incluía dois aspectos fundamentais: a assistência alimentar externa americana, canalizando excedentes alimentares para os países “subdesenvolvidos”, e o estímulo à modernização da agricultura desses países, a partir de apoio à produção agrícola interna baseada no padrão estadunidense.

A respeito do primeiro aspecto, como forma de lidar com uma crise de sobreprodução agrícola no país, em 1954 os Estados Unidos aprovaram o programa Alimentos pela Paz (*Food for Peace*), através da Lei de Assistência ao Desenvolvimento e Comércio Agrícola dos EUA (PL 480). O programa permitia ao país exportar seus excedentes agrícolas na forma de assistência alimentar para os países “subdesenvolvidos”, através de acordos bilaterais (Patel, 2013). De acordo com Lucy Jarosz (2009), os Estados Unidos queriam privilegiar os acordos bilaterais com o intuito de consolidar seu domínio político e econômico sobre a economia mundial. Segundo a autora, “os excedentes agrícolas foram empregados para criar dependências políticas e econômicas a serviço dos objetivos da política externa e do domínio econômico e político” (Jarosz, 2009, p. 42, tradução própria).

Ainda que o debate acerca da assistência alimentar seja extenso e esteja fora do escopo da discussão que buscamos traçar aqui, é importante ressaltar a associação entre os programas de assistência com o aumento da dependência alimentar e a queda dos preços no mercado doméstico dos países recipientes, prejudicando os produtores locais (Jarosz, 2009; McMichael, 2009; Schanbacher, 2010). Ademais, é importante destacar que esses programas estavam frequentemente associados aos ajustes estruturais e às condicionalidades impostas por organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI. Assim, os recipientes da assistência alimentar deveriam implementar estratégias promovidas por essas agências de reestruturação econômica, voltadas para a privatização, a liberalização do comércio, entre outros (McMichael, 2003; Schanbacher, 2010).

Em relação ao segundo ponto, o estímulo à modernização da agricultura dos países “subdesenvolvidos” deu origem ao que ficou conhecido como a Revolução Verde, cuja periodização se dá geralmente entre os anos 1940 e 1970. Segundo Raj Patel (2013), esta “suruiu como resultado de uma maneira muito particular de se pensar sobre as populações e o problema da fome” (p. 4, tradução própria). Os princípios da Revolução Verde remontam a 1941, quando a Fundação Rockefeller, uma fundação privada norte-americana, enviou um time

ao México para estudar a agricultura do país, levando à criação do Programa de Produção Cooperativa de Trigo. Em 1944, o programa passou a ser coordenado pelo biólogo Norman Borlaug, responsável pela criação de uma variedade híbrida de trigo em 1954 (Patel, 2013).

Essa nova cultura de trigo, junto a outras culturas híbridas, principalmente de arroz, passou a ser introduzida em países “subdesenvolvidos”, em parte como complemento aos grãos que vinham da ajuda alimentar dos EUA. Junto às novas sementes, passaram a ser exportadas tecnologias agrícolas a elas associadas, como fertilizantes, pesticidas etc. O modelo de agricultura promovido pela Fundação Rockefeller era baseado no estadunidense, intensivo em capital e com influência das grandes corporações do agronegócio (Patel, 2013). Se o projeto dos EUA era o de promover o desenvolvimento de regiões “subdesenvolvidas”, a Revolução Verde era a solução do país para o desenvolvimento da agricultura, baseada em uma ideia da necessidade de aumento da produção para se resolver o problema da fome.

Havia também um “incentivo” por parte dos Estados Unidos para que os países recipientes de sua assistência alimentar adotassem as tecnologias agrícolas da Revolução Verde (Clapp; Moseley, 2020). Este cenário abriu espaço para que o chamado *agribusiness*² expandisse sua influência e trabalhasse na sua autopromoção, tanto dentro quanto fora dos EUA. Caio Pompeia (2021) aponta que, em discurso em 1967 durante a *First Agribusiness Conference: on the Search for International Food Balance*, o então presidente dos EUA Lyndon Johnson destacou a necessidade de que se encorajasse a atuação das corporações do *agribusiness* nos países “em desenvolvimento” e que, entre estes, os que mais haviam avançado no combate à fome eram justamente aqueles com maior prevalência dos “agentes empresariais” (p. 62).

Como ressaltado por Schanbacher (2010), um dos resultados das estratégias de assistência econômica de instituições como o Banco Mundial e o FMI foi o influxo de investimentos estrangeiros para países “em desenvolvimento”. Em relação a alimentação, isso significava um incentivo para que as corporações transnacionais do agronegócio se inserissem nesses países, em grande medida para implementarem reformas associadas à Revolução Verde. Assim,

O surgimento de corporações agrícolas monopolistas se deve, em grande parte, ao ajuste estrutural e às políticas de livre comércio do Banco Mundial e da OMC. Os

² Trabalharei de forma mais aprofundada o conceito de *agribusiness* no Capítulo 3. De forma sintética, o termo, que foi cunhado em 1955 por John H. Davis e Ray A. Goldberg, ambos pesquisadores da Universidade de Harvard, buscava aplicar uma visão sistêmica ao setor agrícola, significando a “[...] soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras” (Pompeia, 2021, p. 48).

agronegócios têm sido lobistas influentes na implementação de regras globais de comércio e têm defendido a redução de tarifas, a “harmonização dos padrões alimentares” e uma proteção internacional mais forte dos direitos de propriedade intelectual das empresas. (Schanbacher, 2010, p. 50, tradução própria)

Apesar do discurso dominante sobre a Revolução Verde a apresentar como um empreendimento bem-sucedido (Patel, 2013), a mesma “[...] caracterizou-se pela produção em larga escala, quase sempre associada com a concentração da propriedade da terra, baixa geração de emprego e elevado impacto ambiental” (Maluf; Reis, 2013, p. 33). Seus críticos apontam que a Revolução Verde beneficiou os grandes proprietários de terra em detrimento da população rural mais pobre, na medida em que a estratégia de cultivo desenvolvida criou sementes que exigiam irrigação constante e um uso intensivo de insumos (Patel, 2013). Patel (2013) também aponta que a narrativa da Revolução Verde costuma ignorar o papel central do apoio do Estado em sua implementação e a questão de se o aumento da produtividade, que não se deu de forma homogênea entre os produtores, de fato resultou em uma redução da fome.

O papel da FAO nesse cenário deve ser ressaltado. Ainda que tenha ocorrido uma tentativa de defender a alimentação como um direito humano, através da campanha *Freedom from Hunger* lançada em 1960 pelo diretor-geral da organização à época, B. R. Sen, Jarosz (2009) aponta que tal discurso não conseguiu subjugar aquele que apontava para o comércio e o crescimento econômico como caminho para solucionar o problema da fome. Destaca-se que, apesar de enquadrar a alimentação como direito básico, Sen entendia que ela era uma questão relacionada ao desenvolvimento, e que cabia a FAO orquestrar a criação e a implementação de programas para lidar com a fome (Canfield et al., 2021).

Addeke Boerma, que sucedeu Sen na direção da FAO em 1968, apontava que a resposta à questão estava no aumento da produtividade, defendendo a adoção de tecnologias da Revolução Verde. Havia, portanto, um alinhamento às narrativas do desenvolvimento, com Boerma apontando que a diferença na produção agrícola entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” era o acesso que os primeiros tinham à tecnologia e às proteções comerciais (Jarosz, 2009).

Em 1974, frente à crise alimentar global que se conformava devido à escassez mundial de alimentos, foi realizada a primeira Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO. Na ocasião, Boerma defendeu que uma política alimentar mundial, que deveria ter como ponto principal o apoio ao aumento da produtividade em países “em desenvolvimento”, era parte essencial de uma política de desenvolvimento mundial (Shaw, 2007).

Como resultado da Conferência, foi aprovada a resolução de um Compromisso Internacional sobre a Segurança Alimentar Mundial (*International Undertaking on World Food Security*). Neste, a segurança alimentar era definida como a necessidade de se assegurar a disponibilidade de abastecimento mundial adequado de alimentos básicos. Apontava-se, também, o aumento da produção de alimentos nos países “em desenvolvimento” como o principal meio para alcançá-la, associado a um sistema internacional de assistência alimentar (Shaw, 2007). A Conferência de 1974 resultou ainda na criação do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS, na sigla em inglês) no mesmo ano, estabelecido como um órgão intergovernamental da FAO, e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, na sigla em inglês) em 1977.

Este último reduziu a autoridade da FAO em relação à questão alimentar. Tendo por objetivo financiar o desenvolvimento rural, o IFAD voltava-se principalmente para a produção agrícola em países “em desenvolvimento”. Partia-se de um entendimento da fome como resultado de problemas estruturais relacionados à pobreza e ao fato de que a maior parte da população pobre em países “em desenvolvimento” estava concentrada em áreas rurais (Jarosz, 2009; Schanbacher, 2010). Cabe ressaltar aqui que a noção de desenvolvimento rural, um dos propósitos do IFAD, emergiu quatro anos antes de sua criação, em 1973, a partir de um discurso de Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial. McNamara propunha uma nova estratégia de desenvolvimento, focada no desenvolvimento rural e na produtividade da agricultura de pequena escala (Banco Mundial, 1973). Sachs (1991) aponta que, frente ao fracasso do projeto do desenvolvimento em lidar com a pobreza, o desemprego e a questão alimentar até então, tal reconceitualização significava que a lógica do desenvolvimento não precisava ser abandonada, mas sim ter seu escopo ampliado.

Em 1983, houve uma inflexão importante na concepção da segurança alimentar, que passou a incluir a questão do acesso em sua formulação. Assim, seu principal objetivo foi redefinido como a necessidade de assegurar que todas as pessoas tivessem acesso físico e econômico aos alimentos básicos que demandavam (Shaw, 2007). Essa concepção foi em parte influenciada pelos trabalhos de Amartya Sen no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os quais indicavam que no passado a fome havia sido mais um problema do acesso das pessoas aos alimentos do que da sua falta (Shaw, 2007). Essa mudança no paradigma da segurança alimentar enfraquecia o argumento central utilizado até então, e muito mobilizado pelas grandes corporações de *agribusiness*, que associava o combate à fome somente a um aumento na produção.

A inclusão dos debates sobre acesso aos alimentos na conceitualização da segurança alimentar estava ligada principalmente à questão da pobreza e da renda. Em 1986, em publicação intitulada *Poverty and Hunger Issues and Options for Food Security in Developing Countries*, o Banco Mundial definiu que o problema da segurança alimentar não resultava necessariamente “[...] de um abastecimento alimentar inadequado, como é amplamente acreditado, mas de uma falta de poder de compra por parte das nações e das famílias” (Banco Mundial, 1986, p. V, tradução própria). A capacidade de acesso seria determinada, portanto, pela disponibilidade de renda, no caso de indivíduos, ou pela disponibilidade de divisas, no caso de países (Maluf; Reis, 2013).

No mesmo ano da publicação do Banco Mundial, foi iniciada a Rodada do Uruguai do GATT, que durou até 1994 e contribuiu para a consolidação de uma noção de segurança alimentar baseada no mercado. Tratou-se de um processo que estava em consonância com a mudança que se observava mundialmente de um projeto de desenvolvimento global centrado no Estado-nação para um de globalização corporativa, marcado pela subordinação dos interesses públicos aos privados (McMichael, 2003). É nesse momento em que há um rompimento definitivo entre as ideias de autossuficiência e segurança alimentar, o que fica claro na afirmação do representante dos Estados Unidos na Rodada do Uruguai de que estas não eram a mesma coisa.

Alinhando-se a ideia de que o acesso era definido pela disponibilidade de renda, definiu-se a segurança alimentar como a capacidade de se adquirir comida, sendo esta garantida através do bom funcionamento do mercado mundial (McMichael, 2003). De acordo com Jarosz (2009), tal conceitualização da segurança alimentar como uma questão de mercado obscureceu as questões do que é produzido, como, e sob quais condições, fortalecendo os mecanismos do sistema alimentar global.

A Rodada do Uruguai foi fortemente influenciada pelo Grupo de Cairns, formado por países exportadores agrícolas interessados na liberalização do comércio mundial no setor, e pelo *lobby* de multinacionais do agronegócio (McMichael, 2003; Canfield et al., 2021). Dela, saíram dois desdobramentos significativos: o Acordo sobre Agricultura (AoA, na sigla em inglês) e o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), ambos em 1995. Dentre as resoluções do Acordo, incluíam-se reduções nas proteções comerciais, nos subsídios agrícolas e na intervenção governamental, advogando-se pelo livre comércio agrícola. As únicas exceções eram relacionadas à preservação dos recursos naturais e à formação de estoques

públicos de produtos agrícolas para lidar com desabastecimentos emergenciais (McMichael, 2003; Maluf; Reis, 2013).

De acordo com Canfield et al. (2021), o regime de liberalização do comércio imposto pelo AoA e pela OMC “[...] aprofundou uma crise agrária no Sul global entre os pequenos agricultores, que haviam perdido os apoios de preços e os subsídios alimentares através das condições de empréstimo de ajuste estrutural” (p. 4, tradução própria). Incentivou também uma agricultura voltada para exportação, que beneficiava principalmente as corporações do agronegócio em detrimento dos produtores locais. Como apontam Wallach e Woodall (2004), o resultado de um maior acesso ao mercado aos países “em desenvolvimento” na realidade significou o controle de seus mercados domésticos pelo agronegócio das nações desenvolvidas.

Foi no contexto de uma crescente liberalização do comércio alimentar global que foi realizada, em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação da FAO em Roma, na qual aprovou-se a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e um Plano de Ação. A ocasião se tornou um marco importante na conceitualização mundial da segurança alimentar, sendo definida como a situação em que “[...] as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996, Art. 1). A Declaração salienta o comércio como elemento-chave para a garantia da segurança alimentar, entendendo que este “[...] gera uma utilização eficaz dos recursos e estimula o crescimento econômico, o qual é decisivo para melhorar a segurança alimentar” (FAO, 1996, Art. 37). A associação entre segurança alimentar, crescimento econômico e comércio é, portanto, reforçada.

Em paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, era realizada no México a II Conferência da Via Campesina, na qual emergiu o conceito de soberania alimentar. Criada em 1993, a Via Campesina é um movimento internacional de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, pequenos e médios produtores, entre outros grupos, articulando movimentos sociais e organizações que os representam ao redor do mundo na defesa dos pequenos agricultores e da soberania alimentar. A organização surge a partir da insatisfação com a deterioração da condição de vida das populações rurais, do aumento da pobreza e do êxodo rural, e da constatação da contradição presente na coexistência da fome com excedentes agrícolas a nível mundial (Via Campesina, 1993). Esta última é entendida pela organização como resultado das políticas de desenvolvimento e agrícolas neoliberais, promovidas pelos países do Norte e pelas organizações internacionais, com apoio das corporações do agronegócio. Por políticas agrícolas

neoliberais, compreende-se as políticas voltadas para a maximização da produção agrícola e voltada para a exportação, principalmente de *commodities*.

Neste sentido, o conceito de soberania alimentar é construído em resposta à noção dominante de segurança alimentar, pautada na agricultura industrial de grande escala e na liberalização do comércio mundial, objetivando disputar os debates em torno da fome, da desnutrição e da pobreza rural (Heinisch, 2013; Burlandy; Maluf, 2011). A soberania alimentar é definida como “[...] o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos através de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas” (Declaração de Nyéléni, 2007, p. 1, tradução própria).

Em um momento marcado por crises econômicas nos países “em desenvolvimento”, ganha força um movimento que objetivava disputar as narrativas impostas sobre a questão alimentar. Dado o contexto de uma liberalização cada vez mais acentuada do mercado mundial, a Via Campesina buscou articular o debate sobre a fome em uma cadeia de significação antagônica àquela dominante (Laclau; Mouffe, 2001). Partindo do pressuposto do caráter aberto e incompleto do social e da impossibilidade de se fixar de forma absoluta qualquer identidade social, Laclau e Mouffe (2001) apontam que a fixação parcial dos significados se dá através de práticas articulatórias. Os autores chamam de articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de forma que sua identidade seja alterada em função dela. A totalidade que resulta de tais práticas articulatórias, chamam de discurso.

Entretanto, uma articulação, ou seja, um conjunto específico de significados sociais, não é a única possível. Assim, partindo de princípios e objetivos distintos àqueles que ajudaram a conformar os significados atribuídos ao conceito de segurança alimentar, a Via Campesina constrói a noção de soberania alimentar como uma resposta crítica às limitações que identifica naquele. Articula-se, assim, a questão alimentar e o debate sobre a fome a outros elementos, como a necessidade de reforma agrária e a defesa de outros modelos de produção que não aquele associado aos meios de produção de uma agricultura capitalista, em um sistema alimentar dominado pelas corporações do agronegócio.

Em meio ao acirramento dos debates sobre a fome e sobre as relações entre agricultura e comércio, iniciou-se em 2001 a Rodada de Doha da OMC, nomeada de Rodada do Desenvolvimento. A Rodada do Uruguai havia sido encerrada com a promessa de que a criação da OMC tornaria o comércio mundial mais igualitário, beneficiando os países “em desenvolvimento”. Entretanto, tais promessas não haviam sido materializadas, com o

crescimento econômico nesses países estagnado e o empobrecimento tendo aumentado em muitos deles (Wallach; Woodall, 2004).

Nesse contexto, a Declaração Ministerial de Doha, adotada em 2001, reiterou o papel fundamental do comércio internacional para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. A declaração reconhecia “[...] a vulnerabilidade particular dos países menos desenvolvidos e as dificuldades estruturais especiais que eles enfrentam na economia global” (WTO, 2001, Parágrafo 3º, tradução própria) e reforçava o papel da OMC como “[...] o fórum único para a elaboração de regras e liberalização do comércio global” (WTO, 2001, Parágrafo 4º, tradução própria).

Em relação a agricultura, a Declaração reconheceu a necessidade de que os países “em desenvolvimento” obtivessem um “tratamento especial e diferenciado” a fim de “levar efetivamente em conta suas necessidades de desenvolvimento, incluindo a segurança alimentar e o desenvolvimento rural” (WTO, 2001, Parágrafo 13º, , tradução própria). De forma resumida, a Rodada de Doha defendia uma maior liberalização do comércio global como essencial para o crescimento e para a garantia da segurança alimentar dos países “em desenvolvimento”.

A Rodada de Doha não foi isenta de críticas, com a Via Campesina ativamente protestando contra os princípios que a guiavam e as suas decisões favoráveis ao livre comércio. Denunciou ainda a influência dos Estados Unidos e da União Europeia nas negociações, apontando que ambos “apenas lutaram por seus interesses corporativos às custas da grande maioria da população mundial” (Via Campesina, 2001, s/n, tradução própria). Para o movimento, as negociações em torno da agricultura

[...] ainda parecem ser uma luta entre os “elefantes corporativos da agroindústria” representados pela União Europeia, os Estados Unidos e o grupo CAIRN, em vez de uma negociação sobre como chegar a relações comerciais justas e equitativas que protejam a produção e o consumo de alimentos domésticos e o meio ambiente mundial. (Via Campesina, 2001, s/n, tradução própria)

Entretanto, a despeito das críticas, frente a conformação de mais uma crise alimentar mundial em 2008, a FAO declarou novamente que o comércio agrícola e a liberalização do comércio mundial poderiam estimular o crescimento do setor e promover a segurança alimentar. A organização apontava que o objetivo de se reduzir a fome através de uma agricultura sustentável e do desenvolvimento rural não era incompatível com um sistema comercial agrícola voltado ao mercado (Schanbacher, 2010). McMichael e Schneider (2011) apontam que a FAO indicava a agricultura industrial como a melhor estratégia para aumentar a produtividade e, portanto, reduzir a pobreza, o que por sua vez levaria a um aumento da segurança alimentar.

Paralelamente, o Comitê de Segurança Alimentar da FAO foi reformado em 2009, com a instalação de um Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (MSC) e um Mecanismo do Setor Privado (MSP), ambos auto-organizados. Canfield et al. (2021) ressaltam o movimento contraditório que a crise alimentar provocou em que, ao mesmo tempo em que a sociedade civil foi incluída no CFS, houve uma expansão do modelo agrícola industrial às custas da agricultura de pequena escala.

Conforme apresentada até aqui, a segurança alimentar esteve estreitamente ligada à consolidação de um projeto de desenvolvimento global. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a conformação da Guerra Fria, os Estados Unidos, que emergiam como uma das superpotências mundiais, empenharam-se na construção de um discurso que elencava o desenvolvimento como único horizonte possível, em um contexto de disputa hegemônica entre visões de mundo antagônicas.

Entendo aqui a hegemonia a partir da perspectiva de Laclau e Mouffe (2001), a compreendendo como resultado de práticas articulatórias, que vinculam elementos em cadeias de significação que constroem estruturas discursivas, em um contexto marcado por antagonismos. Tais estruturas são constituídas por elementos que funcionam, na nomenclatura dos autores, como “significantes flutuantes”, isto é, que podem ser articulados por projetos políticos antagônicos que objetivam dar-lhes significados específicos (Howarth, 2005). Podemos então pensar a segurança alimentar como um desses “significantes flutuantes”, passível de ser articulado em distintas estruturas discursivas, as quais irão lhe conferir significados também distintos.

Como analisado durante essa seção, a construção narrativa do desenvolvimento buscou definir uma visão do mundo social que dividia os países e as sociedades entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, com a intenção de garantir a influência dos primeiros sobre os segundos. Isso se deu através da criação de agências que tinham como objetivo intervir nos países ditos “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, como o Banco Mundial, o FMI, a OMC e a ONU. Essas agências contribuíram para que questões como a fome, a pobreza, o meio ambiente etc., fossem construídas de forma que as suas soluções estivessem de acordo com o projeto de desenvolvimento global, articulando-as na estrutura discursiva do desenvolvimento. Assim, tais agências lograram impor políticas que interessavam aos países do Norte, em especial aos Estados Unidos, conformando o que Sachs (2001) chamou de “negócio do desenvolvimento”. A segurança alimentar surge, portanto, como um elemento articulatório na cadeia de

significação do discurso do desenvolvimento, a fim de apropriar-se da questão alimentar e dos caminhos para lidar com ela.

Nesse processo, houve também um fortalecimento das corporações desses países, entendidas como atores importantes na implementação de tal projeto de desenvolvimento. No caso que aqui nos interessa, especialmente daquelas ligadas ao agronegócio, que, ao passo em que se beneficiavam da construção de uma noção de segurança alimentar que ia ao encontro aos seus interesses, foram também atores fundamentais em sua consolidação. A concepção hegemônica sobre a segurança alimentar contribuiu, portanto, para criar novos mercados e aumentar a influência das corporações do agronegócio dos países do Norte, fortalecendo seu controle sobre o sistema alimentar mundial (Schanbacher, 2010; McMichael, 2005).

A seguir, analisarei a inserção nacional da segurança alimentar, a partir de sua trajetória no Brasil, com destaque para o papel de setores da sociedade civil na concepção do termo na esfera pública brasileira, o que influenciou de forma significativa o tratamento dado ao tema no país e nas políticas públicas direcionadas à segurança alimentar.

1.2. A trajetória da Segurança Alimentar no Brasil

No Brasil, o conceito de segurança alimentar emerge na esfera política pela primeira vez em 1985, no âmbito da elaboração de uma política nacional de segurança alimentar a pedido do Ministério da Agricultura. Os objetivos eram suprir as necessidades alimentares da população e alcançar a autossuficiência na produção nacional de alimentos, além de propor a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a ser presidido pelo Presidente da República (IPEA, 2002).

Não obstante, os debates sobre a fome no país remontam pelo menos aos anos 1930, com a inclusão do tema da assistência alimentar nas discussões de políticas públicas durante o governo de Getúlio Vargas (Silva, 2014). Nas décadas seguintes, a inclusão do tema no debate público continuou, a exemplo da criação em 1945 da Comissão Nacional de Alimentação, extinta em 1972 e substituída pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), já na Ditadura Militar; do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em 1952; da conformação nos anos 1960 do Sistema Nacional de Abastecimento; e, do lançamento do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) em 1973 (Silva, 2014).

Antes de seguirmos com a discussão sobre a trajetória do conceito de segurança alimentar no Brasil, é importante ressaltar as contribuições de Josué de Castro para o pensamento sobre a fome no país. Nascido em Recife, no Pernambuco, Castro foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro, além de

ter sido presidente do Conselho Executivo da FAO entre 1952 e 1956. Em seu livro “A Geografia da Fome”, cuja primeira edição foi lançada em 1946, Josué de Castro identificava a fome “[...] como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” (Castro, 1984, p. 43). Para o autor, a fome era decorrente de sistemas econômicos, políticos e sociais, e seus trabalhos foram fundamentais para a politização do debate sobre a fome no Brasil, contribuindo para o seu entendimento como uma questão social e política (Maluf; Reis, 2012).

Ainda que a proposta elaborada pelo Ministério da Agricultura em 1985 não tenha avançado, abriu-se o debate para o tema da segurança alimentar no país. No ano seguinte à proposta, foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, no âmbito da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Nesta, houve a inclusão da dimensão do acesso e da qualidade dos alimentos ao conceito de segurança alimentar, em consonância com a reformulação que se observou no conceito em 1983 no contexto internacional. As propostas da Conferência, entretanto, em muito se assemelhavam àquelas da política de segurança alimentar submetida pelo Ministério da Agricultura, e poucos foram os resultados concretos da mesma (IPEA, 2002).

Foi somente nos anos 1990 que o tema da segurança alimentar começou a se consolidar no debate público brasileiro. Após perder as eleições presidenciais de 1989, o Partido dos Trabalhadores (PT) criou, em 1990, o Governo Paralelo, dirigido por Luís Inácio Lula da Silva, que havia sido derrotado nas eleições. Composto por “ministérios paralelos”, seu objetivo era o monitoramento das medidas adotadas pelo governo eleito de Fernando Collor, bem como apresentar propostas alternativas para o país (Leão; Maluf, 2012). Dentre elas, o Governo Paralelo contou com a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, cuja formulação sugeria que

Tornada um objetivo estratégico de governo, a segurança alimentar nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, com uma perspectiva de descentralização e diferenciação regional. Em paralelo, ocorreriam as ações emergenciais contra a fome. (Maluf; Reis, 2013, p. 22)

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, em 1993, a proposta do Governo Paralelo foi acatada e tomada como referência para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a ser composto por representantes da sociedade civil e Ministros de Estado. Destaca-se também a criação da campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida no mesmo ano, sob o lema “A fome não pode esperar”, e que tinha Betinho como uma de suas principais lideranças. Essa mudança no cenário político e no tratamento do problema da fome no governo Itamar Franco desencadeou na

realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994 (Maluf; Reis, 2013).

O debate sobre a segurança alimentar estava sendo mobilizado, portanto, por atores da sociedade civil que reivindicavam o tema e lutavam pela construção de um projeto político democrático-participativo para o tratamento da problemática da fome (Zimmermann, 2011). Silvia Zimmermann (2011, p. 22) aponta que tal projeto “[...] tinha uma dimensão conflitiva com o modelo de desenvolvimento social em curso na época, pois defendia um formato de produção que beneficiava a pequena agricultura e a produção de alimentos básicos [...]”, além de defender a reforma agrária. A segurança alimentar era mobilizada, portanto, por segmentos da sociedade que estavam em um polo antagônico ao caracterizado pela hegemonia da agricultura patronal, sendo articulada em uma cadeia discursiva que reivindicava uma outra forma de se conceber a questão agrícola e alimentar do país (Laclau; Mouffe, 2001).

Nesse sentido, no mesmo ano de criação do CONSEA, foi criada a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), a primeira entidade representativa multisetorial do agronegócio brasileiro. Foi justamente frente a dimensão conflitiva mencionada acima que a ABAG lançou, também em 1993, o livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*”. À época do lançamento do livro e da fundação da ABAG, o conceito de *agribusiness*, que surgiu nos Estados Unidos em 1955, estava sendo difundido no Brasil, com a apresentação do livro sendo voltada para argumentar a necessidade de uma visão sistêmica para se tratar da cadeia de alimentos e fibras no país. A ABAG surge, portanto, com a preocupação de construir um discurso de legitimação para o *agribusiness* brasileiro, tema que será aprofundado no Capítulo 2.

No livro publicado pela ABAG, a segurança alimentar é definida como a garantia ao “[...] acesso assegurado a todas as pessoas, em todos os tempos, ao alimento necessário a uma vida saudável” (ABAG, 1993, p. 26). Sobre a ideia de uma “vida saudável”, aponta-se que esta envolve o risco de não se ter acesso ao alimento necessário, sendo os riscos relacionados à produção agrícola, ao emprego ou à renda. Ancorando-se no argumento de que o *agribusiness* brasileiro seria responsável por 40% do PIB e 40% das exportações, além de ser o principal empregador do Brasil, destaca-se a segurança alimentar do país como dependente do *agribusiness*.

Tem-se, portanto, que a própria noção de *agribusiness*, posteriormente traduzida para agronegócio, emerge no país diretamente associada ao conceito de segurança alimentar. O agenciamento do termo servia para justificar a importância do setor para o país, na defesa de

um modelo específico de desenvolvimento para este. Marques (1996, p. 93) aponta que a apropriação pela ABAG da noção de segurança alimentar “[...] torna a organização uma interlocutora importante no campo de disputa e produção ideológica relativo a Segurança Alimentar, introduzindo nas reelaborações da noção Segurança Alimentar o enfoque empresarial”.

O enfoque dado pela ABAG à segurança alimentar se alinhava àquele que predominava no cenário internacional. Ainda que a questão do acesso fosse incluída, mantinha-se o foco na necessidade de crescimento da produção e destacava-se o papel fundamental do comércio para sua garantia. A ABAG apontava a construção de uma política alimentar como essencial para uma política de desenvolvimento para o Brasil, elencando o *agribusiness* brasileiro como peça fundamental nesse cenário. Se objetivava, assim, disputar os debates sobre segurança alimentar na esfera pública brasileira, em um contexto de aumento da relevância dada ao tema da fome pelo governo.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, o CONSEA foi fechado e substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária, que reorientou o foco da segurança alimentar para o combate à pobreza e restringiu a participação da sociedade civil. Pode-se argumentar que o governo FHC priorizou restringir a conflitualidade dos processos de decisão política, em um processo de retirada da sociedade civil da partilha de poder (Zimmermann, 2011), sendo a extinção do CONSEA um exemplo possível desse movimento.

Em um primeiro momento, observou-se uma desmobilização dos atores sociais que haviam se organizado pela construção de um projeto democrático-participativo para tratamento da segurança alimentar no país (Zimmermann, 2011). Entretanto, tal mobilização foi logo retomada com a elaboração participativa, entre governo, sociedade civil e iniciativa privada, de um documento para a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, e do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998. Destaca-se, também, que foi quando da realização do Fórum que o aspecto nutricional foi adicionado ao tema da segurança alimentar, a partir de então tratada como segurança alimentar e nutricional (SAN).

No que tange o documento elaborado para a Cúpula Mundial da Alimentação, destaca-se que, apesar da representação significativa da sociedade civil na Cúpula, o pronunciamento do Ministro da Agricultura, representante do governo brasileiro no evento, desconsiderou o referido documento, e reforçou a defesa do papel do livre comércio na garantia da segurança alimentar (Maluf; Reis, 2013). Zimmermann (2011) enfatiza também a divergência que havia entre os interesses do governo e da sociedade civil em sua elaboração. Por um lado, o governo

FHC focava na liberalização do comércio como meio de alcançar a segurança alimentar, o que ia ao encontro da visão dominante que caracterizou a Cúpula e aos interesses do agronegócio no país, com um direcionamento para o papel decisivo das exportações. Por outro, os setores sociais defendiam a necessidade da autossuficiência nacional na produção de alimentos básicos, inclusive a partir da compreensão da importância da produção doméstica frente ao comércio internacional (Zimmermann, 2011).

A partir de 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, o tratamento dado ao tema da segurança alimentar no âmbito das políticas públicas no Brasil começa a ganhar um arcabouço institucional mais robusto, com o lançamento do Programa Fome Zero. Foi a partir deste momento que foi iniciada a construção e a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e de sua institucionalidade. Conforme indicam Nelson Delgado e Silvia Zimmermann (2022), o primeiro Governo Lula foi marcado pela implementação de uma estrutura institucional própria para o tema da segurança alimentar e nutricional e a problemática da fome. Destaca-se a reinstalação do CONSEA, de caráter consultivo e vinculado diretamente à Presidência da República, e a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), posteriormente incorporado ao novo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Deu-se início, a partir de então, a um processo que procurava a cooperação entre Estado e sociedade civil, além de buscar a articulação entre diferentes setores do governo, com o intuito de incorporar um caráter intersetorial ao tratamento do tema. A esse respeito destaca-se a criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por representantes de diferentes órgãos e agências governamentais.

Em 2004, a partir de iniciativa do CONSEA, foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), dez anos após a primeira, e que teve como principal resultado a proposta de criação de uma Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006. A Lei instituiu o referido SISAN, com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHA). Em seu Artigo 3º, a Losan definiu a segurança alimentar e nutricional como consistindo

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, Art. 3º).

A LOSAN incluiu também, em seu Artigo 4º, a priorização da produção da agricultura familiar e tradicional, a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, além do estímulo a práticas que respeitassem a diversidade étnica, racial e cultural da população. Ademais, foi incluída na Lei a noção de que “a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (Brasil, 2006, Art. 5º). Tal concepção aproxima-se da noção de soberania alimentar, ainda que a expressão não conste na LOSAN, devido à resistência parlamentar ao termo (Maluf, 2023).

Luciene Burlandy (2011) aponta que a retomada da interlocução entre sociedade civil e poder público, a partir das medidas supracitadas, fortaleceu a influência da primeira sobre a formulação das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional no país, deslocando o foco da realização de apenas ações locais e emergenciais. Ainda, “a diversidade de organizações que compuseram este espaço [o CONSEA], seu lócus institucional e a amplitude temática contribuíram para uma abordagem mais estrutural e integrada das questões relacionadas à [alimentação e nutrição]” (Burlandy, 2011, p. 69). Nesse sentido, a autora menciona que o foco em ações de caráter estrutural é um dos fatores que ajudaram a determinar os atores a se envolverem no processo.

Esse aspecto se reflete no afastamento progressivo do setor privado do CONSEA, na medida em que o combate à fome passou a envolver os debates sobre modelos de desenvolvimento e a relação com o comércio internacional. Ressalta-se, entretanto, que o setor privado não se afastou completamente do conselho, a exemplo da integração da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no mesmo a partir de 2007 (Zimmermann, 2011), com suplência da ABAG.

Ainda assim, tal constatação vai ao encontro do fato de que, a partir principalmente da segunda metade dos anos 2000, observou-se uma redução na capacidade dos atores ligados ao agronegócio brasileiro em agenciar o conceito de segurança alimentar no contexto nacional. Nesse período, houve um deslocamento para o agenciamento do termo em relação à esfera internacional, a partir da construção da ideia do agronegócio como garantidor da segurança alimentar global, a ser alcançada a partir do comércio mundial (Pompeia; Schneider, 2022).

Em relação a institucionalização do Sisan ao longo dos governos do PT, entre 2003 e 2015, Zimmermann e Delgado (2022) chamam atenção para dois aspectos que consideram relevantes. O primeiro deles é a importância da atuação do CONSEA para a formulação e implementação de iniciativas e programas fundamentais para o fortalecimento do Sisan no país.

Dentre esses, os autores destacam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as alterações realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Lei da Agricultura Familiar, em 2006, e a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, responsável por incluir o Direito Humano à Alimentação como um direito social constitucional no Brasil.

O segundo aspecto destacado pelos autores foi o estabelecimento de parâmetros para a formulação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), em 2010, com o I PLANSAN (2012-2015) sendo elaborado pela CAISAN, com forte influência do CONSEA, através das chamadas Exposições de Motivos (EM). Os resultados destes esforços são evidenciados com a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, elaborado pela FAO, em 2014.

A construção e institucionalização da segurança alimentar e nutricional no Brasil a partir da conformação de um projeto político democrático-participativo deu origem ao que Renato Maluf (2023) chama de campo político da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e do Direito Humano à Alimentação (DHA), doravante campo da SSAN/DHA, identificado como campo contra hegemônico. Utilizando o conceito de campo a partir da abordagem de Pierre Bourdieu (2005), Maluf (2023, p. 66) o entende como “um campo de lutas simbólicas” e que supõe antagonismos.

A institucionalidade construída para tratamento do tema no país contou com a pluralização dos espaços destinados à participação social, como o CONSEA e as CNSANs, ampliando a capacidade dos grupos da sociedade civil incidirem sobre as representações acerca da segurança alimentar. O campo da SSAN/DHA logrou, assim, disputar os discursos políticos sobre a questão alimentar no Brasil, articulando a segurança alimentar em um discurso antagônico àquele do campo hegemônico do agronegócio, e associando-a a outras demandas como a reforma agrária, a soberania alimentar e por outros modelos de produção de alimentos como a agroecologia.

Entretanto, apesar do esforço para a consolidação do SISAN ao longo de mais de uma década, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a subsequente posse de seu vice-presidente Michel Temer em 2016 deram início a um processo de desmonte desse sistema. Conforme lembram Delgado e Zimmermann (2022), o Governo Temer foi responsável pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que exercia um papel importante para as ações de combate à insegurança alimentar como o PAA. Enfraqueceu, também, os objetivos do II PLANSAN, aprovado em 2017, com o esvaziamento da CAISAN e a redução significativa do orçamento previsto aos programas e às políticas incluídos no Plano.

Esse processo de desmonte foi intensificado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, que em seu primeiro dia de governo anunciou a Medida Provisória nº 870/2019 que, convertida na Lei nº 13.844/2019, introduziu revisões significativas na Losan e extinguiu o CONSEA. Ademais, destaca-se a desativação da CAISAN, a partir da descontinuidade de suas reuniões, significando a desarticulação dos dois espaços estratégicos responsáveis pela manutenção do Sisan, bem como pelo seu monitoramento e controle social.

Observa-se também nesse período o desmonte de políticas públicas diretamente ligadas ao Sisan e fundamentais para garantia da SAN no país, a partir de alterações, descontinuidades e extinção de instrumentos e políticas. Um dos principais exemplos nesse sentido diz respeito a redução significativa do orçamento e dos valores destinados a programas como o PAA, posteriormente extinto e substituído pelo Programa Alimenta Brasil em 2021, o qual descaracterizou o primeiro. Além dos cortes no orçamento, o Alimenta Brasil perdeu parte dos critérios para distribuição dos alimentos, além de não incluir a modalidade de compra de sementes, a qual estimulava a valorização e disseminação das sementes crioulas, que garantem a diversidade dos alimentos (Sobreira, 2021; Turtelli, 2022)

Tem-se, portanto, que a partir de 2016 houve um movimento por parte do Governo Federal de reduzir os espaços de participação social que, como argumentado acima, foram essenciais para a articulação da segurança alimentar em uma cadeia discursiva antagônica à hegemônica em relação a questão alimentar. Esta última é pautada pelas grandes corporações multinacionais e pela produção em larga escala voltada à exportação, isto é, pelo agronegócio brasileiro.

Em 2022, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato como Presidente da República reverteu o processo de desmonte que se iniciou em 2016, com o CONSEA sendo retomado logo no início de 2023 e a temática da fome voltando ao centro da agenda do governo. Entretanto, os efeitos do desmonte foram significativos, sendo observada a partir de 2018 uma volta da insegurança alimentar no país, que alcançou seu menor percentual em 2013. Com a pandemia de Covid-19 em 2020, o cenário se agravou, com dados da Rede PENSSAN indicando uma queda contínua nos níveis de segurança alimentar e um aumento expressivo da fome no Brasil, que atingia 33 milhões entre novembro de 2021 e abril de 2022.

A seguir, o Capítulo 2 analisa a conformação do agronegócio brasileiro e a mobilização da segurança alimentar pelo setor. O ponto central é a análise da criação da ABAG em 1993 e da mobilização feita pela associação do conceito, buscando entender o contexto político de seu surgimento, seus interlocutores e os conteúdos que a ABAG imputa à segurança alimentar.

2. “FAZER AS MENTES E OS CORAÇÕES”: CONFORMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A SEGURANÇA ALIMENTAR

O habitar colonial é: uma engenharia ecológica das paisagens da Terra em *plantations*, beneficiando colonizadores europeus, o que Alfred Crosby chama de imperialismo ecológico; um imperialismo socioeconômico e político que subjuga humanos e não humanos a essas *plantations*; e um imperialismo ontológico, ou seja, a imposição de uma concepção singular do que são a Terra e seus existentes. (Ferdinand, 2022, p 58-59)

Em seu livro “Uma Ecologia Decolonial”, Malcom Ferdinand (2022) aponta que a primeira violência da colonização das Américas foi fundamentada no que o autor chama de habitar colonial. Para Ferdinand, as formas do habitar colonial possuem três características principais: a instituição da propriedade privada, o estabelecimento da *plantation* como principal forma de ocupar o território e a exploração dos seres humanos, cuja principal expressão se deu com a escravização de africanos trazidos compulsoriamente para as Américas. No caso brasileiro, esse habitar colonial e suas heranças têm um papel protagonista nos meios através dos quais a acumulação de capital se deu no país. Como aponta Maria da Conceição Tavares (2020), esse processo foi, ao longo de toda a sua história, profundamente marcado pela exploração da natureza, pelo latifúndio e pela expansão do capital na agricultura.

Esse mesmo processo foi substancial para a conformação do que hoje se entende por agronegócio. Entretanto, esse campo político passou por uma série de reestruturações até chegar ao agronegócio tal qual o identificamos hoje. Isto é, um grupo caracterizado pelas atividades da agropecuária e da agroindústria, voltadas à exportação de *commodities*, baseado na grande propriedade de terra e na monocultura e com uso intensivo de tecnologias e insumos, como máquinas, fertilizantes e sementes geneticamente modificadas. Destaca-se, também, a crescente convergência entre seus distintos atores políticos, baseada na defesa de pleitos unificadores, na ampliação e no fortalecimento de seus espaços de representação e na reprodução de uma imagem de classe apoiada na construção de aparatos discursivos de legitimação (Heredia et al., 2010; Delgado, 2012; Leite, 2019; Bruno, 2022). Ressalta-se, ainda, que entendo o agronegócio como uma categoria político-ideológica, na medida em que expressa tanto uma disputa política e por recursos públicos quanto uma disputa de sociedade.

Ainda que se possa argumentar a respeito da heterogeneidade do agronegócio brasileiro, conformado por uma variedade de interesses e objetivos, que se encontram em permanente interação e disputa, trato aqui o agronegócio de modo amplo. Esta escolha se justifica por três pontos: (1) por questões metodológicas, tendo em vista os limites de tempo inerentes a uma dissertação de mestrado; (2) pelo fato de o agronegócio ter como uma de suas características a

construção de uma imagem unificada, uma “racionalidade uniformizadora” (Bruno, 1997, p. 17), havendo um esforço de convergência de seus pleitos; e (3) visto que, no caso da segurança alimentar, que é o que me interessa nesse trabalho, não serem observadas divergências discursivas relevantes.

A conformação do agronegócio como o ator político que conhecemos hoje tem seus princípios na época da redemocratização, a partir dos debates em torno da Constituinte de 1988 (Bassi, 2022). Ainda que suas origens remontem à colonização, iniciaremos nossa análise no período da Ditadura Militar, uma vez que é nele em que ocorre a industrialização da agricultura brasileira. Esse processo, como veremos a seguir, transformou não somente a base técnica da agricultura e as relações no campo, mas também as relações entre o Estado e as elites rurais.

2.1. A “modernização conservadora” da agricultura e a conformação do agronegócio brasileiro

O período dos governos militares foi marcado pelo que hoje se identifica como a “modernização conservadora” do campo, cuja periodização pode ser estabelecida entre as décadas de 1960 e 1980. Isto é, pelo desenvolvimento de uma agricultura capitalista, integrada tanto com a economia urbana e industrial quanto com o setor externo (Delgado, 2012). Esse processo foi caracterizado principalmente pelo estímulo a adoção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, promovida pelos Estados Unidos e pelos organismos internacionais, e por um fortalecimento das relações de crédito na agricultura, em especial com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965.

Conforme mencionado no capítulo anterior, predominava no cenário internacional uma visão que associava a fome à pobreza, de forma que sua superação estaria associada ao crescimento econômico e ao aumento da produção dos países. O governo militar, alinhado ideologicamente aos Estados Unidos, adotou essa mesma perspectiva para guiar sua visão de desenvolvimento para o Brasil, o que se traduziu em um processo de intensificação técnica da agricultura.

De acordo com Delgado (2012, p. 14), pode-se perceber na modernização da agricultura um “pacto agrário modernizante e conservador”, em que a industrialização do campo não rompeu com as oligarquias rurais e com a grande propriedade da terra. Tal característica levou a efeitos como o aumento da concentração de terras, a desterritorialização de comunidades tradicionais, a expropriação de terras e o aumento da exploração da mão de obra (Palmeira, 1989). Houve, nesse sentido, um processo de modernização técnica e de crescimento da

agricultura, com ganhos de produtividade, mas sem que houvesse uma mudança na estrutura agrária do país. Inclusive, Delgado (2012) aponta que esse processo se concentrou inicialmente no Sul e no Sudeste, tendo se expandido para o Centro-Oeste somente nos anos 1980. O papel atribuído às regiões Norte e Nordeste na modernização da agricultura teria sido, então, o de reservas de mão-de-obra para o setor urbano e de “zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas” (Delgado, 2012, p. 18).

Ademais, as políticas de modernização atraíram para o campo capitais de outros setores da economia que não eram necessariamente ligados a ele. Políticas como o crédito rural e os incentivos fiscais às atividades agropecuárias despertaram o interesse para novos investimentos no campo, visto a partir de então como uma possibilidade de captação de recursos, e não mais somente como reserva de valor (Palmeira, 1989).

Um ponto que deve ser destacado é de que o grande propulsor dessa “modernização conservadora” da agricultura foi o próprio Estado. De forma sintética, entendemos aqui o Estado como uma relação social. Bob Jessop (2006) aponta que o exercício do poder estatal seria condicionado pela relação de força entre diferentes atores sociais, presentes tanto dentro quanto fora do Estado. Essa relação seria determinada “[...] pelas estruturas e procedimentos institucionais específicos do aparelho estatal, incorporados no sistema político mais amplo” (Jessop, 2006, p. 124, tradução própria). Portanto, o autor aponta que um determinado aparelho estatal, como uma lei ou um estatuto, pode beneficiar determinados atores e estratégias em detrimento de outras.

No caso brasileiro, Palmeira (1989) destaca a construção de uma legislação específica para o campo, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, e do Estatuto da Terra em 1964, ambos resultados de um longo processo de lutas sociais e políticas. Como aponta o autor, se antes as legislações tratavam do “meio rural” de forma ampla, a nova legislação previa uma gama de interesses e de atores, possibilitando a concepção de políticas específicas construídas diretamente pelo Estado:

O Estatuto da Terra, na sua ambiguidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares. (Palmeira, 1989, p. 96)

Tais alterações foram essenciais, portanto, para o que o Estado pudesse atuar ativamente no processo de modernização da agricultura brasileira, com a construção de instrumentos como os mencionados crédito rural e os incentivos fiscais. O ponto que merece destaque aqui é de

que as novas possibilidades de intervenção do Estado na agricultura tiveram o efeito de atrair os interesses ligados a esses capitais para dentro do próprio Estado, onde passaram a ser tomadas as decisões políticas e econômicas que interessavam a esses grupos (Palmeira, 1989). Assim,

Torna-se comum nos organismos de Estado não só a presença de lobistas profissionais, representando interesses de diferentes indivíduos ou empresas, como de funcionários públicos competentes e imparciais que também se põem a serviço de interesses privados que, por efeito de sua própria atuação, acabam se convertendo em *interesse público* (Palmeira, 1989, p. 100, grifo do autor).

Palmeira (1989) destaca que, ainda que não fosse algo novo, o controle da grande propriedade rural passa a depender diretamente de sua capacidade em exercer controle sobre o Estado em si. Esse ponto é essencial para pensarmos a conformação do agronegócio e a sua presença dentro do Estado, a partir, por exemplo, não só da Frente Parlamentar Agropecuária, criada oficialmente em 2002 com o objetivo de “[...] estimular a ampliação de políticas públicas em favor do desenvolvimento do agronegócio nacional” (Bruno, 2021, p. 468), mas nos mais diversos postos de governo: ministérios, secretarias, conselhos etc. Esses grupos passam a não somente exercer influência sobre o Estado, mas a participar ativamente de sua construção e produção. Assim, observou-se no período militar

[...] um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. (Delgado, 2012, p. 91)

Se, conforme Delgado (2012) assinala, o processo de modernização conservadora da agricultura foi fruto da derrota dos movimentos que lutavam pela reforma agrária, os anos 1980 observaram um reaquecimento dos debates sobre o tema. Com o governo militar já enfraquecido, os movimentos sociais ganharam novo fôlego, colocando suas demandas em pauta novamente. O lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985 e o aumento das ocupações de terra por parte dos trabalhadores sem-terra (Bruno, 2022) levaram a uma movimentação dos atores patronais da agricultura, que se encontravam politicamente fragmentados. Neste momento, de acordo com Mendonça (2011), quatro entidades representativas disputavam a hegemonia patronal: a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A divulgação do PNRA resultou na criação da União Democrática Ruralista (UDR), que apresentava um discurso agressivo em defesa da propriedade privada contra as “invasões de terra”, e que passou a disputar a hegemonia junto às demais representações patronais. Em resposta ao surgimento da UDR, foi criada em 1986 a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), proposta por Roberto Rodrigues, então presidente da OCB, agregando mais de 70 entidades de classe ligadas à agropecuária, unindo diferentes representações do setor. Além de Rodrigues, a FAAB contava com lideranças como Flávio Teles de Menezes, que estava à frente da SRB, e Alysson Paolinelli, ex-ministro da agricultura e que naquele período tornou-se presidente da CNA.

Com a ocasião da Constituinte de 1988, os setores patronais da agricultura, comandados pela atuação da FAAB, agiram de forma conjunta, apesar de suas divergências, para influenciar em questões ligadas à reforma agrária e à política agrícola no país. A atuação desses atores no âmbito da Constituinte corresponde ao embrião do que é hoje a bancada ruralista e significou o início de uma reestruturação significativa no campo da agricultura patronal (Bruno, 2022; Pompeia, 2021), servindo como “[...] um exemplo do que o setor poderia construir se unisse suas forças” (ABAG, 2023a, p. 17).

Foi também nos meados dos anos 1980 que se iniciou um movimento por parte de alguns representantes do setor com o intuito de divulgar o conceito de *agribusiness* na esfera pública brasileira. O termo foi cunhado em 1955 por John H. Davis e Ray A. Goldberg, ambos pesquisadores da Universidade de Harvard, e, como já explicitado anteriormente, buscava aplicar uma visão sistêmica ao setor agrícola, significando a “[...] soma total das operações de produção e distribuição de insumos e novas tecnologias agrícolas; da produção propriamente dita: do armazenamento, do transporte, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (ABAG, 1993, p. 9). No Brasil, o termo começou a ser divulgado principalmente por um grupo de assessores da Agrocere, empresa de genética vegetal fundada em 1945, sob a liderança de Ney Bittencourt de Araújo. Este seria, inclusive, o responsável por unir esforços para a criação em 1993 da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), a primeira entidade representativa do agronegócio brasileiro.

O objetivo do uso do termo era defender a adoção de uma perspectiva intersetorial para a agricultura no país, olhando não somente a agropecuária, mas também as funções conectadas a ela, a montante e a jusante, a partir de uma ideia de interdependência. As funções a montante dizem respeito àquelas relacionadas ao fornecimento de máquinas e insumos para a atividade

agropecuária. Já as funções a jusante correspondem às funções de processamento, armazenamento, transporte e comércio dos produtos de origem agropecuária.

A promoção da ideia de *agribusiness* objetivava, dessa forma, a imbricação de todas as atividades relacionadas direta ou indiretamente à agricultura (Mendonça; Oliveira, 2015). Rompia-se, assim, com uma concepção da agricultura como um setor a parte do conjunto da sociedade, e expandia-se a representação patronal para além dos interesses vinculados diretamente às questões agrárias (Bruno, 1997). Foi nesse momento em que a mobilização de dados macroeconômicos, que tratariam do “real tamanho” do *agribusiness* no país, começaram a ser mobilizados, de forma a destacar a relevância do setor para o Brasil, que corresponderia ao “maior negócio do país” (ABAG, 1993, p. 9).

As conquistas obtidas com a atuação da FAAB na Constituinte de 1988, que serviram como um sinal do potencial da atuação conjunta dos diferentes atores ligados à agricultura patronal, somadas aos esforços de Ney Bittencourt e outros representantes do setor para a divulgação da ideia de *agribusiness*, culminaram na fundação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG) em 1993. Mendonça (2011) aponta que a criação da ABAG, que será analisada na seção seguinte, foi o “capítulo final” da consolidação da OCB como força hegemônica do patronato rural brasileiro, que disputava essa hegemonia principalmente com a UDR.

2.2. A criação da ABAG e a incorporação da segurança alimentar

A criação da ABAG, em 1993, formalizava “[...] a existência de uma instituição representativa dos interesses comuns dos agentes das cadeias agroeconômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns” (ABAG, 1993, p. 18). O estabelecimento da associação funcionou, de certa forma, como o “ponto nodal” de um processo histórico que havia se iniciado com a modernização conservadora da agricultura e que atingiu um ponto crítico na Constituinte de 1988.

Em entrevista para este trabalho, o atual presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2024), apontou que a associação foi criada com dois objetivos principais: aplicar uma “visão da catedral”, isto é, a visão do complexo como um todo, e não somente de setores específicos de forma separada; e a construção de políticas públicas que trouxessem equilíbrio para as cadeias produtivas. Carvalho (2024) destacou que o Brasil é um país com um espaço complexo de políticas públicas, que variam de acordo com o governo, de forma que “a gente ganha, perde, ganha, dependendo da força política que esteja engajada” (Carvalho, 2024, s/n).

Por esse motivo, era importante uma entidade que tivesse como objetivo a construção de políticas que reduzissem a volatilidade de políticas públicas no país.

Nesse sentido, em seu discurso de posse da presidência da associação no Congresso Nacional em maio de 1993, Ney Bittencourt de Araújo afirmou que a primeira grande missão da ABAG seria “conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país [...] para a importância e a complexidade do sistema do *agribusiness*” (ABAG, 2013, p. 12). Destacou, também, que a ABAG seria responsável por aumentar a visibilidade do *agribusiness* brasileiro (ABAG, 2023a). O fato da posse dos dirigentes da ABAG ocorrer no Congresso Nacional já era por si só um indicativo de seu intuito em influir nos rumos políticos do país (Marques, 1996). De acordo com Regina Bruno (2022)

Três aspectos marcam a entidade desde a sua criação: a preocupação com a produção de bens simbólicos com vistas ao fortalecimento político; a busca incessante pela formalização de um espaço próprio de representação para o *agribusiness* brasileiro (fóruns, comissões, colóquios, debates, presença na Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros eventos) e prioridade na elaboração de uma proposta estratégica de desenvolvimento (Bruno, 2022, p. 10).

A criação da ABAG significou um ponto de inflexão na representação dos setores patronais da agricultura, antes marcada por estruturas como as associações sindicais e/ou tradicionais da agricultura patronal e as associações por produtos agropecuários. Sua fundação ia ao encontro da necessidade, identificada por seus idealizadores, de se estabelecerem novos canais de representação para o setor, frente a conformação de uma “nova agricultura” (Mendonça, 2011). Essa “nova agricultura” seria representada pelo conceito de *agribusiness*.

A entidade dá início, portanto, a um movimento mais consolidado de criação de um projeto político-econômico para o agronegócio no país, pavimentando o caminho para a consolidação política e ideológica do setor (Bruno, 2022). Esse projeto tinha como um de seus objetivos a construção de uma imagem para o setor, a partir da conformação de um discurso de legitimação (Marques, 1996). No momento, tal discurso se baseava em dois argumentos principais: os dados macroeconômicos e a segurança alimentar.

Conforme mencionei anteriormente, a importância dada à segurança alimentar pela ABAG foi sacramentada com a elaboração do livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de Agribusiness”, publicado no mesmo ano de criação da associação, em 1993. Neste, a segurança alimentar é apontada como a “principal responsabilidade social” do setor (ABAG, 1993, p. 11). Mendonça e Oliveira (2015) apontam que a atribuição da garantia da segurança alimentar ao agronegócio retirou do setor seu caráter puramente capitalista, imputando-o uma

“missão social”. Segundo os autores, essa associação foi essencial para a produção de um consenso nacional em torno do projeto do agronegócio.

Vale lembrar que, à época, o debate sobre a segurança alimentar havia ganhado maior tração na esfera política brasileira, sendo mobilizado pela sociedade civil para disputar recursos públicos e disputar o modelo social do país. Conforme mencionado no capítulo anterior, em 1990, três anos antes da fundação da ABAG, houve a formação do Governo Paralelo, que elaborou a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. O diagnóstico do documento era de que a situação de insegurança alimentar que caracterizava o Brasil era resultado de um modelo de produção consolidado através das políticas adotadas nas últimas décadas (Marques, 1996), ligadas ao processo de modernização da agricultura.

Os ganhos de produtividade observados na agricultura não somente haviam sido distribuídos de forma injusta e desigual, sendo caracterizados por um processo de exclusão de grande parte da sociedade brasileira, como não levaram a um barateamento relativo do preço dos alimentos. Ainda, o processo de modernização agrícola teve efeitos como o aumento do desemprego no campo e da migração do campo para a cidade, que não comportava a incorporação de novos moradores e trabalhadores de forma adequada. Esses aspectos teriam contribuído para um comprometimento do acesso ao alimento por parte significativa da população brasileira, colaborando para o estabelecimento de um quadro de insegurança alimentar no país (Marques, 1996). Ademais, relembra-se que, como apontado no capítulo anterior, nesse momento já havia ocorrido uma mudança de paradigma na segurança alimentar, dando-se destaque ao debate sobre a dimensão do acesso aos alimentos para a sua garantia. Nesse sentido, o Governo Paralelo trazia a questão do acesso à alimentação para o centro do debate sobre a segurança alimentar, tirando o foco somente da questão da produção e da produtividade agrícola.

Com esses aspectos em vista, o Governo Paralelo elencava, dentre as ações propostas para uma Política Nacional de Segurança Alimentar, a implementação de mudanças estruturais que levassem o Brasil a um novo modelo de desenvolvimento (Marques, 1996). Se consolidava, portanto, um projeto político construído a partir da mobilização de setores sociais que defendiam um formato de produção que beneficiava os pequenos agricultores, a produção de alimentos básicos e a reforma agrária (Zimmermann, 2011). Tal projeto se opunha, nesse sentido, ao modelo de desenvolvimento social e econômico vigente. Este modelo, por sua vez, estava diretamente associado aos grupos que a ABAG afirmava representar. Assim, a ABAG se conforma em resposta aos debates e às políticas que estavam sendo construídas à época,

buscando se posicionar e posicionar seus interesses em um novo cenário político que se configurava.

Em abril de 1993, um mês antes da fundação da ABAG, o governo Itamar Franco criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que teve como referência as propostas do Governo Paralelo para a segurança alimentar. A criação do CONSEA demonstrava a priorização do governo às políticas de combate à fome e a adesão ao projeto político encabeçado pela sociedade civil. Elencar a segurança alimentar como núcleo de suas ideias, portanto, era relevante para a ABAG como forma de se inserir no debate e de abrir novos espaços de intervenção, em uma configuração política que se mostrava favorável à participação da sociedade civil (Marques, 1996), buscando se posicionar também na disputa por recursos públicos do governo. Assim, a ABAG apontava que a construção de uma política de segurança alimentar era fundamental para o desenvolvimento do país, na medida em que esta seria “[...] o mais forte condicionante do êxito de uma estratégia de crescimento econômico” (ABAG 1993, p. 25), e que tal política só seria bem-sucedida se fossem resolvidos os gargalos da cadeia produtiva do agronegócio, com vistas a aumentar a oferta de alimentos.

Ainda que a dimensão da oferta de alimentos permanecesse o foco principal, afinal, “[...] não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos” (ABAG, 1993, p. 21), a ABAG também chamava atenção à dimensão do acesso como relevante ao combate da insegurança alimentar, em alinhamento com as mudanças observadas no debate internacional e com a inserção nacional do termo. A visão da ABAG também estava de acordo com o diagnóstico de que o problema do acesso estava associado à renda da população. Argumentava, portanto, que o desafio imediato para a segurança alimentar no Brasil seria

[...] recuperar o poder de compra do salário-mínimo. Isto depende do ritmo possível de seu aumento nominal, de um lado, e da redução do custo dos alimentos, do outro. A redução do custo dos alimentos depende da restauração da capacidade de investimento e da valorização da atividade agrícola e agroindustrial. Somente com o aumento da produção será possível atender a uma política de segurança alimentar e, por extensão, a uma política de estabilização de preços. (ABAG, 1993, p. 37)

Apoiados na ideia de que a segurança alimentar dependia do *agribusiness* brasileiro, a ABAG destacava sete princípios para alcançá-la (ABAG, 1993):

1. Construção da “Família Brasil”, que seria “composta por cidadãos suficientemente alimentados e habilitados a consumir mais e a produzir mais e melhor, em benefício da competitividade global do país” (ABAG, 1993, p. 154);

2. Estabilidade econômica para o desenvolvimento nacional, principalmente com a redução da inflação, mas destacando também a necessidade de “redução dos controles econômicos” e de “abertura máxima aos mercados mundiais” (ABAG, 1993, p. 154);
3. Aumento do poder real de compra dos salários, através de medidas como o aumento real do salário-mínimo, a redução de impostos sobre os produtos alimentícios e o incentivo a programas voltados a uma maior produtividade e redução dos custos das empresas;
4. Ampliação do acesso aos alimentos, com ações voltadas à merenda escolar e a criação de programas como “bônus-alimentação”, baseado em programas de *food stamps* internacionais, criado originalmente nos Estados Unidos. O livro da ABAG não especifica no que consistiria esses “bônus-alimentação”. Nos EUA, os *food stamps* se consistiam na distribuição de cupons que poderiam ser trocados por alimentos;
5. Valorização e expansão da produção agropecuária, com uma agenda de políticas que contemplasse os seguintes pontos: menor intervenção do governo, que passaria a ser responsável principalmente por assegurar o funcionamento do mercado; liberdade de comercialização interna e externa dos produtos e subprodutos agropecuários; política de preços mínimos que englobasse somente produtos considerados essenciais à segurança alimentar; reforma tributária que eliminasse ou reduzisse os tributos sobre os produtos agropecuários e os insumos utilizados em sua produção; construção de novas formas de financiamento às atividades agrícola e agroindustrial; liderança nas negociações internacionais visando condições justas no comércio agrícola mundial e o fim do protecionismo de nações desenvolvidas; e aumento da produtividade do trabalho no campo;
6. Redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos, com melhorias na infraestrutura de comercialização, formação de estoques reguladores e o desenvolvimento de mecanismos de comercialização através de mercados físicos e mercados futuros; e
7. Agregação de valor e interiorização do desenvolvimento.

Três pontos merecem ser enfatizados aqui. Em primeiro lugar, destaca-se a ideia da construção de uma “Família Brasil”. De acordo com o livro da ABAG, havia uma “dívida social” no Brasil, que mantinha “a distância que separa a renda auferida e o padrão de consumo

do topo em relação à base da pirâmide social” (ABAG, 1993, p. 154). A resolução para essa dívida seria, de acordo com a ABAG, a construção da “Família Brasil”. Há aqui um movimento de homogeneização da sociedade brasileira, em benefício da “competitividade global do país”, isto é, em benefício do agronegócio. Para a ABAG, a resposta para a “dívida social” brasileira seria uma sociedade “suficientemente” alimentada a fim de aumentar a produção e o consumo (ABAG, 1993), sendo a qualidade de vida medida então pela capacidade de consumo das pessoas e famílias.

Em segundo, chama a atenção que, mesmo que houvesse um destaque para a questão do acesso na garantia da segurança alimentar, esta era, ainda assim, associada ao aumento da produção de alimentos. Nesse sentido, mesmo nos pleitos por maior acesso, é possível observar a promoção de medidas que beneficiavam diretamente a produção, justificadas como meios de reduzir os preços ao consumidor final.

Em terceiro, é possível perceber que os “sete princípios” elencados para a construção de uma estratégia de segurança alimentar para o país tratam de temas fundamentais para o agronegócio brasileiro, como redução de impostos, aumento do financiamento e abertura comercial. Importante lembrar que quando a ABAG foi criada, em 1993, estava sendo finalizada a Rodada do Uruguai do GATT, concluída em 1994, e que culminou na criação da OMC em 1995, contribuindo para a consolidação de uma noção de segurança alimentar baseada no mercado. Os pleitos da ABAG em relação a uma maior abertura comercial podem ser interpretados como uma forma de incidir sobre a posição do país nas negociações e na inserção internacional do Brasil em uma nova configuração geopolítica que se conformava, com uma visão de segurança alimentar que era atrelada ao bom funcionamento do mercado agrícola mundial e que priorizava e incentivava as exportações do agronegócio.

Há um esforço por parte da ABAG, portanto, de associar sua agenda política para o país com a garantia da segurança alimentar. Sobre esse aspecto, Mendonça e Oliveira (2015) destacam o esforço da ABAG em compatibilizar as noções de segurança alimentar e competitividade do agronegócio, destacando a contradição inerente a esse movimento:

Encontramo-nos diante de uma cadeia de atividades econômicas altamente empresarializadas e financeirizadas, cujo produto final destina-se, prioritariamente, à exportação, mormente no contexto histórico de início do processo de desindustrialização brasileira (Mendonça, 2004), marcado pela abertura externa da economia do país, que detinha a sexta população mais mal alimentada do mundo! [...] Ora, tal projeto guarda bem pouca afinidade com o mercado interno e menos ainda para com os destinos da população brasileira, embora se tenha insistido em “vesti-lo” do estratégico papel de compatibilizador entre “desenvolvimento econômico” e “bem-estar social”. (Mendonça; Oliveira, 2015, p. 174-175)

Aqui, podemos resgatar a análise de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o espírito do capitalismo. Segundo os autores, é o espírito do capitalismo, baseado em um processo de assimilação da crítica anticapitalista, o responsável por justificar e sustentar tal regime. Para isso, deve basear-se em argumentos robustos o suficiente para serem aceitos e incorporados por um número significativo de pessoas. Assim, o capitalismo deve utilizar de pressupostos que, em determinado período, tenham capacidade de mobilizar a opinião pública. À época da criação da ABAG, a segurança alimentar não somente mobilizava parte relevante da opinião pública, como também começava a ser priorizada pelo governo federal. A leitura da segurança alimentar que prevalecia era uma que, conforme exposto, mostrava-se crítica ao modelo de desenvolvimento vigente até então, pautado em uma agricultura capitalista e o qual era diretamente ligado aos setores que agora conformavam o *agribusiness* brasileiro.

A segurança alimentar foi, portanto, incorporada pelo setor como forma de justificar e legitimar sua atuação nas discussões sobre a agenda política do país, sendo elencada como a “responsabilidade social” do agronegócio, que assumia, assim, um papel estratégico a serviço do bem comum (Boltanski; Chiapello, 2009). Essa incorporação se deu em uma tentativa de neutralizar a crítica colocada aos setores do agronegócio por parte da sociedade civil, representada naquele momento principalmente pelo Governo Paralelo e pela Ação da Cidadania, que atribuía ao seu modo de produção a insegurança alimentar da sociedade brasileira.

Conforme apontam Cappellin e Giffoni (2007), nos anos 1990 no Brasil as empresas buscavam se reestruturar para aumentar sua competitividade no mercado internacional. Esse mesmo movimento pode ser observado no agronegócio brasileiro, que tinha um foco em aumentar a competitividade global do país em benefício do setor. As autoras indicam que, nesse contexto, “a responsabilidade social da empresa tornou-se, assim, parte de uma estratégia mais ampla de legitimidade” (p. 424). Ao definir a segurança alimentar como a principal responsabilidade social do agronegócio e ao atribuir a ela um enfoque empresarial e alinhado aos interesses do *agribusiness* brasileiro, a ABAG incorporava uma resposta à crítica a fim de desarmá-la, simultaneamente a colocando a serviço do fortalecimento de sua legitimidade (Furtado, 2015).

A ABAG delineava um entendimento de que a viabilização da segurança alimentar só poderia ser efetivada através do fortalecimento do setor. Com isso, objetivava elencar os interesses do agronegócio como interesse público. Ao mobilizar a segurança alimentar e a atrelar ao agronegócio, a ABAG justificava a necessidade de adesão à sua agenda política, que

pode ser bem observada nos “sete princípios” elencados pela entidade para a garantia da segurança alimentar, e de se destinar recursos públicos ao setor.

Como exposto no Capítulo 1, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que tomou posse em 1995, reorientou o foco dado à segurança alimentar e restringiu a participação da sociedade civil, vide a extinção do CONSEA no mesmo ano. O primeiro governo de FHC foi marcado por uma redução do apoio do Estado à agropecuária. Houve um desmonte das políticas agrícolas que caracterizaram as relações entre ambos desde o início dos anos 1970, em um contexto de queda dos preços das *commodities* (Delgado, 2012). Isso não significa, entretanto, que o setor agrícola não se beneficiasse de incentivos por parte do Estado nesse período (Heredia et al., 2010). Em 1996, por exemplo, a ABAG foi convidada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento para integrar a comissão organizadora do Fórum Nacional da Agricultura (FNA), que havia sido criado para discutir e aprovar políticas públicas para a agricultura (ABAG, 2023a).

Em contrapartida, o segundo mandato FHC foi marcado por uma inflexão no tratamento dado ao setor, com o “relançamento da economia do agronegócio” (Delgado, 2012, p. 94). A grave crise cambial que tomou conta do país no final dos anos 1998 deu início a um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, sendo o agronegócio chamado para “salvar” a balança comercial do país. A partir desse momento, começa a haver também um maior agenciamento da categoria de *agribusiness*, posteriormente traduzida para agronegócio, pelo governo federal. Conforme aponta Pompeia (2021, p. 188), “[...] a entrada da categoria “agronegócio” para o vocabulário do governo federal simbolizava e aprofundava a adesão política a diferentes pleitos dos líderes empresariais.”

O *boom* das *commodities* no início dos anos 2000 reforçou a estratégia de relançamento do agronegócio, que passa a ter uma maior proeminência junto às esferas do Executivo e do Legislativo, garantindo um apoio crescente a seus pleitos e reivindicações. Foi em 2002, por exemplo, que a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, atualmente Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), foi oficialmente criada no Congresso Nacional. Com uma estratégia econômica voltada ao comércio exterior e centrada no agronegócio, o papel do Estado nas dinâmicas do setor é fortalecido, seja por meio de políticas públicas setoriais ou mais globais, como por exemplo as de infraestrutura, ou através da tentativa de estabelecer marcos regulatórios benéficos ao setor (Heredia et al., 2010).

Também em 2002, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de *Agribusiness* (CBA), promovido pela ABAG, e que contou com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento. O resultado do evento foi a elaboração da Carta do *Agribusiness* Brasileiro na Perspectiva 2010, que apresentava as conclusões do congresso, as reivindicações do setor e o que se esperava do próximo governo, a ser eleito naquele mesmo ano. Caio Pompeia e Sergio Schneider (2021) ressaltam que o conjunto de sugestões apresentadas no documento dialogavam diretamente com as ações de segurança alimentar promovidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que estava à frente da corrida presidencial. Conforme apontam os autores, a habilidade da ABAG em conciliar medidas de apoio à produção e ao acesso levou com que, ao ser eleito, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva convidasse o então presidente da entidade, Roberto Rodrigues, para presidir o Ministério da Agricultura. Pompeia e Schneider (2021) destacam, entretanto, que houve um desencontro entre as práticas do Ministério e as posições públicas da ABAG, na medida em que foram defendidos primordialmente os interesses de agentes do agronegócio, com foco na dimensão da produção para o combate à fome.

Esse ponto é de particular relevância pois demonstra a influência política que o setor tem. Ainda que a eleição de Lula tenha representado mudanças significativas no que diz respeito às políticas do país, no caso da segurança alimentar, por exemplo, com a reinstalação do CONSEA e a construção de políticas públicas de combate à fome, não se mudou o regime de acumulação. O boom das *commodities* no início dos anos 2000 impactou de forma profunda a América Latina, influenciando políticas de desenvolvimento e intensificando a extração de recursos naturais para exportação (Brand et al., 2016). Os governos da região, em especial aqueles de esquerda, como era o caso no Brasil, se utilizaram do discurso de que as receitas advindas do setor extrativista e do agronegócio eram destinadas ao financiamento de políticas sociais, as quais tiveram um efeito importante na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Nesse sentido, ainda que o governo Lula tenha tido um impacto significativo no aumento da segurança alimentar da população brasileira e tenha voltado atenção para agricultura familiar e de pequena escala, o agronegócio permaneceu sendo privilegiado e ocupando um papel central na dinâmica política do país. Podemos entender, então, a economia do agronegócio como um regime de acumulação e modelo de desenvolvimento, caracterizado por um “[...] determinado conjunto de práticas culturais e sociais e esquemas mentais [...]”, que se tornam “[...] (pelo menos parcialmente) hegemônicos e se traduzem num compromisso institucionalizado à escala nacional ou subnacional” (Brand et al., 2016, p. 128).

Vale destacar que, conforme aponta Pompeia (2021), à medida que foi aumentando a relevância do agronegócio nas definições de políticas do governo federal, houve também um acirramento nas competições internas do setor, com disputas em relação a quem lideraria o

processo. Entretanto, observa-se, na segunda metade dos anos 2000 e mais intensamente a partir de 2010, uma convergência política crescente entre os atores do agronegócio e sua maior inserção na agenda política nacional.

Um ponto importante para essa convergência foram as discussões em torno do Código Florestal em 2010, que levou a aproximações entre entidades representativas, posicionamentos e justificações (Pompeia, 2021). A convergência do setor levou a sua vitória no tema, sendo aprovado em maio de 2012 as revisões no Código Florestal. Fruto de mais de uma década de pressão por parte da bancada ruralista, o novo código concedeu anistia para desmatadores, a partir da permissão de compensação de multas por desmatamento ilegal antes de 2008 através do reflorestamento, criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro auto declaratório de imóveis rurais, reduziu áreas de proteção permanente e liberou proprietários rurais de parte da recuperação das áreas de reserva legal, a depender do tamanho da propriedade (Observatório do Clima, 2022a, 2022b).

Também a partir de meados dos anos 2000 observou-se uma redução da capacidade dos atores do agronegócio em agenciar o conceito de segurança alimentar no contexto nacional. Em 2006, o Censo Agropecuário havia apontado que a agricultura familiar era responsável por parte considerável da oferta de produtos importantes para o consumo interno e, ademais, havia se consolidado no país uma estrutura democrático-participativa para as políticas relacionadas à SAN. A narrativa alimentar dos atores do agronegócio passou então a ser deslocada para o âmbito internacional, destacando seu papel como garantidor de segurança alimentar mundial e a importância das exportações de *commodities* agropecuárias (Pompeia; Schneider, 2021), o que se alinhava também à crescente liberalização do comércio internacional. Entendo aqui esse deslocamento a partir da perspectiva de Boltanski e Chiapello (2009). A partir do momento em que as críticas sobre as relações entre o setor e a segurança alimentar não eram mais passíveis de serem incorporadas, os atores do agronegócio as deslocam para o contexto internacional, de modo a desarmá-las.

Essa narrativa, que apontava o setor como responsável pela garantia da segurança alimentar mundial, foi amplamente agenciada pelo setor na defesa de pleitos de caráter controverso na esfera pública, frequentemente relacionados a questões fundiárias e socioambientais. Um exemplo foram as discussões em torno do próprio Código Florestal. Na ocasião, mobilizou-se a ideia de que o Brasil precisaria aumentar sua oferta de alimentos, justificada por projeções da FAO que afirmavam a necessidade de um aumento de 70% da produção mundial até 2050 (Pompeia, 2021). Nesse âmbito, a ABAG realizou, em 2011, um

fórum intitulado “Código Florestal: O que é bom para o Brasil?”. A preocupação da entidade em relação ao tema era a questão de disponibilidade de terra, sendo exposto que “se a legislação existente for tomada ao pé da letra, 68,2% do território nacional não pode ser destinado para a agricultura” (ABAG, 2013, p. 40). Outros exemplos são os debates em torno das demarcações de Terras Indígenas, reconhecimento de territórios tradicionais e áreas protegidas (Pompeia; Schneider, 2021). Tendo como foco principal a questão da produção em detrimento do acesso para garantia da segurança alimentar, estes pleitos eram justificados pela necessidade de aumentar a quantidade de terra disponível para a produção agropecuária.

Há a partir desse período uma reconfiguração na forma em que os atores do agronegócio se relacionam com o Estado, dado o que Pompeia (2020a, p. 1-2) identifica como “[...] um impulso organizado e sistemático, em função da agudização de disputas fundiárias e conflitos socioambientais, da orquestração política no campo do agronegócio”. O autor identifica essa nova configuração com o que ele chama de “concertação política do agronegócio”, definida como uma forma historicamente situada de convergência entre os distintos atores deste setor. De caráter intersetorial e privado-estatal, esta nova forma de organização se dá a partir de uma maior racionalização dos conflitos e diferenças internas de forma a angariar o apoio da opinião pública e potencializar sua capacidade de atuação junto ao Estado.

Pompeia (2020a) destaca, ainda, que a concertação atua a partir da criação de uma indistinção entre a dimensão conceitual do agronegócio, noção totalizadora, e a sua dimensão política, que diz respeito aos atores da concertação. Na medida em que este grupo não representa de fato todos os atores englobados pela categoria conceitual do agronegócio, vide, por exemplo, a falta de atores da agricultura familiar em seus espaços de representação, há a simulação de uma “representatividade superdimensionada” desse campo. Isto é, há um contraste entre as funções agroalimentares previstas no conceito de agronegócio e a representação da concertação (Pompeia, 2020b). De fato, ao menos na concepção brasileira do termo, o agronegócio não diz respeito a soma de todas as atividades da cadeia de alimentos e fibras, mas sim a “[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, que “[...] realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94).

Com a ampliação da atuação da concertação política do agronegócio, começou a se intensificar a mobilização de um aparato de legitimação que justificasse o atendimento aos pleitos e às reivindicações desse grupo político frente a opinião pública e ao Estado, muito

baseado no agenciamento desta representatividade aumentada. Tal aparato, que começou a ser construído com a criação da ABAG em 1993, acabou por tornar-se uma peça fundamental na atuação do agronegócio, conferindo

[...] um conjunto de proposições que, fundamentando um imaginário [...] relacionado ao agronegócio no Brasil, contribuem para justificar os agentes da concertação e encorajam, por desdobramento, endosso de parcela da opinião pública às suas pautas políticas e apoio da cúpula do Estado a elas (Pompeia, 2020a, p. 3).

Podemos argumentar, portanto, que tal aparato de legitimação confere um dispositivo discursivo de consolidação da hegemonia do agronegócio brasileiro. Entendemos que este grupo articula um conjunto de elementos, como as ideias de modernidade, os dados macroeconômicos, a geração de empregos, a segurança alimentar global e a sustentabilidade, em cadeias de significação que constroem uma estrutura discursiva para o agronegócio (Laclau e Mouffe, 2001). Assim, se estabelece uma representação específica sobre a realidade social e econômica do Brasil e, conseqüentemente, sobre a visão de desenvolvimento que deve guiar o país, os rumos políticos para alcançar tal visão, e a importância do agronegócio neste cenário. Esse aparato discursivo contribui para legitimar o que Delgado (2012) chama de “economia do agronegócio” no país.

Entendido como grupo hegemônico, o agronegócio se conforma discursivamente atuando em frentes distintas, dentre as quais destacam-se:

- Sua atuação dentro do Estado, a partir da FPA, de sua presença em órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a EMBRAPA (Bruno, 2022; Pompeia, 2022), do apoio massivo a campanhas políticas, da influência no judiciário, entre outros;
- A narrativa econômica, elencando o agronegócio como “motor da economia”, destacando seu papel como gerador de empregos e sua responsabilidade para a manutenção de um saldo positivo da balança comercial brasileira, com foco em seu peso nas exportações do país (Rodrigues, 2018).
- A partir de peças publicitárias, como as campanhas Sou Agro, construída sob encomenda da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 2011 (Bruno, 2012; Chã, 2016), e Agro: a indústria riqueza do Brasil, com seu famoso slogan “Agro é Pop. Agro é Tech. Agro é Tudo”, criada em 2016 pela Rede Globo (Pompeia, 2020b);

- Através dos seus meios de comunicação, como revistas e canais de divulgação jornalística, a exemplo da Globo Rural, AgroAnalysis, Canal Rural, Conexão Safra e Revista AgroBrasil (Chã, 2016);
- Sua representação na televisão, seja a partir do espaço e da relevância dada ao agronegócio na mídia, seja a partir de sua representação em novelas como O Rei do Gado, da Rede Globo, exibida originalmente em 1996 e reprisada pela emissora em 1999, 2015 e 2023 (Bruno, 2012; Chã, 2016; Pompeia, 2020b; Pompeia, 2021). Outro exemplo é Pantanal, *remake* da novela de mesmo título de 1990, exibida em 2022 também pela Rede Globo, que buscou não somente a permanência do agronegócio, mas a atualização de seu discurso, a partir da ideia de um agronegócio “consciente” e “sustentável” (Adoue; Malcher, 2022). Em contrapartida, a novela Terra e Paixão, exibida em 2023 pela emissora, recebeu críticas por parte de defensores do agronegócio por reforçar “o estereótipo do grande produtor violento e inescrupuloso” (Agrofy News, 2023, sp).
- A partir da influência sobre a produção e divulgação do conhecimento, através de sua presença nos espaços acadêmicos, como é o caso da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), do financiamento de pesquisas ou do apoio a campanhas como a promovida pelas autointituladas “mães do agro”, que objetivavam interferir nos currículos escolares (Szmrecsányi, 1990; Brasil de Fato, 2021; Alentejano et al., 2021). Sobre este ponto, vale mencionar que, ao ser entrevistado para esta dissertação, o presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, destacou a importância da narrativa do agronegócio, apontando que

não se trata apenas do setor privado falar, mas do mundo acadêmico falar, teses como a sua, e do mundo acadêmico de Harvard, de Colúmbia, das universidades australianas e chinesas caracterizando com narrativas que coloquem a realidade brasileira, e não narrativas que procurem colocar dificuldades para justamente ter políticas públicas que defendam os subsídios internos (Carvalho, 2024, s/n).

Aqui, ele se referia a narrativas que seriam prejudiciais ao agronegócio, como aquelas referentes ao desmatamento e às mudanças climáticas, que, em sua visão, influenciam políticas públicas de outros países e prejudicam o agronegócio brasileiro, na medida em que os subsídios internos e medidas protecionistas dificultariam as exportações do setor. Este ponto será retomado no próximo capítulo, mas a fala de Carvalho destaca a importância dada à academia na construção de narrativas do agronegócio.

Não se pretende aqui dar à segurança alimentar uma relevância maior do que a que ela tem para a construção da hegemonia do agronegócio. A segurança alimentar foi importante na conformação do setor, especialmente na construção de sua representação, quando da criação da ABAG em 1993, cumprindo um papel principalmente de justificar e legitimar a atuação da entidade e a adesão aos pleitos do setor. Ainda que tenha sido menos agenciada no contexto nacional a partir de meados dos anos 2000, isso não significou que o termo tenha sumido do vocabulário do agronegócio. Conforme exposto, o tema passou a ser mobilizado a partir de uma perspectiva global, com o agronegócio brasileiro sendo elencado como responsável por “alimentar o mundo”.

Em anos recentes pode-se observar também uma retomada do agenciamento da segurança alimentar pelo agronegócio, em especial com o aumento da fome e da insegurança alimentar e com a pandemia de Covid-19. Destaca-se também que, frente à intensificação dos debates sobre mudanças climáticas, há uma associação entre os debates alimentar e ambiental do agronegócio. Nesse sentido, há um esforço de construção da ideia do Brasil como potência agroalimentar e agroambiental, a partir de seu agronegócio. Como colocado pelo presidente da ABAG durante a entrevista realizada para esse trabalho, há um trabalho essencial a ser feito

na questão da imagem, das narrativas, para que não fique apenas a imagem de que o Brasil pode produzir, porque a estatística mostra isso, mas pode produzir e produz de forma extremamente competitiva, de forma extremamente sustentável, e com uma capacidade de expansão de oferta sem derrubar uma árvore mais, isso é muito importante (Carvalho, 2024, s/n).

A respeito das recentes mobilizações da segurança alimentar pelo agronegócio, vale destacar aqui algumas, a título de ilustração. Em 2018, foi lançado o livro “Agro é Paz: Análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo”, organizado por Roberto Rodrigues, um dos fundadores da ABAG, e editado pela ESALQ. A apresentação do livro se inicia apontando projeções de organismos como a ONU e a FAO a respeito da necessidade de aumento da produção de alimentos no mundo, para alimentar a crescente população global, destacando-se o papel do Brasil nesse cenário. Aponta-se que apenas 30% do território nacional é utilizado para agropecuária, de forma que o Brasil poderia expandir sua produção de alimentos para exportação em mais de 40% em dez anos, mas que esse potencial só será alcançado “se o país montar uma estratégia adequada, com políticas públicas e atuação privada bem concatenadas” (Rodrigues, 2018, p. 10). Nesse sentido, o livro teria por objetivo a conformação de um plano de Estado, e não de governo, a ser apresentado aos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018.

O livro ressalta, ainda, que este não seria um plano para a agropecuária ou para o agronegócio de forma específica, mas sim “para todos os brasileiros, cujo resultado final daria ao Brasil o título de campeão mundial da segurança alimentar” (Rodrigues, 2018, p. 11). O Brasil teria então um papel fundamental para “[...] enfrentar um dos maiores desafios do século XXI: garantir a segurança alimentar global sem destruir os recursos naturais”, de forma que o documento definiria “[...] os principais temas para uma estratégia de governo voltada às indústrias do agronegócio, a fim de que o país possa cumprir o seu papel diante desse desafio” (Rodrigues, 2018, p. 32). Como é possível perceber, a segurança alimentar é agenciada em uma perspectiva global para justificar a necessidade de uma estratégia de governo voltada ao agronegócio. O livro abrange uma amplitude de temas, como macroeconomia, política agrícola, tecnologia e inovação, competitividade, logística, segurança jurídica, sustentabilidade, gestão, cooperativismo e comunicação, sendo definidas propostas do setor para cada um dos temas.

Já em 2021, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou o manifesto “Alimentar é Construir o Futuro”. A campanha fez parte de uma série de iniciativas da confederação de construção de identidade com o intuito de dialogar com a sociedade brasileira sobre “o real significado de ser um produtor” (CNA, 2021a, s/n), nesse caso, a partir da mobilização da ideia do alimento e de sua associação com o agronegócio. Vale ressaltar que o manifesto foi acompanhado de um estudo de mesmo nome, que não foi divulgado ao público, mas que foi apresentado ao Instituto Pensar Agropecuária (IPA), braço institucional da FPA, e que seria “uma conversa, um discurso de ações, textos, pautas, comunicação e marketing para mostrar à sociedade consumidora o real papel do agro no país” (CNA, 2021b, s/n).

Ainda a respeito da CNA, desde 2010 a entidade divulga documentos durante o período eleitoral que expõe os interesses da agropecuária brasileira, com propostas do setor ao próximo governo. Nas eleições de 2022, foi incluída pela primeira vez uma seção sobre o tema da segurança alimentar, que inclusive foi o primeiro tópico do documento, o qual contou também com seções sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável. De acordo com o documento, a garantia da segurança alimentar deveria ser dividida em duas linhas de ação pública: oferta de alimentos e acesso da população aos alimentos.

Do lado da oferta, elenca-se como ação principal o aumento da produção e da produtividade. Nesse aspecto, as medidas promovidas pelo setor estariam ligadas à inovação tecnológica, dividida em aspectos tecnológicos, insumos, sanidade de cultivos e rebanhos, conectividade no meio rural e irrigação e recursos hídricos. Destaca-se também a necessidade de se investir em logística e transporte, a fim de “reduzir o Custo Brasil” e promover “a

integração entre as regiões brasileiras e o aumento da produtividade e competitividade” (CNA, 2022, p. 20).

Outro ponto mencionado diz respeito ao mercado internacional, com a necessidade de se garantir o acesso a mercados e acordos comerciais, mencionando-se o aumento da fome no mundo e o papel do agronegócio brasileiro em “garantir a segurança alimentar da população brasileira e uma vocação exportadora que apoia a garantia da paz e da segurança alimentar em todo o mundo” (CNA, 2022, p. 26). Nesse âmbito, é ressaltada também a importância de fortalecer a imagem do agronegócio no mundo, devido ao aumento do protecionismo dos países e das críticas direcionadas à agropecuária brasileira.

Finalmente, no lado do acesso aos alimentos, tem-se como diagnóstico que os problemas são ligados ao comprometimento da renda da população, o que estaria ligado ao

[...] crescimento econômico irregular e de taxas tímidas por décadas, [...]; a elevada taxa de desemprego, que ainda atinge 9,8% da população; ao elevado nível de desigualdade social; ao ainda baixo desenvolvimento tecnológico, educacional e à elevada taxa de analfabetismo, que contribuem para a baixa remuneração e qualidade dos empregos; a histórica má administração dos recursos públicos e investimentos governamentais em serviços básicos e essenciais, como saúde, segurança, educação e transporte, que concorrem com a alimentação nas despesas das famílias; e a deficitários mecanismos de dispersão regional da oferta e do acesso da população a alimentos a preços competitivos. (CNA, 2022, p. 31)

Como é possível perceber, a questão do acesso é novamente ligada a uma questão de renda das famílias, vinculada à pobreza e à desigualdade social do país. Além desses exemplos, observou-se também em anos recentes um aumento do agenciamento da segurança alimentar pela ABAG. Essa mobilização se dá, por um lado, a partir de artigos publicados pela associação ou por seus representantes, como por exemplo o artigo “Segurança Alimentar e o Papel do Brasil”, de autoria do atual presidente ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, publicado na Agrishow Digital em dezembro de 2022, ou o artigo “Em prol da segurança alimentar mundial”, escrito por Gislaine Balbinot, diretora executiva da ABAG, na Revista do SuiSite em janeiro de 2023. Por outro, percebe-se um maior agenciamento do conceito de segurança no Congresso Brasileiro do Agronegócio, evento promovido pela ABAG desde 2002 e que será analisado no próximo capítulo.

3. “O BRASIL É A RESPOSTA AO MUNDO”: A ABAG E A ATUALIZAÇÃO DA NARRATIVA ALIMENTAR

O Brasil tem a oportunidade de reafirmar seu protagonismo no cenário da segurança alimentar mundial. O país também tem papel preponderante como fonte de alimentos e energia em um cenário de crise alimentar pela qual passa o mundo atualmente. Para o curto prazo, é preciso estar atento a três temas: nova globalização, com dois polos – o Ocidente, sem liderança e com a perda do protagonismo de organismos internacionais, e o Oriente, liderado pela China; o novo cenário transformado pela pandemia, que fez com que as empresas buscassem trazer seus insumos para localidades para próximas; e a segurança alimentar. Os países têm interesse em investir no agronegócio por terem a certeza da lucratividade do setor. (ABAG, 2022b, p. 15)

Conforme mencionado no capítulo anterior, a ABAG foi criada em 1993 com o objetivo de representar os interesses dos diferentes agentes da cadeia de alimentos e fibras, tendo como um de seus principais argumentos para firmar sua legitimidade a segurança alimentar. Ancorando-se na ideia de que a segurança alimentar era a “pedra fundamental” do desenvolvimento do país como uma sociedade justa (ABAG, 1993, p. 9), a ABAG elegia o agronegócio como o encarregado por sua garantia. A entidade se apoiava também em outros elementos para estruturar seu discurso, como o desenvolvimento sustentado, a integração à economia mundial, a melhoria na distribuição de renda e a preservação do meio ambiente (ABAG, 1993).

Mendonça e Oliveira (2015, p. 179) apontam que, ainda que a ABAG se apresentasse como representante dos diferentes setores da agricultura patronal e da indústria, ela se conformava na realidade como um “*pool* de grandes empresas”, com participação limitada do setor primário. De fato, desde sua criação, a entidade era formada preponderantemente por membros da indústria, isto é, dos setores a montante e a jusante da agropecuária. Este padrão se manteve ao longo dos anos. Em 2019, por exemplo, mais de 80% de seus membros eram representantes do setor secundário, enquanto somente cerca de 18% eram da agropecuária *per se* (Pompeia, 2020a).

Atualmente, a ABAG possui 73 associadas. Dentre elas, encontram-se empresas ligadas ao setor químico, como Bayer, Basf e Syngenta. A Cargill, uma das empresas do “ABCD do Agro”, referente às quatro maiores empresas do agronegócio no mundo, também é uma das associadas da ABAG. Além dessas, há a presença do setor financeiro, como Santander, Itaú, Banco do Brasil, e até mesmo firmas de advocacia, empresas telefônicas e consultorias. Há também representações do setor primário, como Agrocères, Agropalma e SLC Agrícola. Entretanto, estas continuam sendo minoria na ABAG, de forma que o perfil de suas associadas é majoritariamente ligado aos segmentos agroindustriais e financeiro.

Tabela 1 – Empresas e entidades associadas à ABAG em 2023

ABAG Ribeirão Preto (ABAG/RP)	Bayer	InnovaTech	Santos Neto Advogados
Associação Brasileira de Estudos das Abelhas (Abelha)	BrasilAgro	InpEV	Scania
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)	Cargill	IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional	Sicredi
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)	Ceres	Itaú BBA	Sindiveg
AGCO	CHS	Jacto	SLC Agrícola
Agrícola Alvorada	CNH Industrial	JBS	Sonda
AgroAdvice	Copersucar	John Deere	Syngenta
Agrocerec	Cooxupé	Labware	TechFertil
Agrometrika	Corteva	Lima Junior Domene e Advogados Associados	Tereos
Agropalma	Cosan	Mars	Tozzini Freire Advogados
Algar	CropLife Brasil	Mosaic Fertilizantes	Thomson Reuters
Alto Alegre	Demarest	MyCarbon	Valley
Andav	Embrapa	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	VBSO Advogados
Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP)	Ernst & Young Brasil (EY Brasil)	OCP	Vivo
ASSEISIP	Evoinc	Philip Morris Brasil	Yara
B3	FMC	Rabobank	Zilor
Banco do Brasil	Greenhas	Raizen	-
Fazendas Bartira	Hidrovias do Brasil	SAE Brasil	-
BASF	Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)	Santander	-

Fonte: Elaboração própria com base em ABAG (2024)

Ainda que a ABAG se imputasse a responsabilidade por tornar o agronegócio brasileiro reconhecido perante a sociedade civil brasileira e o governo, a eficácia de sua atuação só seria garantida se ela conseguisse inscrever dentro do Estado seus dirigentes (Mendonça; Oliveira, 2015). Somente a inserção da ABAG nos espaços constituintes do Estado, como conselhos, congressos e ministérios, permitiria que ela participasse ativamente das decisões políticas e da construção do projeto de desenvolvimento para o país que vislumbrava.

Em sua análise, que abrange o período de 1991 a 2014, Mendonça e Oliveira (2015) identificam a presença de representantes da ABAG dentro de variadas agências e órgãos do Estado. No MAPA, os autores apontam essa presença em órgãos como a Secretaria de Política Agrícola, o Conselho do Agronegócio (CONSAGRO), Câmaras Setoriais de diferentes cadeias

produtivas (milho, citricultura, açúcar e álcool, oleaginosas e biodiesel), e Câmaras Temáticas (como a de insumos agropecuários, de negociação agrícola internacional e a de infraestrutura e logística). Também foram identificados representantes da ABAG na Embrapa, na Câmara do Comércio Exterior e no Conselho Nacional de Política Agrícola. Destaca-se também a presença da ABAG no CONSEA. Entre 2007 e 2011, o presidente da CNA, Fábio Meirelles, era membro do CONSEA, tendo como suplente Luiz Antonio Pinazza, que foi Diretor Técnico da ABAG entre 2003 e 2013.

Além disso, conforme já mencionado, Roberto Rodrigues, enquanto presidente da ABAG, foi convidado pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva a ser ministro da agricultura, posto que ocupou entre 2003 e 2006. Vale mencionar também que Rodrigues já havia sido Secretário de Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo entre 1993, ano de criação da ABAG, e 1994. Pode-se observar, assim, que a ABAG foi bem-sucedida em inserir seus dirigentes e representantes dentro do Estado. Nesse sentido, o papel da entidade não foi apenas o de exercer uma influência externa sobre as decisões e direcionamentos políticos do Estado, mas sim o de participar diretamente em sua construção.

Atualmente, a ABAG é presidida por Luiz Carlos Corrêa Carvalho. Engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ/USP), que possui ampla atuação no setor do agronegócio, com foco no setor sucroalcooleiro. É também conselheiro da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo (SIAESP), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), membro do Conselho Superior do Agronegócio, da FIESP, presidente da Academia Nacional de Agricultura da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e diretor da Canaplan, empresa privada de consultoria no setor sucroalcooleiro. Antes de presidir a ABAG, Carvalho já havia ocupado os cargos de diretor e vice-presidente da entidade.

Caio Carvalho, como é conhecido, assumiu a presidência da ABAG pela primeira vez em 2012, cumprindo dois mandatos, até 2018, sendo eleito novamente em 2021 para assumir o cargo no biênio 2022/2023. O cargo de presidência da ABAG possui alta relevância na atuação da associação, sendo ele o seu representante oficial, participando em entrevistas, reportagens e *podcasts* em seu nome, além da publicação de artigos em revistas acadêmicas ou setoriais em nome da entidade, entre outros.

Além do presidente, a estrutura organizacional da ABAG conta com cinco vice-presidentes e uma diretoria, composta por uma diretora-executiva e dezesseis diretores. Destaca-se que há, na vice-presidência e na diretoria da ABAG, a presença de membros de

empresas e outros espaços de representação do agronegócio, como JBS, Syngenta, Jacto, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), entre outros.

Além da presidência e da diretoria, a ABAG possui uma equipe executiva composta por uma Gerente Administrativa-financeira, um Gerente de Sustentabilidade e Projetos, uma Analista Administrativa e uma pessoa responsável pelas Relações Governamentais. Há, ainda, cinco comitês, que conferem espaços de discussão sobre diferentes temas, a saber: Agroenergia; Assuntos Jurídicos; Comunicação; Inovação; Insumos, Máquinas e Implementos Agrícolas; Relações Internacionais; e Sustentabilidade.

Desde sua criação, a ABAG se preocupou em construir espaços de divulgação das demandas do agronegócio e de inserção do setor na sociedade e no espaço político brasileiro. As formas de atuação da associação vão desde a sua participação na construção de feiras importantes como a Agrishow à realização anual do Congresso Brasileiro do Agronegócio, além da promoção de fóruns, webinars e a publicação de artigos e notícias, que serão analisados na seção seguinte.

3.1. ABAG: um “porta-voz autorizado” do agronegócio brasileiro

Em 1993, no ano de criação da ABAG, Roberto Rodrigues sugeriu à Ney Bittencourt de Araújo a criação de uma feira dinâmica na qual a ABAG fosse lançada nacionalmente (ABAG, 2023a). A partir da ideia e após discussões junto aos diferentes segmentos do agronegócio, foi lançada a primeira edição da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), realizada em Ribeirão Preto em 1994. A ABAG presidiu a comissão organizadora³ que deu origem à feira, a qual foi patrocinada pelo Banco do Brasil e apoiada pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Em sua primeira edição, a feira contou com mais de 50 mil visitantes.

A Agrishow continua ocorrendo anualmente, e é considerada “um termômetro do agronegócio brasileiro” (ABAG, 2013, p. 46), por ser realizada no momento do ano logo após a colheita das safras, e, portanto, de preparo para a próxima, além de coincidir, também, com o período de elaboração do Plano Safra pelo Governo Federal. A Agrishow é um espaço

³ Além da ABAG, faziam parte da comissão a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ/SINDIMAQ), a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM), a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), a New Holland, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Valmet do Brasil.

importante de integração dos diferentes atores do agronegócio, além de permitir o diálogo destes com políticos relevantes do Governo Federal, inclusive com os presidentes da República (Pompeia, 2021). Ainda, serve como um instrumento fundamental de valorização do agronegócio e de sua imagem, conferindo também um espaço de explicitação das demandas do setor (Lacerda, 2011).

Também em 1994, a ABAG se mobilizou para o relançamento da revista *Agroanalysis*, que havia deixado de ser editada no Governo Collor. Nesse momento, a revista especializada em agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciou uma “[...] segunda fase, sob influência editorial de técnicos e pesquisadores ligados ao *agribusiness*” (Pompeia, 2021, p. 159), conferindo uma importante fonte de divulgação sobre o setor. Debora Lerrer (2020) aponta que a revista funcionou como um recurso relevante para a divulgação do termo “agronegócio” e das demandas do setor, servindo como “o palco de um trabalho de produção e imposição de novas representações sobre o rural, [...] assim como a bem-sucedida imposição de um novo termo dentro do léxico comum e usual dos brasileiros” (Lerrer, 2020, p. 298).

Já em 2002, foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de *Agribusiness* (CBA), atualmente Congresso Brasileiro do Agronegócio, idealizado pelo presidente da ABAG à época, Roberto Rodrigues. De acordo com Caio Carvalho, atual da presidente da ABAG, em entrevista para este trabalho, o CBA, junto à Agrishow, eram os dois principais fatores para poder traduzir e levar ao público brasileiro o agronegócio (Carvalho, 2024). O CBA se tornou um dos principais eventos do setor e ocorre anualmente desde então. De acordo com Roberto Rodrigues, foi somente através do CBA que a ABAG atingiu a relevância política e representativa que tem para o setor, uma vez que o evento teria sido o responsável por dar projeção nacional à entidade (Lacerda, 2011).

Os CBAs são eventos em que agentes do agronegócio debatem questões importantes para o setor, sendo um espaço relevante para consolidação e divulgação do discurso do agronegócio, na medida em que “a própria abordagem de temas de interesse majoritário consolida o valor estratégico das referidas iniciativas para a unidade do discurso, bem como para a organização da ação coletiva” (Lacerda, 2011, p. 200). Caio Carvalho (2024) ressalta que os Congressos são responsáveis por apontar o que está acontecendo no setor, quais as tendências, os pontos fundamentais e como o Brasil se insere no contexto geral.

Importante destacar que as edições do CBA contam com a presença de representantes do governo, em especial do MAPA, do Estado de São Paulo e da Embrapa, de instituições de ensino, como IBMEC, Universidade de São Paulo (USP) e a ESALQ, e de outras entidades

representantes do agronegócio, como a CNA e o Instituto Pensar Agro (IPA) (Lacerda, 2011). Nesse sentido, os CBAs congregam representantes diversos do agronegócio brasileiro, além de representantes governamentais, empresariais e acadêmicos.

Além dos eventos promovidos pela entidade, a ABAG também está presente em outros espaços de representação do agronegócio: é membro do Conselho do Agro, da CNA; participa do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG), da FIESP; e é membro oficial da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Pompeia, 2020a). Além disso, a ABAG financia e participa da diretoria do Instituto Pensar Agro (IPA), braço institucional da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), responsável por orientar as posições da mesma (Pompeia, 2022).

No que diz respeito ao IPA, a ABAG aponta que seu papel é o de “[...] ser o interlocutor entre as empresas associadas e os parlamentares que estão envolvidos nas causas”, participando das reuniões e dos eventos realizados pelo instituto, de forma a “levantar agendas de debates relacionadas ao agro e posicionar a entidade nos temas de interesse do setor” (ABAG, 2022b, p. 30). Caio Carvalho (2024) aponta que o fato de a ABAG ser uma instituição representativa tanto de setores industriais quanto dos setores agrícolas os obriga a estarem

[...] completamente antenados, participarmos da diretoria do IPA, Instituto Pensar Agro da Frente Parlamentar do Agronegócio, para a gente olhar todas as políticas públicas, digamos assim, transversais que passam pelo agro, tudo aquilo que existe, aquilo que está dando problema, aquilo que está sendo discutido no Congresso, aquilo que tem problema no Executivo, enfim tudo isso, ou no Supremo, tudo isso é o nosso dia a dia, então a gente tem essa participação e essa preocupação constante com políticas públicas. (Carvalho, 2024, s/n)

Dada sua ampla presença nos espaços de representação do agronegócio brasileiro e seu pioneirismo na formalização de tais espaços, compreendemos a ABAG como um “porta-voz autorizado”, nos termos de Bourdieu (2009), do agronegócio brasileiro. Segundo Bourdieu (2009), a eficácia de determinado discurso em incidir sobre a realidade é proporcional ao poder simbólico de seu “porta-voz autorizado”, ou seja, ao poder simbólico acumulado do grupo que ele representa. Por poder simbólico, entende-se a capacidade dos agentes sociais em estabelecer a forma como as pessoas percebem o mundo, o que possibilita a construção, manutenção, legitimação e reconhecimento do poder desses agentes. Nesse sentido, entendemos a ABAG como uma entidade que acumula o poder simbólico do agronegócio brasileiro, na medida em que é uma representante legitimada desse grupo.

Além das já mencionadas, a ABAG possui outras formas de atuação e divulgação de material. A Tabela 2 abaixo expõe algumas das principais.

Tabela 2 – Formas de atuação da ABAG

Forma de atuação	Descrição
Fóruns temáticos	Fóruns promovidos desde 2004 pela ABAG abrangendo distintos tópicos, como propostas aos presidentes da República, sustentabilidade, reforma tributária, logística etc.
Webinars	Eventos <i>online</i> realizados a partir de 2020, provavelmente em decorrência da pandemia de Covid-19, sobre temas diversos relacionado ao agronegócio.
ABAGTalks	Eventos <i>online</i> organizados desde março de 2023 pelo Comitê de Inovação da ABAG para tratar de temas relacionados à tecnologia e inovação no agronegócio, tendo sido realizados quatro até janeiro de 2024.
Informativos ABAG	Publicação da ABAG com informações sobre o setor e sobre a atuação da entidade. Apesar de apenas 40 informativos estarem disponíveis para acesso no site da ABAG, a última edição, de 2022, é a de número 118, sendo este o 23º ano de publicação.
Relatórios de atividade anuais	Divulgados a partir de 2015 no site da entidade.
Artigos	Seção no site da ABAG para divulgação de artigos relacionados ao agronegócio, escritos principalmente por representantes da entidade, como o presidente ou diretores-executivos. Há artigos escritos para o próprio site da entidade; publicados em revistas do setor, como a Agroanalysis; ou em outros meios de comunicação.
Notícias	Seção no site da ABAG para divulgação de notícias relacionadas ao setor ou à entidade.
Livros	Seção no site da ABAG dedicada à disponibilização de livros sobre o agronegócio. São livros de autoria da própria associação ou de figuras relevantes para o setor e que possuem relação com a entidade, como Roberto Rodrigues, Luiz Antonio Pinazza e Ney Bittencourt de Araújo.
Anais CBA	Anais do CBA, disponibilizados no site da entidade a partir da 9ª edição.
Vídeos	Seção no site da ABAG para divulgação de vídeos, sejam eles publicados diretamente no canal do <i>Youtube</i> da associação ou de vídeos publicados em outros canais da plataforma que contem com a participação de algum dos membros da diretoria da ABAG.
Instituto de Estudos do Agronegócio (IEAG)	Apesar de não haver muitas informações sobre o IEAG no <i>site</i> da organização, ele existe desde a sua primeira gestão (1993-1996) e tem como objetivo, de acordo com a descrição disponível no site, o “desenvolvimento de estudo e gestão de conhecimento da cadeia produtiva do agronegócio” (ABAG, 2022c). Atualmente, a maioria dos projetos é referente à participação de mulheres no setor.
ABAGLab	Plataforma digital lançada em 2022 que tem como objetivo a inovação na conexão das cadeias produtivas do agronegócio, a partir da conexão de demandas do setor com soluções de empresas, universidades, centros de pesquisa etc., através do cadastro das empresas interessadas no <i>site</i> da ABAGLab. Não há muitas informações no site a respeito da plataforma.

Fonte: Elaboração própria com base em material divulgado pela ABAG

Destes espaços, os Congressos ganham destaque por sua relevância para o setor e por contarem com a participação de uma ampla variedade de atores, tanto do agronegócio em si quanto de representantes do Governo Federal, Governos Estaduais, em particular de São Paulo, e de outros espaços, como a academia e até mesmo de organizações não governamentais (ONGs). A seguir, será analisada a mobilização da segurança alimentar ao longo dos congressos, a partir da presença do termo nos Anais.

3.2. O Congresso Brasileiro do Agronegócio e a segurança alimentar

Após sua primeira edição em 2002, o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) rapidamente se tornou um dos principais eventos do setor, passando a ocorrer anualmente. A cada ano, elege-se um tema que será o norteador dos debates da edição. É interessante apontar que, desde 2018, o CBA é realizado pela ABAG em parceria com a B3, a Bolsa de Valores do Brasil⁴. A seguir, serão apresentados brevemente alguns pontos sobre o congresso, bem como um panorama a respeito do agenciamento da segurança alimentar em suas edições. Em seguida, iremos nos debruçar sobre a 21ª edição do CBA, para analisar como a segurança alimentar aparece e é mobilizada.

A escolha da análise do CBA, e da 21ª edição em particular, se deu por alguns motivos. Em primeiro lugar, conforme argumentado acima, entendo os congressos da ABAG como um ambiente de exposição das demandas do setor do agronegócio e como um espaço de consolidação e divulgação de seu discurso. Ainda que seja promovido pela ABAG, os CBAs contam com a participação de distintos atores do agronegócio brasileiro, como representantes do governo, de empresas e de outras entidades representativas do agronegócio, sendo um dos principais eventos do setor e o principal evento promovido pela ABAG. Nesse sentido, a análise de como a segurança alimentar é mobilizada nos congressos me parece um bom indicativo de como a ABAG, particularmente, e o setor, de forma mais geral, compreendem e fazem uso do termo.

Em segundo lugar, interessa observar como a ABAG e o setor têm agenciado a segurança alimentar em anos recentes. Por um lado, por conta do contexto político recente do país, marcado pelo desmonte da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional a partir do governo de Michel Temer, em 2016, e mais profundamente com a posse de Jair Bolsonaro em 2019. Por outro, pelo aumento da insegurança

⁴ A B3 combina as atividades da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BMF&BOVESPA) com as da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP).

alimentar que se observou no país nos últimos anos. A escolha do 21º CBA é justificada, ainda, por este ter sido realizado em 2022, ano de eleições marcadas pela disputa entre o então presidente Jair Bolsonaro, que disputava sua reeleição, e pelo então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cujos governos foram responsáveis pela institucionalização do tema da SAN no país e que tinha em seu discurso a fome como ponto central. Destaca-se também que em junho de 2022, dois meses antes da realização do 21º CBA, foi divulgado o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, da Rede PENSSAN, que apontou o agravamento do cenário de insegurança alimentar e da fome no país. Além disso, o 21º CBA foi a edição do congresso em que o termo “segurança alimentar” aparece mais vezes nos Anais.

Até 2023, foram realizadas 22 edições do Congresso Brasileiro do Agronegócio, conforme a Tabela 3 abaixo. Os títulos dados a cada CBA expõem o tema central responsável por guiar as discussões daquele ano, e tratam de assuntos de relevância para o agronegócio no período de realização do congresso. Destaca-se, por exemplo, o 6º CBA, realizado em 2007, de título “Brasil: um só Agronegócio”. O congresso foi realizado no ano seguinte à divulgação do Censo Agropecuário, que introduziu a diferenciação entre “agricultura familiar” e “agricultura não familiar”, apontando a primeira como principal responsável pela produção de produtos importantes para o consumo interno do país.

Com isso em vista, o 6º CBA defendia, como expõe seu título, a ideia de “um só agronegócio”. De acordo com o presidente da ABAG à época, Carlo Lovatelli, “traçar dicotomia na agricultura entre alimentar e energética, bem como familiar e empresarial” representaria uma perda de objetivos, de forma que o agronegócio deveria ter “uma política coesa e convergente” (Embrapa, 2007, s/n). Esse movimento por parte da ABAG remete à “representatividade superdimensionada” mencionada por Pompeia (2021), ou até mesmo à ideia de uma “Família Brasil”, colocada pela ABAG em 1993, baseada em uma convergência da sociedade, de forma a homogeneizá-la a partir de e de acordo com os interesses do agronegócio.

Tabela 3 – Edições do Congresso Brasileiro do Agronegócio (2002-2023)

Edição	Ano	Título
1º CBA	2002	Plano Estratégico 2002/2010
2º CBA	2003	Construindo Estratégias
3º CBA	2004	Criando Vantagens Comparativas
4º CBA	2005	Alimentos, Energia e Sustentabilidade
5º CBA	2006	Bases para o Futuro
6º CBA	2007	Brasil: um só Agronegócio
7º CBA	2008	Agronegócio e Sustentabilidade
8º CBA	2009	Agronegócio é sustentabilidade: crise e oportunidades
9º CBA	2010	Cenários 2011 – comunicação e governança
10º CBA	2011	Mudanças e Paradigmas
11º CBA	2012	Brasil: Alimentos e Energias – Seguranças Globais
12º CBA	2013	Logística e Infraestrutura: o caminho da competitividade do agronegócio
13º CBA	2014	Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo
14º CBA	2015	Sustentar é Integrar
15º CBA	2016	Liderança e Protagonismo
16º CBA	2017	Reformar para Competir
17º CBA	2018	Exportar para Sustentar
18º CBA	2019	Agro – Momento Decisivo
19º CBA	2020	Lições para o Futuro
20º CBA	2021	Nosso Carbono é Verde
21º CBA	2022	Integrar para Fortalecer
22º CBA	2023	Brasil Agro: Inovação e Governança

Fonte: Elaboração própria com base em material divulgado pela ABAG.

A ABAG disponibiliza os Anais do CBA em seu site online desde a sua 9ª edição, realizada em 2010, com exceção da 14ª edição, de 2015, cujos Anais não estão disponíveis no site da entidade. Em uma primeira análise, o termo “segurança alimentar” aparece em todos os Anais, com exceção da 16ª edição, de 2017. Entre o 9º e o 19º CBA, ocorridos entre 2010 e 2019, excluindo 2015, os termos “segurança alimentar” ou “insegurança alimentar” apareceram um total 28 vezes, ao longo de 456 páginas. Neste período, nas edições em que foi mencionado, a maior ocorrência do termo foi 5 vezes, em 2012 e 2014.

Tabela 4 – Menções à “Segurança Alimentar” nos Anais CBA (2010-2014; 2016-2023)

Edição	Ano	Menções à “segurança alimentar”	Número de páginas dos Anais
9º CBA	2010	5	44
10º CBA	2011	1	40
11º CBA	2012	5	48
12º CBA	2013	3	48
13º CBA	2014	5*	52
15º CBA	2016	3	68
16º CBA	2017	0	64
17º CBA	2018	4	52
18º CBA	2019	2	40
19º CBA	2020	12	35
20º CBA	2021	11	70
21º CBA	2022	20**	58
22º CBA	2023	9***	54

Fonte: Elaboração própria com base em material divulgado pela ABAG. *4 menções à “segurança alimentar” e 1 à “insegurança alimentar”; **18 à “segurança alimentar” e 2 à “insegurança alimentar”. ***8 menções à “segurança alimentar” e 1 à “insegurança alimentar”

Me parece relevante que o único ano em que o termo “segurança alimentar” não foi aludido nos Anais tenha sido 2017, primeiro ano após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, e o primeiro ano em que o CBA ocorria com Michel Temer na presidência do país. O *impeachment* e a posse de Temer significaram um ponto de inflexão no processo de desmonte das políticas públicas, sendo um dos primeiros atos da presidência de Temer a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Intitulada “Reformar para Competir”, a 16ª edição do CBA tinha seu foco voltado à defesa do que foi denominado como “reformas essenciais”, se referindo a reformas nas legislações previdenciária, trabalhista e tributária.

A partir de 2020, com a 19ª edição do CBA, houve um aumento significativo nas menções à “segurança alimentar” nos Anais dos congressos, citada 12 vezes naquele ano. Importante ressaltar que esse aumento coincide justamente com o primeiro ano da pandemia de Covid-19, que colocou em evidência o tema da segurança alimentar. Roberto Rodrigues destacou esse ponto no evento ao mencionar que o “risco de perder alimentação trouxe a segurança alimentar ao centro do debate mundial, com valorização da agricultura de modo óbvio” (ABAG, 2020, p. 55). Nesse sentido, Alceu Moreira, presidente da FPA à época, apontou que “nada é mais necessário, neste momento que vivemos, que nos transformarmos em uma referência mundial de segurança alimentar” (ABAG, 2020, p. 13).

Na 20ª edição do CBA, em 2021, a segurança alimentar foi citada 11 vezes nas 70 páginas. Já na 21ª edição, em 2022, há outro salto no número de menções ao termo, com 20

citações em um total de 58 páginas⁵. Importante ressaltar que a 21ª edição, foi apenas a 2ª vez em que o CBA contou com um painel diretamente ligado à segurança alimentar, a saber, “Geopolítica, segurança alimentar e interesses”. A outra ocasião foi durante a 11ª edição, em 2012, com o painel “Seguranças alimentar e energética, limitações e políticas possíveis – principais ofertantes”. Entretanto, nota-se a diferença de vezes em que o termo foi aludido em ambas. Apesar do aumento da quantidade de vezes em que a segurança alimentar foi mencionada desde 2020, observou-se um recrudescimento em 2023, com um total de 9 menções ao longo de 54 páginas.

Vale mencionar também que desde 2018, em sua 17ª edição, os Anais dos congressos têm a presença de peças de *marketing* por parte de seus patrocinadores. Dentre as imagens publicitárias, com exceção de 2018, chama atenção aquelas que agenciam os temas da alimentação em seu conteúdo, bem como a associação entre produção de alimentos e sustentabilidade. Isso demonstra como as empresas ou entidades ligadas ao agronegócio brasileiro aludem aos alimentos e à alimentação como forma de propaganda (Figuras 1 a 5).

Figura 1– Propaganda relacionada à alimentação no 18º CBA (2019)



Fonte: ABAG (2019).

⁵ Não foram contabilizadas as 4 vezes em que o termo foi mencionado para se referir ao nome do painel “Geopolítica, segurança alimentar e interesses”.

Figura 2 – Propagandas relacionadas à alimentação no 19º CBA (2020)



Fonte: ABAG (2020)

Figura 3 – Propagandas relacionadas à alimentação no 20º CBA (2021)



Fonte: ABAG (2021).

Figura 4 – Propagandas relacionadas à alimentação no 21º CBA (2022)

The figure consists of three separate advertisements. The top-left advertisement is for JBS, featuring a QR code and a scenic background of a river and forest. The top-right advertisement is for CNA SENAR, titled 'ALIMENTAR É CONSTRUIR O FUTURO', with a list of 10 points connecting food to various aspects of society and the environment. The bottom advertisement is for Yara, featuring a man in a hat and a green background with the text 'Parceira do produtor rural e da indústria de alimentos para cultivar um futuro alimentar positivo para a natureza.'

JBS
 Nosso compromisso com o **meio ambiente** alimenta nossas escolhas, que alimentam nossas ações, que alimentam o futuro da alimentação.
 Alimentando o mundo com o que há de melhor.

ALIMENTAR É CONSTRUIR O FUTURO
 O QUE NOS ALIMENTA, NOS UNE.
 O ABRACÇO ALIMENTA O AFETO.
 O ENTENDIMENTO ALIMENTA O DIÁLOGO.
 A CONSCIENTIZAÇÃO ALIMENTA A CIDADANIA.
 O CONHECIMENTO ALIMENTA A EDUCAÇÃO.
 O INVESTIMENTO ALIMENTA A CIÊNCIA.
 A TECNOLOGIA ALIMENTA A SUSTENTABILIDADE.
 A ECONOMIA ALIMENTA O OTIMISMO.
 O PROGRESSO ALIMENTA O EMPREGO.
 O PRODUTOR ALIMENTA O FUTURO.
 TRABALHAR JUNTOS É O QUE NOS ALIMENTA.
 UNINDO O CAMPO E A CIDADE,
 TRAZENDO EQUILÍBRIO ENTRE
 A CIÊNCIA E A NATUREZA.
 LEVANDO BEM-ESTAR POR MEIO
 DE TODA FORMA DE ALIMENTO.
 PARA O MAIOR NÚMERO DE PESSOAS.
 SOMOS O SISTEMA CNA/SENAR.
 ALIMENTAR É CONSTRUIR O FUTURO.

syngenta
 O presente nunca nos impõe tantos desafios, como os trazidos pelas mudanças climáticas, que afetam a agricultura. Como superá-los e, ao mesmo tempo, manter a produção sustentável de alimentos em um mundo em expansão? Para a Syngenta, a resposta começa no solo, que é a base de tudo.
 Nossas tecnologias contribuem diretamente para que os agricultores cuidem da terra. Desde técnicas que promovem práticas como o plantio direto, até programas para a recuperação de áreas degradadas, como o Reverte.
 Por meio da ciência e da colaboração, nos mantemos ao lado de nossos clientes, garantindo que tenham acesso a produtos e serviços que somem produtividade, rentabilidade e cuidado com o meio ambiente, viabilizando uma agricultura verdadeiramente positiva.

YARA
 Knowledge grows
Yara Brasil
Parceira do produtor rural e da indústria de alimentos para cultivar um futuro alimentar positivo para a natureza.
 Por meio da combinação de conhecimento agrônômico, soluções digitais, insumos inteligentes para o clima e fluxos de receita verde para o campo, avançaremos na construção de sistemas alimentares cada vez mais justos, resilientes e sustentáveis.

Fonte: ABAG (2022d)

Figura 5 – Propagandas relacionadas à alimentação no 22º CBA (2023)



Fonte: ABAG (2023b)

Como é possível perceber, são mobilizados termos como “alimentar”, “alimento”, “cultivar”, “nutrir”, “segurança alimentar”, “mudanças climáticas”, “sustentável” e “sustentabilidade”. Percebe-se um reforço a uma perspectiva neomalthusiana, a partir da menção recorrente a uma crescente população mundial e da necessidade de se garantir a alimentação nesse cenário. Chama a atenção a representação da diversidade nas imagens, com pessoas negras, mulheres, jovens e idosos. Observa-se, também, um reforço à “representatividade superdimensionada” do agronegócio, a “Família Brasil”, com a mobilização, por exemplo, da ideia “do grande ao pequeno”, do produtor rural e da ideia de trabalhar e estar “juntos”.

Dado este panorama geral sobre o agenciamento da segurança alimentar e do tema da alimentação nos CBAs, a seção a seguir se debruça sobre a 21ª edição do CBA, com o objetivo de analisar como a segurança alimentar foi mobilizada no evento.

3.3. O 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio: novas roupagens para velhas narrativas

O 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) ocorreu no dia 1º de agosto de 2022, no Sheraton WTC Hotel, em São Paulo, com o nome “Integrar para fortalecer”. O congresso teve também transmissão online simultânea, além de ficar gravado e disponível na íntegra no canal de Youtube da ABAG. A participação presencial era aberta ao público a partir do

pagamento de uma taxa de inscrição no valor de R\$ 880 (Agro Agenda, 2022). Já a participação online era gratuita. Foram no total 700 participantes presenciais e mais de 6.000 pessoas acompanhando a transmissão online.

O Congresso contou com 23 patrocinadores, divididos entre patrocinadores diamante (Bayer, BB Seguros, JBS e Sonda), patrocinadores ouro (Agrocere, Apex Brasil, Bradesco, Case, CNA Senar, CropLife Brasil, New Holland Agriculture, OCP Brasil, Sistema OCB, Syngenta e Yara) e patrocinadores prata (Aurora Coop, Basf, Cargill, Cooxupé, FAESP, inpEV, Jacto e Mosaic Fertilizantes). Sobre a repercussão na imprensa, foram 422 matérias publicadas em sites, portais, jornais, canais de TV e revistas, tendo sido firmadas 30 parcerias de mídia para divulgação do congresso (ABAG, 2022d).

Para a análise empreendida neste capítulo, utilizei a transmissão online do 21º CBA, cuja íntegra está disponível no canal de Youtube da ABAG (ABAG, 2022e), conforme mencionado, com duração total de 9 horas 39 minutos e 57 segundos. O Congresso foi dividido em quatro painéis, além da solenidade de abertura e das homenagens realizadas no decorrer do evento:

- Solenidade de abertura. Participantes: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG; Gilson Finkelsztain, CEO da B3; Francisco Matturro, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Joaquim Leite, Ministro do Meio Ambiente; Marcos Montes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rodrigo Garcia, Governador do Estado de São Paulo.
- Painel 1: Geopolítica, Segurança Alimentar e Interesses, moderado por Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG. Debatedores: Alexandre Parola, embaixador, representante permanente da Missão do Brasil junto à OMC; Gedeão Pereira, vice-presidente de Relações Internacionais da CNA; e Jacyr Costa, presidente do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG).
- Painel 2: Agronegócio: Meio Ambiente e Mercados, moderado por André Guimarães, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Debatedores: Fabiana Perobelli, superintendente de Relacionamento com Clientes de B3; Gonçalo Pereira, professor titular e coordenador do Laboratório de Genômica e Bioenergia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); José Carlos da Fonseca Júnior, embaixador, cofacilitador da Coalizão Brasil – Clima, Florestas e Agricultura; e Liège Correia, Diretora de Sustentabilidade da Friboi/JBS e Vice-presidente da ABAG.

- Painel 3: Agronegócio: Tecnologia e Integração, moderado por Celso Moretti, presidente da Embrapa. Debatedores: Ana Helena de Andrade, presidente da ConectarAGRO; Luís Pogetti, presidente do Conselho de Administração do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC); e Renato Ribeiro Rodrigues, conselheiro da Rede iLPF.
- Painel 4: Agronegócio: Perspectivas 2023/2026, moderado por Nilton Leitão, presidente do Conselho de Administração do IPA. Debatedores: Alysson Paolinelli, Ex-ministro da Agricultura; Francisco Turra, Ex-ministro da Agricultura; Michel Temer, Ex-presidente da República; e Roberto Rodrigues, Ex-ministro da Agricultura e Ex-presidente da ABAG.

Como é possível perceber, há uma gama variada de atores participando do evento: representantes do governo federal e do governo estadual de São Paulo, como os ministros da agricultura e do meio ambiente e o governador do Estado, representantes empresariais do agronegócio, como a JBS, representantes de outras associações e espaços de articulação do setor, como a CNA e a COSAG, representantes acadêmicos, e até mesmo de organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao meio ambiente, como é o caso do IPAM.

Para os objetivos deste trabalho, irei focar nas exposições feitas na solenidade de abertura e nos debates realizado nos Painéis 1 e 4. Isso porque são esses três momentos do congresso que deixam mais evidente seu tema central, que guiará as discussões dos painéis, e o agenciamento da segurança alimentar. Todas as falas referenciadas nesta seção, a não ser quando explicitado o contrário, foram retiradas do vídeo com a íntegra do 21º CBA no Youtube (ABAG, 2022e).

A solenidade de abertura do 21º CBA foi iniciada com uma apresentação realizada pelo presidente da ABAG, acompanhada por um *slideshow*, na qual foi exposto o tema principal daquele ano, bem como as questões em pauta para o agronegócio brasileiro. Conforme diz o próprio título do evento, o foco das discussões era a integração, tanto interna quanto externa, das cadeias produtivas:

A integração nas cadeias produtivas é uma clara evolução, e esse é um ponto relevante que vamos discutir o dia todo. Viabilizará o complexo mundo tropical brasileiro, fortalecendo a biodiversidade, **promovendo ou provendo segurança alimentar e energética**, produzindo mercados menos voláteis, reduzindo comportamentos individualistas, populistas, protecionistas. Estimula a competitividade, em processo mais aberto e criativo. Une o público e o privado em ações conjuntas (Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio).

Caio Carvalho apresenta, em sua fala de abertura do Congresso, o contexto geopolítico em que ocorre o evento. Ele cita a redução do número dos países com democracia, com a pandemia acelerando reações populistas ao redor do globo, a estagnação do ritmo de integração da economia global, a guerra Rússia-Ucrânia, iniciada naquele mesmo ano, a volta da inflação e dos juros altos e a fragilização das instituições globais criadas pós 2ª Guerra Mundial, no que ele chama de uma “nova fase da globalização”. Nesse momento, a insegurança alimentar e energética é mencionada como uma “força negativa, desestabilizadora da humanidade, gerando um grau de incerteza ainda maior” (ABAG, 2022e, s/n).

Figura 6 – Primeiro slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA



Fonte: ABAG (2022e)

Sobre essa relação estabelecida entre alimentação, energia e guerra, é interessante apontar que, conforme mencionado no Capítulo 1, o próprio conceito de segurança alimentar ganhou relevância no debate público após a 2ª Guerra Mundial. Caio Carvalho (2024), durante entrevista realizada para este trabalho, apontou que, quando se fala em guerra e segurança alimentar, se está “automaticamente falando que há uma correlação direta entre as pessoas se sentirem com mais segurança para ter acesso a alimentos e a estrutura da realidade geopolítica e das políticas internas de cada país” (Carvalho, 2024, s/n). Ele segue para dizer que hoje, portanto, há uma clareza sobre o que seriam os riscos da “guerra fria” entre China e Estados Unidos e as guerras “quentes, reais”, como a Guerra Rússia-Ucrânia, que acabam “trazendo de novo o problema da segurança alimentar” (Carvalho, 2024, s/n). Ele menciona também que o cenário atual também traz à tona a questão da segurança energética, em parte pelo risco de se faltar gás em países da Europa, devido ao controle pela Rússia.

Seguindo sua fala de abertura no Congresso, o presidente da ABAG ressalta que “as novas revoluções tecnológicas de energia e de alimentos continuam nascendo nas Américas, mais focadamente nos Estados Unidos e no Brasil”, afirmando que é de forma integrada que o Brasil “manterá protagonismo e liderança, atuando de forma proativa” (ABAG, 2022e, s/n). Ele segue para afirmar que o novo cenário de incertezas fez com que os países pensem em realocar seus negócios para países mais próximos, e que isso significa novas oportunidades ao Brasil “em investimentos e empregos, de uma verdadeira coalizão de parceiros, onde a exuberância do agro brasileiro atrai interesses” (ABAG, 2022e, s/n). Entretanto, ele reforça que, para tal, a defesa do multilateralismo mostra-se essencial para o Brasil, em especial para o agronegócio.

Figura 7 – Segundo slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA



Fonte: ABAG (2022e)

Com base no panorama global apresentado e na constatação de necessidade da defesa do multilateralismo, que se encontraria enfraquecido frente ao cenário global, Carvalho aponta em sua fala de abertura do 21º CBA que a OMC é fundamental às aspirações brasileiras, indicando que é necessário um esforço diplomático para sua revitalização e para sua reforma. Nesse sentido, ele afirma que “há esforços relevantes a serem empreendidos na abordagem que busquem confiança nas relações internacionais, em suas narrativas” (ABAG, 2022e, s/n). A ação integrada seria, portanto, a prioridade global.

Aqui, é importante chamar atenção também para um ponto que aparece na fala de Carvalho e que permeia toda a discussão realizada no Congresso, e que diz respeito ao debate sobre mudanças climáticas e o papel do Brasil. Há, ao longo de todo o Congresso, uma apreensão às possíveis sanções impostas ao Brasil por questões ambientais:

É importante salientar que mudanças climáticas, por exemplo, não é um fenômeno transitório. Nele o Brasil pode vir a ser alvo claramente. As narrativas do desmatamento e da Amazônia vão pesar se não agirmos. Barreiras nas fronteiras dos países, mercados consumidores, serão um protecionismo disfarçado em forma de defesa ambiental. O outro lado da mesma moeda é o ativo representado pelo agro e a sua ação regeneradora, constantemente regeneradora, construtiva, redutora de emissões. (Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n).

Há, portanto, uma preocupação com as narrativas sobre o Brasil, no que diz respeito principalmente ao desmatamento na Amazônia, e o impacto que podem causar para o agronegócio e suas exportações, na medida em que seriam utilizadas para justificar políticas protecionistas, principalmente de países europeus. Há também já nesse momento uma menção a “sustentabilidade” do agronegócio brasileiro e a sua construção como a solução, e não o problema, no que diz respeito às mudanças climáticas.

Figura 8 – Terceiro slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA



Fonte: ABAG (2022e)

A necessidade de integração mencionada por Carvalho no Congresso se daria não somente entre países, mas também entre os “grandes temas” que “pesam globalmente”: geopolítica, clima e produção e demanda de alimentos e energia. Essa integração se daria sobre a pressão de “macrofatores”: confiança, soberania, capacidade competitiva e investimentos. Carvalho aponta então em sua fala que

O momento vivido é o de incertezas e temores. **Energia e alimentos são hoje a nova desordem mundial.** Fraturas geopolíticas, com extremismos, conflitos multilaterais, dificuldades para a transição energética, na descarbonização, **inseguranças alimentar e energética em pleno processo de valorização da bioeconomia,** encontram na palavra integrar uma resposta formidável a esse mar de oportunidades que se abre a cada momento. Nossas grandes fronteiras, nossa aptidão em mitigar

emissões em grande escala de produção, **em nosso caminhar agregando valor às nossas commodities**, é a resposta. (Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

E segue para afirmar que:

Suportar a segurança alimentar, apoiar a sustentabilidade global, pressupõe protagonismo, que por sua vez inclui negociações competentes. [...] Nossa capacidade competitiva, aliás, somada a dos nossos parceiros, os países do sul, merece regras globais que beneficiem e que não prejudiquem essa capacidade competitiva. **O Brasil é a resposta ao mundo, seja em segurança alimentar ou energética, seja em relação a sustentabilidade global.** Em meio a tensões políticas vividas, seu protagonismo no agro e comportamento histórico face à sua competente diplomacia, estarão em discussão. (Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Em um contexto em que energia e alimentos são “a nova desordem mundial”, Carvalho reforça, portanto, a necessidade de se terem regras globais que beneficiem a “competitividade” não só do Brasil, mas dos países do Sul de forma geral. Para tal, ele reforça a importância das negociações do Brasil no cenário internacional, em benefício do agronegócio.

Figura 9 – Sexto slide da apresentação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA



Fonte: ABAG (2022e)

Como é possível perceber, a grande preocupação que guia o 21º CBA é a situação da geopolítica internacional, em face a tensões crescentes entre países e a perda de protagonismo da OMC na capacidade de reorganizar o comércio mundial após a desorganização das cadeias de fornecimento globais pós pandemia de Covid-19. Há uma preocupação com a confiança nas relações internacionais, o papel das narrativas, em especial aquelas ligadas às mudanças climáticas e as possíveis consequências para o Brasil, além da defesa da competitividade. Nesse

momento, a segurança alimentar aparece, associada também à segurança energética, como uma das justificativas para a necessidade de integração defendida por Carvalho. Aponta-se o Brasil como “resposta ao mundo” em relação à segurança alimentar, destacando-se a necessidade de protagonismo nas negociações mundiais para alcançar esse potencial.

Esse mesmo diagnóstico foi reforçado por Carvalho durante a entrevista para este trabalho. Ele destacou a capacidade competitiva brasileira, a caracterizando como uma “verdadeira revolução”. Carvalho (2024) mencionou o processo de fragmentação mundial e a fragilização da OMC e os impactos que esse cenário traz para o agronegócio, na medida em que a OMC é o espaço onde “países emergentes como o Brasil sempre tem o suporte para brigar com aqueles que subsidiam muito. Ganhamos casos importantes como algodão, açúcar e outros, e agora não está funcionando” (Carvalho, 2024, s/n). Ele destacou também que

[...] quando a gente passa a ter como grandes prioridades mundiais a segurança alimentar, a segurança energética, e as mudanças climáticas, que acabam afetando muito a questão da segurança alimentar, você começa a automaticamente ter pressão por exemplo via Europa, dos programas verdes, [...], que tá gerando uma reação que eu acho que os europeus mesmo não esperavam lá na Europa, seja da França, seja da Alemanha, da Itália e de outros países, porque acaba sendo uma pressão muito forte sobre um sistema que tem uma resposta mais lenta, nós estamos falando de um processo que depende de clima, que depende de natureza, né, portanto não é uma coisa que burocratas em Bruxelas fazem em toque de classe ou no toque de uma das bruxas de Londres, né, não é isso. (Carvalho, 2024, s/n, grifo próprio)

Ao ser indagado sobre quais seriam os pontos e as políticas prioritárias para a garantia da segurança alimentar, Carvalho (2024) mencionou novamente a necessidade do Brasil ser proativo e assumir o seu protagonismo, afirmando que “essa questão [...] da visão do processo do agronegócio para a segurança alimentar e a relevância das políticas públicas começa desde a gente estar absolutamente inserido no mundo” (Carvalho, 2024, s/n). Ele reforçou mais uma vez a importância da questão geopolítica e de política externa para a segurança alimentar, apontando que não adianta que organismos como a FAO e a OCDE apontem a necessidade de o Brasil aumentar em 40% sua oferta de alimentos

[...] se a gente está tendo uma série de problemas nas fronteiras dos países, se há subsídios, se há protecionismo, se há dificuldades de a gente exportar. Então eu vou produzir para que? Para sobrar alimento, porque eu tenho problemas da política interna de *gap* entre ricos e pobres, esse alimento não consegue ser consumido, o meu produtor tem dificuldades de colocar no mercado interno se não tem políticas públicas. Então há uma questão externa, volto a repetir, [...], há uma correlação direta entre política externa e política interna, de como trabalha o Brasil, portanto o Brasil tem que ser muito reforçado no seu protagonismo nas políticas externas né, muito reforçado. O Brasil tem que entrar de cabeça neste novo mundo das mudanças e da sustentabilidade para mostrar que o seu agro é muito

sustentável. Então a nossa luta pela nossa narrativa é parte desse processo. (Carvalho, 2024, s/n, grifo próprio)

Há novamente um reforço na necessidade de o Brasil trabalhar seu protagonismo na política externa, mencionando mais uma vez a importância de narrativas que mostrem a “sustentabilidade do agro”. Outra vez, aparece a ideia do agronegócio brasileiro como solução para a crise climática, afastando o setor do problema. A segurança alimentar aparece aqui, a partir de uma perspectiva global, como justificativa para a necessidade de se trabalhar o papel do Brasil no exterior, na medida em que o país teria dificuldades de escoar sua produção para os mercados internacionais e, consequentemente, de garantir a segurança alimentar da população desses países.

É interessante apontar que neste mesmo momento da entrevista, Carvalho (2024, s/n) aponta que o termo soberania alimentar, “um termo que começa a querer crescer”, seria “mais um processo de subsídio, mais um termo para caracterizar dificuldades nas fronteiras”. Em um momento posterior, ele mencionou que

Esse conceito, digamos assim, unilateral, não é um conceito moderno, assim como não é moderno você não ser sustentável. Também não é moderno você ter subsídios tão pesados, digamos assim, que façam com que países que são competitivos na produção de alimentos e tem capacidade de produzir muito mais e atender segurança alimentar não estejam no jogo. **Aí esses países que são mais subsidiados, que são mais protecionistas, começam a procurar termos, é, digamos assim, que de alguma forma têm como sombra todo um processo protecionista, que é a visão da soberania é alimentar, ou mesmo de justiça né. São termos que trazem por trás, digamos assim, toda uma tendência de narrativa para fazer a defesa da sua agricultura.** [...] É toda essa fatia de pressão política para que se sustente e que procure não avançar numa visão tão importante que é o multilateralismo, né. A fragmentação e o unilateralismo são muito negativos para o mundo. (Carvalho, 2024, s/n, grifo próprio)

Aqui, podemos observar o uso do termo soberania alimentar a partir de uma perspectiva distinta daquela mobilizada por movimentos sociais como a Via Campesina. A interpretação de Carvalho (2024) sobre o conceito não é de que este apresenta um outro olhar para a questão alimentar, mas sim que é um termo mobilizado por países para defender políticas protecionistas, sob a justificativa de que seria uma defesa da agricultura interna do país. Essa visão parte da associação do termo soberania com a dimensão nacional. Nesse sentido, a soberania alimentar estaria associada à ampliação da autossuficiência dos países e, portanto, à proteção da produção doméstica e à limitação das importações. Essa interpretação, entretanto, não leva em consideração que não se trata somente de produzir seu próprio alimento, mas de que a população tenha o direito e a possibilidade de decidir o que e como será produzido, a partir de quais

práticas e quais princípios, quais relações sociais que são construídas, entre outras questões que são abarcadas na noção de soberania alimentar.

Seguindo as falas da solenidade de abertura do 21º CBA, vale destacar a fala do então Ministro da Agricultura Marcos Montes, em relação a questão alimentar:

Estive em Nova York, a convite do governo americano, para um palestra com vários países sobre segurança alimentar, e a gente fica muito preocupado. Nós todos estamos muito preocupados com o que está acontecendo, **o Brasil é realmente o maior fornecedor de alimentos. Nós almoçamos juntos com a diretora-geral da OMC e ela, acho que até humildemente, uma nigeriana, disse que o Brasil não pode parar de produzir alimentos porque senão o mundo passa fome. E é verdade, ela fez quase que um apelo para nós, e esse apelo não é para o governo, é também para o governo, mas muito especialmente para os produtores brasileiros, que não pararam.** Não pararam e vão enfrentar esse novo mundo que nós estamos vivendo, após esse conflito. (Marcos Montes no 21º CBA, ABAG 2022e, s/n, grifo próprio)

A fala de Montes é relevante na medida em que traz uma visão externa sobre a relação entre o agronegócio brasileiro e a segurança alimentar global, que seria reconhecida internacionalmente. O fato de ser exposto que a diretora-geral da OMC fez um “apelo” aos “produtores brasileiros” para que continuem produzindo alimentos, caso contrário “o mundo passa fome”, traz uma legitimidade externa para a associação entre agronegócio e segurança alimentar. Não é o agronegócio que está dizendo que o setor é fundamental para alimentar a população mundial, mas sim a OMC.

Essa fala remonta também ao papel de liderança internacional que o Brasil busca através dessas diversas instituições e organizações internacionais, como a própria OMC, a FAO, ou até mesmo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), no que diz respeito ao papel do agronegócio brasileiro no combate às mudanças climáticas e a construção do Brasil como uma potência agroambiental.

A fala do Governador de São Paulo à época, no 21º CBA, Rodrigo Garcia, também traz pontos importantes para consideração:

Mas algo nos dá certeza, de que o Brasil tem um papel preponderante como produtor de alimentos, e isso não vai mudar. Podemos ter commodities mais altas ou mais baixas do ponto de vista do preço, podemos ter uma série de mudanças no mercado, mas **o alimento continuará sendo a mola propulsora do agronegócio brasileiro.** Então, se o agro foi tão eficiente da porteira para dentro, os governos têm se esforçado para que o agro também seja competitivo da porteira para fora. [...] Quando a gente olha para frente nós temos ainda tantos desafios a serem vencidos, e talvez o principal deles, [...], **a guerra da narrativa, a guerra da comunicação. Uma mentira repetida mil vezes, ela se torna verdade. Se torna verdade por má fé, por interesses econômicos, e o Brasil precisa se unir em relação a essas falsas narrativas.** [...] O Brasil é um país vocacionado para crescer, apesar de tudo e de todos tem avançado, e tem avançado pelo setor produtivo, por aqueles que geram emprego e renda, e principalmente pelo agronegócio, que hoje está no mercado de capitais, a produzir, a gerar emprego, e agora eu não tenho dúvida que é o futuro

presente já no nosso país. (Rodrigo Garcia no 21º CBA, ABAG 2022e, s/n, grifo próprio)

Há, portanto, um destaque recorrente para o papel do Brasil como potência, a partir de seu agronegócio. Nesse caso, como uma potência agroalimentar, o Brasil como um grande produtor de alimentos. Aqui, vale destacar o foco na questão da produção, sem que haja menção aos debates sobre acesso, e na perspectiva global que se dá para o tema da segurança alimentar. O outro ponto que deve ser ressaltado na fala de Garcia no congresso é a menção a uma “guerra da narrativa” e a “falsas narrativas” sobre o Brasil. Esse ponto diz respeito principalmente às narrativas da União Europeia sobre a questão ambiental no Brasil, ponto também destacado por Carvalho e que, como mencionado, está presente ao longo de todo o 21º CBA. Há uma menção constante sobre a pressão e o “boicote” da Europa sobre o Brasil em relação às normas ambientais. Aqui, já é possível perceber a constituição de um “nós”, o agronegócio brasileiro, e um “eles”, a Europa (Laclau; Mouffe, 2001), antagonismo que caracterizará os conflitos delineados no 21ª edição do CBA.

O primeiro painel do congresso dá continuidade aos temas abordados na abertura e traz a segurança alimentar já em seu título, “Geopolítica, Segurança Alimentar e Interesses”. Moderado pelo presidente da ABAG, o painel teve como debatedores Alexandre Parola, representante da Missão do Brasil junto à OMC, Gedeão Pereira, vice-presidente de Relações Internacionais da CNA e Jacyr Costa, presidente do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG). O título e os participantes do painel já são por si só um indicativo de que as discussões serão voltadas para as relações do Brasil no comércio exterior.

O funcionamento deste painel, e dos demais que se seguiram, se deu da seguinte forma: o moderador, Caio Carvalho, fez uma breve introdução sobre o tema do painel. Em seguida, cada debatedor teve cinco minutos, que não foram rigorosamente cumpridos, para fazer sua exposição inicial. Após as três falas iniciais, foi realizado um momento de perguntas e respostas, com perguntas feitas pelo próprio moderador e pelo público. Em sua fala de introdução ao painel, Carvalho deixa clara a visão da segurança alimentar que prepondera durante todo o evento:

[...] O Brasil com praticamente 4 safras recordes, se prepara para mais uma, vamos para 300 milhões de toneladas, e isso acontece em plena ruptura das cadeias de fornecimento globais pela pandemia e guerra, em quadro de insegurança alimentar global, em momento de luta contra mudanças climáticas. Novos conceitos são discutidos, mas giram em torno dos compromissos dos países, de sua postura frente a esses desafios e da necessidade de regras globais, soluções de controvérsias, e condições que estimulem a competitividade. O comércio agrícola é essencial para garantir a segurança alimentar, diversificação de dietas e melhores rendas rurais em muitas regiões. O último relatório da OCDE indica que globalmente o

comércio das principais commodities agrícolas e produtos processados deverá crescer em linha com a produção na próxima década. No entanto, espera-se que algumas regiões exportem uma parcela crescente de sua produção doméstica, por exemplo América Latina e Caribe, Europa e Ásia Central, enquanto outras deverão importar uma parcela crescente de seu consumo total, por exemplo a África Subsaariana. **Essa crescente interdependência entre parceiros comerciais ressalta a importância crítica de um sistema de comércio multilateral que funcione bem, transparente e baseado em regras.** (Luiz Carlos Corrêa Carvalho no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Como é possível perceber na fala de Carvalho, destaca-se o papel do comércio agrícola para a garantia da segurança alimentar. Tal importância, por sua vez, junto à interdependência entre países que precisarão exportar mais de sua produção e aqueles que aumentarão suas importações, trazem para o centro do debate a necessidade de fortalecimento de um sistema de comércio multilateral. A segurança alimentar já é nesse momento associada à garantia de mercados ao agronegócio brasileiro. Nessa linha, o primeiro dos debatedores a fazer sua exposição foi Alexandre Parola, representante do Brasil na OMC.

A fala de Parola no painel foi voltada para os desdobramentos da Conferência Ministerial 12 da OMC (MC-12), que ocorreu em junho de 2022 em Genebra. De acordo com o embaixador, a MC-12 foi realizada em um “contexto de uma volta óbvia da geopolítica”, com o entendimento de que “o equilíbrio internacional é sempre um equilíbrio tênue entre competição e cooperação, que se equilibra a partir seja de hegemonias, seja de construção de regras” (ABAG, 2022e, s/n). Parola faz inicialmente uma breve recapitulação da história da OMC, mencionando sua criação em um contexto de “ilusão do fim da história”, no pós 2ª Guerra Mundial, passando pela incorporação da China à organização, entendida como “a melhor estratégia de contenção” para o aumento da relevância do país à época. Em seguida, menciona a Conferência de Nairóbi, a MC-10, que “mais ou menos decreta o fim da Rodada de Doha”, e a falta de resultados na MC-11, em Buenos Aires (ABAG, 2022e, s/n).

O embaixador aponta que a MC-12 foi marcada, por um lado, pelo interesse norte-americano em uma reforma da OMC. Invocando o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, ele aponta a existência do “paradoxo de Lampedusa” na MC-12, com os Estados Unidos “dizendo que é preciso que tudo mude para que nada mude”. Do outro lado, havia uma potência emergente, a qual ele não cita o nome, “dizendo que é preciso que nada mude para que tudo mude”. Há, ainda, o surgimento de uma 3ª força que teria interesse em desfazer a OMC, conformada por “um conjunto de países que nunca esteve perfeitamente confortável nem com a Rodada Uruguai, menos ainda com a OMC”, e que “acham que esse momento de crise é o momento do que a gente chama de *roll back*, de desfazer compromissos” (ABAG, 2022e, s/n).

Em termos de agricultura, Parola menciona que essa 3ª força, “liderada por uma grande potência emergente que era claramente protecionista”, “se aproveita do momento de crise” para dizer que não abrirá seus mercados, o que, de acordo com o embaixador, significaria “a morte do agro brasileiro” (ABAG, 2022e, s/n). Ele afirma, entretanto, que essas tentativas não foram bem-sucedidas, e que a MC-12 teve um bom resultado, abrindo o caminho para reconstrução de agenda e negociação agrícola. Em nenhum momento de sua fala a questão da segurança alimentar foi mencionada.

É válido lembrar aqui que a Rodada do Uruguai do GATT, mencionada por Parola, foi amplamente influenciada por países exportadores e pelas multinacionais do agronegócio, e teve como desdobramentos o estabelecimento da OMC e do Acordo sobre a Agricultura, ambos em 1995. É a partir dela que a liberalização do comércio agrícola mundial se aprofunda, reduzindo-se as proteções comerciais dos países. Há, portanto, uma preocupação na fala de Parola com forças que tinham interesse em desfazer acordos e compromissos comerciais, o que, na visão do embaixador, seria extremamente prejudicial para o agronegócio brasileiro, já que impactaria as exportações do setor.

Cabe destacar também dois momentos da fala de Parola que deixam claro a influência do agronegócio nas posições do Brasil no cenário internacional. Primeiro, ao falar sobre as discussões que teve durante a MC-12, ele ressalta que é muito grato

[...] ao apoio que você [Caio] me deu, que o setor me deu, as instruções sempre claras e precisas com que eu tive o privilégio de contar do meu ministro, ministro Carlos França, [do] Ministério de Agricultura na pessoa do ministro, foi essencial essa cooperação. (Alexandre Parola durante o 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n)

E, ainda, o final de sua exposição, em que diz que

Os interesses são criados pela realidade. Então é preciso que a realidade esteja muito próxima de nós. E eu concluo isso, quando eu tive a honra de ser sabatinado pelo Senado Federal para essa posição que eu ocupo hoje, eu disse claramente que uma das dimensões essenciais do que a gente faz é a diplomacia pública, esse [referindo-se ao congresso] é o exercício de diplomacia pública, e eu estou muito honrado de estar aqui. (Alexandre Parola durante o 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Parola destaca a importância do agronegócio nas diretrizes para o posicionamento do Brasil nas negociações internacionais. Ao afirmar que “os interesses são criados pela realidade” e que “é preciso que a realidade esteja muito próxima de nós”, parece se referir a importância de que a “realidade” do país, que seria o que criaria os “interesses” e, em decorrência, as demandas do Brasil nas negociações, estejam alinhadas com a “realidade” do agronegócio e, portanto, aos seus interesses e às suas demandas.

A segunda fala do painel foi de Gedeão Pereira, vice-presidente de Relações Internacionais da CNA. Pereira inicia sua fala no congresso destacando a rapidez com que a agricultura nacional avançou. Ele aponta que “a nossa agricultura deve ter começado aí pelos anos 70, não é mais do que isso”, e que somente a partir de meados dos anos 1990 é que “nós começamos a pisar no mercado internacional com alguma envergadura” (ABAG, 2022e, s/n). Ele destaca, portanto, que em um período de cerca de 25 anos o país deixou de ser importador líquido de alimentos para virar exportador líquido de alimentos. Falando sobre o momento atual, ele diz que

O principal programa [da CNA], na minha concepção, que se chama AgroBR, que aí vem no âmago da questão atual, que são as questões ambientais, [...] onde está colocada a nossa grande preocupação, pelas imposições que a Europa [...], interesses, no fundo, que a Europa tende a nos colocar, e nos coibir perante os grandes mercados do mundo, e a nossa grande preocupação na CNA, senhores e senhoras. **E se não continuarmos**, a exemplo do que fez a ministra Tereza Cristina e este presidente Bolsonaro, **abrindo mercados lá fora, nós, produtores rurais brasileiros, vamos morrer soterrados embaixo de montanhas de grãos, montanhas de carnes.** (Gedeão Pereira no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Aqui, ele está se referindo ao programa AgroBR da CNA, que leva embaixadores estrangeiros sediados no Brasil *in loco* para visitar as propriedades rurais brasileiras. Ele menciona que na última missão que havia sido realizada, que contou com onze embaixadores, ficou claro que estão se estabelecendo dois blocos no mundo. Pereira explica que

[...] temos que olhar o seguinte, senhores e senhoras, a Ásia tem 5 bilhões de pessoas, enquanto as Américas têm 1 bilhão e a Europa outro bilhão. A Europa, ricos, não comem uma grama a mais do que quer que seja. A América do Norte idem. Em compensação, **o que vamos fazer com a Ásia, com alguns países crescendo 5, 6, 7% ao ano, com essa demanda monstruosa de alimentos? Então é claro, o Bloco Asiático, preocupado com segurança alimentar, e o Bloco Europeu, preocupado com questões ambientais.** Nós brasileiros, que estamos nesse meio, nessa discussão, centrados, **porque hoje nós somos o maior exportador líquido de alimentos do mundo, sendo que o maior importador líquido de alimentos do mundo é a China,** obviamente, e a China com um crescimento de 6, 7% ao ano, ela coloca uma Argentina por ano na sociedade de consumo, e não é de bebês, são de estômagos adultos, que da noite pro dia passam para a classe média, **e passam a exigir alimentos, e isso temos necessidade, eles tem a necessidade de segurança alimentar.** (Gedeão Pereira no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

A fala de Pereira coloca novamente a preocupação com as imposições da Europa ao Brasil, em especial no que diz respeito à capacidade do país em comercializar a sua produção, caso contrário, os produtores rurais “morreriam soterrados” embaixo de montanhas de grãos e de carnes. Ele aponta a existência de dois blocos, o bloco europeu, que não teria necessidade de aumentar seu consumo de alimentos, e teria como grande preocupação as questões

ambientais. Do outro lado, estaria o bloco asiático, este sim preocupado com a segurança alimentar de sua crescente população, a qual o Brasil teria capacidade de garantir.

Finalmente, o último debatedor a fazer sua exposição no primeiro painel do congresso foi Jacyr Costa, presidente do COSAG. Em sua fala, ele aponta que os conflitos que se iniciaram e os efeitos da Covid-19 mostraram que

[...] a segurança alimentar é muito importante, que a fome aumentou no mundo, e isso para você garantir a segurança alimentar precisa de mais comércio, e comércio [...] não é só você exportar, é também você saber importar, para você facilitar os acordos comerciais, para você fazer a inserção maior do país, que vai precisar. (Jacyr Costa no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Ele ressaltou também a necessidade de se estimular mais a produção regional, citando o Mercosul e a integração dos interesses regionais, afirmando que isso “pode ser também reforçado para garantir a segurança alimentar” (ABAG, 2022e, s/n).

Sobre a seção de perguntas e respostas do painel, gostaria de destacar brevemente um ponto. Em resposta a uma pergunta sobre o risco de medidas protecionistas de países sem passar pela OMC, Gedeão Pereira se refere ao crescimento da agricultura brasileira em tão curto espaço de tempo como a “epopeia de um povo”, aqui novamente reforçando a ideia de uma “Família Brasil”, afirmando que o Brasil continua crescendo, de forma cada vez mais competitiva e com mais expectativa do mundo inteiro. Sobre os embates com a Europa, ele afirma que o posicionamento de embaixadores ingleses durante uma conversa realizada antes da COP-26, parecia “a Inglaterra da época colonial, querendo impor regras ao Brasil”, destacando posteriormente que o problema é a Europa, e não os Estados Unidos (ABAG, 2022e, s/n).

Como ficou evidente até aqui, o grande antagonismo que marcou os debates do 21º CBA foi entre o agronegócio brasileiro (“nós”) e a União Europeia (“eles”) (Laclau; Mouffe, 2001). Em meio a preocupação crescente com relação às mudanças climáticas no mundo, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por um projeto que se traduziu em ações de desmatamento ilegal e outros crimes ambientais, além de resultar em um aumento da violência no campo (Furtado, 2022). Como consequência, houve um aumento do desmatamento na Amazônia, que chegou a um crescimento de 150% durante seus quatro anos de governo (Pajolla, 2023). Esse aumento foi atribuído principalmente à expansão da fronteira agrícola na região amazônica (Girardi, 2022; Pajolla, 2023).

Esse cenário fez com que a imagem do Brasil no exterior fosse afetada, influenciada pelo aumento do desmatamento e pelo tratamento dado aos povos indígenas, em especial no

contexto da crise de Covid-19 e a forma como se deu o seu enfrentamento no país (Furtado, 2022). Em resposta, setores do próprio agronegócio, apesar de apoiarem o governo Bolsonaro, fizeram um esforço de se posicionarem explicitamente contra o seu caráter antiambiental. Isso fica claro, por exemplo, na divulgação, em 8 de julho de 2020, de uma “Carta-Manifesto sobre Desmatamento”, a qual manifestava a preocupação com a acelerada do desmatamento e solicitava que providências fossem tomadas (Furtado, 2022). A carta foi assinada pela própria ABAG, além de outras representantes do setor, como empresas como a Agropalma, a Bayer e a Cargill, associadas à ABAG, e outras associações, como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), esta última também associada à ABAG.

Em meio a esse contexto, quando da realização do 21º CBA, estava sendo discutido no Parlamento Europeu uma proposta que impunha restrições às importações de *commodities* agrícolas que estivessem associadas ao desmatamento em seu país de origem⁶. O primeiro painel do 21º CBA, como pôde ser observado, tinha como foco justamente o debate sobre o comércio agrícola exterior, sendo recorrentemente citada as possíveis imposições da Europa, a partir do entendimento de que elas representariam uma nova forma de protecionismo comercial, disfarçado de uma preocupação com questões ambientais.

Neste cenário, a segurança alimentar, que dá título ao primeiro painel, aparece como um pano de fundo. Em meio às falas em defesa do papel e da importância da OMC na regulação do comércio mundial, da necessidade de regras claras para guiá-lo, a segurança alimentar é mencionada para cumprir um papel de justificação (Boltanski; Chiapello, 2009). Em um momento marcado por um aumento da insegurança alimentar e da fome, não só no Brasil como no mundo, elenca-se o comércio como a chave para a garantia da segurança alimentar. O Brasil, como grande produtor de alimentos, teria um papel fundamental nesse cenário. Assim, a ideia da segurança alimentar como a “missão social” do Brasil permanece presente. Fica evidente ao longo das falas no primeiro painel que há uma preocupação com a dificuldade de exportações do Brasil no cenário geopolítico atual, o que é caracterizado como “a morte do agro do brasileiro”, e que se o Brasil não continuar abrindo mercados, os produtores rurais brasileiros irão “morrer soterrados embaixo de montanhas de grãos, montanhas de carnes”.

Assim, se o contorno dado a um problema determina as soluções que devem ser elaboradas para lidar com ele e os atores que podem intervir para que essas soluções sejam

6 A proposta foi aprovada pelo Parlamento Europeu após a realização do 21º CBA, em dezembro de 2022 (O Globo, 2022).

implementadas (Gilbert; Henry, 2012), elencar o problema da segurança alimentar como uma questão a ser resolvida através do comércio e seu enquadramento a partir de uma perspectiva global justificam as demandas do agronegócio por uma maior abertura comercial, o que beneficiaria as exportações do setor. O foco no comércio exterior e nas discussões a respeito do futuro das relações comerciais entre os países estariam relacionadas ao “bem-estar” não só do Brasil, mas do mundo. A narrativa da segurança alimentar se relaciona, dessa forma, com a garantia de mercado para o agronegócio e a legitimação de suas demandas por abertura comercial e uma maior inserção exterior do país, em contraposição às imposições feitas pela Europa e ao aumento de medidas protecionistas de países, prejudicando as exportações do setor.

É interessante notar que em 1993, quando da criação da ABAG e do lançamento do livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*”, os debates sobre a necessidade de abertura comercial já existiam, sendo apontada a necessidade de o Brasil ter “liderança nas negociações internacionais, para obtenção de condições justas no comércio agrícola internacional e para o fim do protecionismo agrícola das nações desenvolvidas” (ABAG, 1993, p. 158). Além disso, a ideia de que questões ambientais estavam sendo usadas para justificar medidas protecionistas também já estava presentes, ao se mencionar que “o despertar da consciência ecológica” dos países do Hemisfério Norte levaram estes a “fazer uso do mote ecológico como justificativa para impor barreiras à entrada de produtos competitivos em seus mercados, como é o caso dos produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros” (ABAG, 1993, p. 143). À época, conforme mencionado no capítulo anterior, a segurança alimentar foi mobilizada pelo agronegócio como forma de dar suporte a seus pleitos. Em 2022, percebe-se a mesma mobilização do conceito.

Focarei agora no 4º e último painel do evento, intitulado “Agronegócio: Perspectivas 2023/2026”. Moderado por Nilton Leitão, presidente do IPA e consultor da CNA, o painel contou com nomes de peso do agronegócio e da política brasileira. Dentre eles, Alysso Paolinelli (em vídeo gravado), que foi Ministro da Agricultura entre 1974 e 1979, no governo militar de Ernesto Geisel e durante o processo de modernização da agricultura brasileira. Cabe mencionar rapidamente que Paolinelli faleceu em junho de 2023 e, durante o 22º CBA, realizado também em 2023, Caio Carvalho o relembrou como “o comandante da maior iniciativa global para a segurança alimentar” (ABAG, 2023b, p. 10). Além de Paolinelli, participaram Francisco Turra, Ministro da Agricultura entre 1998 e 1999, no segundo governo FHC, Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura entre 2003 e 2006, durante o primeiro governo Lula, e um dos fundadores da ABAG, e Michel Temer, ex-presidente da República.

O painel começou com um vídeo gravado de Alysson Paolinelli, que não pôde estar presente no evento. No vídeo, Paolinelli afirma que nos últimos 40/50 anos o Brasil soube “desenvolver uma nova agricultura tropical, altamente sustentável, competitiva, e que vai resolver o problema da segurança alimentar no mundo” (ABAG, 2022e, s/n). Ele aponta que a agricultura brasileira nunca teve uma oportunidade tão grande quanto terá nos próximos 30 anos, mencionando a projeção de organismos internacionais de que nesse período terão cerca de 10 bilhões de habitantes no mundo. Nesse sentido, ele afirma que o Brasil terá que triplicar sua produção, caso contrário o mundo passará fome. Vale mencionar, também, que ele destaca que quem decide o que é ou não produzido não é o Brasil, mas sim o mercado.

Em seguida, Francisco Turra fez sua exposição no 4º painel do 21º CBA. Da fala de Turra, é válido destacar o seguinte trecho

[...] **E eu digo hoje aqui que cultivar a terra é servir a humanidade.** Por uma razão que hoje ficou muito exposta aqui. **O mundo passa por uma grande crise alimentar. O número de famintos no mundo duplicou de 2016 para cá.** Todos sabem as consequências da guerra, da pandemia e de tudo, **e o Brasil ressurgiu uma grande esperança exatamente no campo alimentar e energético.** Imaginem 180 mercados cativados, é só cultivar. 180 mercados do mundo abertos para o Brasil. O Brasil ganhando maturidade, importância. E veja vocês que nós, hoje, Brasil, estamos exportando para países como a China, a Ásia inteira, dobrando inclusive aquela pressão que passamos com a Europa que não nos compreendia, que até nos boicotou demais. [...] Hoje, de fato, Caio, um dos problemas nossos é a comunicação. Não chegamos a oferecer ao mundo a comunicação que seria importante para nós, **mas alimentos nós estamos exportando.** (Francisco Turra no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Da fala de Turra, gostaria de destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a ideia de que “cultivar a terra é servir a humanidade”. Essa fala simultaneamente desconsidera a forma em que a terra está sendo cultivada e mobiliza-se a ideia de “todos”, a humanidade como homogênea. Em segundo, ao apontar que o mundo passar por uma “grande crise alimentar”, Turra afirma e reconhece essa crise, mencionando inclusive que o número de famintos no mundo aumentou. Entretanto, o agronegócio aparece não como responsável pela crise, mas sim como a sua solução: “o Brasil ressurgiu uma grande esperança”. Há aqui uma construção narrativa do agronegócio brasileiro como solução para a crise alimentar, afastando-o da causa do problema.

O terceiro debatedor a fazer sua exposição no 4º painel foi Roberto Rodrigues. Ele abre sua fala retomando a questão já mencionada da “nova globalização”, destacando por um lado o Ocidente “rico e poderoso”, mas sem lideranças, com a perda do protagonismo de organizações multilaterais como a OMC. Por outro, a Ásia, “poderosíssima”, com liderança da China e estratégias bem definidas. Nesse “novo mundo que se desenha”, o Brasil é um país ocidental

que depende da Ásia para exportações, em especial do agronegócio, uma posição que seria ao mesmo tempo uma oportunidade e um risco. Sobre a segurança alimentar, Rodrigues afirma que

Segurança alimentar não é uma expressão idiomática, segurança alimentar é a única garantia de estabilidade social e política de um país. Onde houver fome, não haverá paz. É o nosso último livro, “Agro é Paz”. E o que aconteceu há poucos dias no Sri Lanka é a prova mais recente desse processo. Um país tomou a decisão política de não usar insumos de origem química, a produção despencou metade, faltou comida, derrubaram o governo. **Ou seja, segurança alimentar é garantia de estabilidade política de uma nação, então não é trivial.** Razão pela qual o terceiro ponto dessa conversa, os países que são importadores, grandes importadores dependentes de alimentos, estão **nesse rearranjo institucional da nova globalização tratando de garantir seu próprio abastecimento, e isso obviamente terá um reflexo no comércio mundial.** O que nos leva finalmente a última consideração que quero fazer, é que **temos aí uma oportunidade gigantesca.** [...] Há um movimento no mundo em busca de autossuficiência. Então **nós temos que trabalhar para garantir o nosso papel, nossa posição** [...] Isso depende de alguns fatores centrais, **uma estratégia que temos que defender.** (Roberto Rodrigues no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

Rodrigues segue para explicar que essa estratégia depende de quatro temas centrais. O primeiro é o investimento em tecnologia e inovação. O segundo, os acordos comerciais, uma vez que “não adianta nada você aumentar a produção de maneira significativa se não tiver para quem vender” (ABAG, 2022e, s/n), sendo essencial fazer acordos comerciais que garantam mercados crescentes ao Brasil. O terceiro, combater as ilegalidades, como “desmatamento ilegal, invasão de terras, incêndios clandestinos, mineração em terras públicas ou indígenas”, pois o agronegócio não pode “deixar que as ilegalidades manchem a agricultura mais competitiva e sustentável do planeta” (ABAG, 2022e, s/n). Aqui, novamente, percebe-se um afastamento do agronegócio no que diz respeito às mudanças climáticas. O agro não como problema, mas como solução. O quarto tema seria a questão da logística e infraestrutura, “como condição essencial para avançar em termos competitivos” (ABAG, 2022e, s/n). Ele ainda ressalta que há 50 anos atrás o Brasil importava 30% do que consumia. Sobre a questão alimentar, Rodrigues finaliza dizendo que

Como foi colocado pelo Alysson e o Turra, **nós temos uma condição notável de ocupar um espaço cada vez maior no cenário da segurança alimentar mundial e, portanto, da paz mundial. Alimentar o mundo é trazer paz para o mundo.** O Brasil tem um papel a jogar nisso aí, mas não é um papel romântico nem teórico, esse papel implica em tecnologia, acordos comerciais, infraestrutura e logística, acabar com ilegalidades e, por último, organizar a classe rural com competência através das cooperativas brasileiras, que são hoje um instrumento formidável de desenvolvimento. **Com isso, meu querido amigo Nilton Leitão, nós vamos ocupar o espaço de campeões mundial da segurança alimentar, e campeão mundial da paz.** (Roberto Rodrigues no 21º CBA, ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio)

O ex-ministro da agricultura e ex-presidente da ABAG argumenta ainda que “não é o agronegócio que vai fazer isso, não somos nós agricultores que vamos fazer isso”. Ele segue para explicitar a importância da cidade para o campo, destacando o papel das universidades, dos bancos, das seguradoras, das empreiteiras, dos supermercados e dos advogados para concluir que

Então, eu dependo da cidade para plantar e para sobreviver na outra ponta de modo que, eu produtor rural, nós produtores rurais, não existimos sem a cidade. E a cidade morre de fome e nua sem nós. **Portanto, cidade e campo são dois pedaços do mesmo corpo, o corpo do Brasil, e é esse corpo que todos juntos podemos fazer ser campeão mundial da paz, todos nós.** (Fala de Roberto Rodrigues no 21º CBA, ABAG, 2022e, grifo próprio)

Roberto Rodrigues é uma das figuras mais proeminentes do agronegócio brasileiro, e foi um dos responsáveis, junto a Ney Bittencourt de Araújo e outros, pela criação da ABAG em 1993. Em suas falas, conforme exposto, afirma que a segurança alimentar é a única garantia de estabilidade política de um país, a associando à garantia da paz. Há quatro pontos a serem ressaltados aqui. Em primeiro lugar, a associação entre segurança alimentar e estabilidade do país já havia sido levantada em 1993. Enquanto em 1993 a segurança alimentar é associada principalmente à estabilidade econômica do país, na medida em que seria a garantia de seu desenvolvimento sustentado e do sucesso de uma estratégia de crescimento econômico (ABAG, 1993), em 2022, Rodrigues a associa à estabilidade social e política: “onde houver fome, não haverá paz”.

Em segundo lugar, ao afirmar que a segurança alimentar é a garantia de paz mundial e que o Brasil tem a oportunidade de ocupar um espaço cada vez maior no cenário da segurança alimentar mundial, através do aumento da produção e da expansão do comércio, conclui-se que o Brasil tem a capacidade de ser o “campeão mundial da paz”. Essa afirmação amplia a retórica a respeito da “missão social” do agronegócio. A “responsabilidade social” do agronegócio não diz mais somente à garantia do bem-estar do Brasil, mas do mundo. O setor torna-se o responsável por garantir a paz mundial, através da garantia da segurança mundial.

Em terceiro, Rodrigues delineia a estratégia que deve ser seguida para que o Brasil possa alcançar esse potencial, baseada em quatro temas: tecnologia e inovação, acordos comerciais, infraestrutura e logística, e o fim das “ilegalidades”. Novamente, os temas prioritários ao agronegócio são elencados como essenciais para garantia da segurança alimentar mundial. Dessa forma, a estratégia delineada por Rodrigues para que o Brasil garanta sua posição como “campeão mundial da segurança alimentar” dependeria da adesão aos pleitos do setor. Aqui, a ideia do combate às ilegalidades parece cumprir um papel de disputa narrativa, de forma a se

contrapor às críticas que são postas ao agronegócio, especial em face à imposição de restrições por parte da Europa, conforme já mencionado.

Finalmente, em quarto lugar, destaca-se o esforço feito por Rodrigues em reforçar a dimensão sistêmica do agronegócio, a ideia da “Família Brasil”. Para isso, ele faz questão de ressaltar a interdependência entre campo e cidade, apontando que são “pedaços do mesmo corpo, o corpo do Brasil”. Esse movimento é importante na medida em que cumpre um papel de posicionar os interesses do agronegócio como interesse público. Retira-se a ideia do agronegócio como um campo restrito, passando-se para os “produtores rurais” de forma mais geral, que por sua vez dependem da cidade, e vice-e-versa.

A última fala das exposições iniciais do 4º painel foi do ex-presidente Michel Temer. De sua fala, destaca-se a defesa da multilateralidade e de sua importância para a relação entre os países e principalmente para o agronegócio. Ele afirma que em suas viagens para falar sobre o Brasil, investidores estrangeiros querem falar sobre o país porque querem investir nele, e que querem investir no agronegócio, porque “na cabeça deles, o agronegócio é tão importante para o Brasil, que se eles vierem para cá investir também nessa área [...] isto pode dar-lhes significativo lucro” (ABAG, 2022e, s/n). Ele reforça também a ideia de que o agronegócio é a grande sustentação do PIB brasileiro: “os outros setores podem falhar, mas o agronegócio prospera” (ABAG, 2022e, s/n). Finalmente, Temer aponta a necessidade de se apoiar a iniciativa privada, o que por sua vez significaria dar cada vez mais financiamentos adequados para o agronegócio. Ele destaca que isso não significa falar apenas “dos grandes produtores rurais, mas até a agricultura familiar, ela tem um significado extraordinário” (ABAG, 2022e, s/n).

É possível perceber nas falas do 4º painel o estabelecimento de uma relação entre o aumento da fome no mundo, o crescimento da população do planeta e a capacidade do Brasil em produzir mais e exportar mais. O Brasil seria, dessa forma, o responsável por “resolver o problema da segurança alimentar no mundo”, ressurgindo como “uma grande esperança” no campo alimentar, capaz de se tornar o “campeão mundial da segurança alimentar”. Entretanto, é reforçado que esse potencial só será realizado a partir de um esforço para melhorar as relações comerciais do país, expandindo o comércio internacional brasileiro, e a partir da adesão a uma estratégia que tem o agronegócio em seu centro.

A garantia da segurança alimentar é novamente atrelada à expansão da capacidade de exportação do agronegócio, a partir da abertura de novos mercados para o setor. Assim como no primeiro painel, relaciona-se a segurança alimentar global diretamente com a capacidade do

Brasil em comercializar a sua produção. O aumento da fome no mundo e as projeções de crescimento da população mundial servem para legitimar as demandas do agronegócio em termos de expansão do comércio e do posicionamento que o Brasil deve ter nas negociações internacionais.

Finalizadas as exposições iniciais do painel, abriu-se para as perguntas. A primeira pergunta do público feita aos debatedores foi indagando sobre o fato de que “com os recordes de produção de safra de grãos, o quebra-cabeças para suplantarmos a fome no Brasil, não conseguimos montá-lo. Então, onde estão os elos perdidos desse complexo quebra-cabeça alimentar?” (ABAG, 2022e, s/n). Ressalta-se que, até o momento da pergunta, feita no último painel do evento, não havia sido mencionado em nenhum momento a questão da segurança alimentar e da fome no Brasil de forma específica. As falas foram todas direcionadas para a capacidade do país em assegurar a segurança alimentar global, sem que houvesse uma menção à questão interna do país.

Enquanto Turra destacou a falta de subsídios ao agronegócio brasileiro como um problema, tanto Rodrigues quanto Temer reforçaram que o problema da fome no Brasil não é um problema do agronegócio, na medida em que o setor cumpriria o seu papel de fornecer alimentos:

Essa pergunta [...] é uma pergunta que eu escuto todo dia, vindo da mídia, vindo de fora do Brasil. Como é possível essa contradição, um país que aumenta a produção, exporta para 200 países do mundo inteiro [sic], e tem uma própria população passando fome? E a resposta é dolorosa, mas é verdade. **O agro faz o seu papel, que é produzir. O mercado depende de oferta e demanda. A oferta o agro faz. A demanda, ela é determinada pelo poder aquisitivo da população, que foi brutalmente sacrificado pela pandemia, pelo desemprego, hoje com milhões e milhões de pessoas desempregadas no Brasil, e a solução para isso é uma só: geração de emprego, emprego e renda.** O governo fez a sua parte, com programas sociais que mitigam minimamente esse problema dramático que é a fome, mas não há outra solução definitiva que não seja geração de emprego e renda. Isso é investimento. Mais ou menos o que o presidente Temer falou, tem investidores estrangeiros que querem vir para cá? Vamos fazer rodovia, ferrovia, porto, armazém, vamos fazer casa, vamos fazer construção civil, que gera emprego na veia. Isso, traz renda, melhora o consumo. (Roberto Rodrigues no 21º CBA; ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio).

[...] Agora, o **problema é mais um problema social, não é um problema do agronegócio. É um problema de políticas governamentais e problema da pobreza, que não data de hoje.** Mais do que pobreza, talvez a miserabilidade, que é um grau abaixo da pobreza, né. Mas acho que os governos, pouco a pouco, vão tentando solucionar essa questão, volto a dizer, que **não é uma questão do agronegócio, é uma questão de medidas governamentais** (Michel Temer no 21º CBA; ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio).

Como é possível perceber, em ambas as falas há uma desresponsabilização do agronegócio no que tange o aumento da fome no país e uma transferência da responsabilidade para o governo. A responsabilidade do agronegócio seria somente para com a produção de

alimentos, a qual o setor cumpre. É pertinente destacar que há embutida nessas falas duas desassociações. A primeira delas é entre agronegócio e Estado. Conforme argumentado no capítulo anterior, o agronegócio não somente exerce influência sobre o Estado, como participa ativamente de sua construção. Nesse sentido, associar o agronegócio exclusivamente à oferta de alimentos e vincular o acesso a um problema de medidas do governo para aumento de renda e redução de desemprego não leva em consideração que o próprio agronegócio atua diretamente na definição e na construção de políticas e medidas de governo. Um exemplo é o papel da FPA na votação de reformas determinantes para o Brasil, como a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

Essa mesma desvinculação pôde ser percebida também durante a entrevista realizada com Caio Carvalho, presidente da ABAG. Por um lado, Carvalho (2024) ressaltou a importância de, “pelo peso e relevância” que o agronegócio tem para o Brasil, haver uma “menor volatilidade com políticas públicas mais equilibradas”, de forma que então “a gente começa a discutir outras políticas públicas todas que dizem respeito a isso, como a questão da segurança jurídica, que é um marco fundamental que o Brasil ainda tem que ter” (Carvalho, 2024, s/n). Nesse sentido, ele destaca o papel da ABAG em estar atenta às políticas públicas, mencionando sua participação na diretoria do IPA para debater e direcionar os posicionamentos do setor. Por outro lado, ao ser questionado sobre como a ABAG enxerga e responde às críticas de segmentos da população e de movimentos sociais ao agronegócio em relação à segurança alimentar, ele apontou que

É, a nossa posição é que nós temos que trabalhar a causa, não a consequência. Digamos assim, como eu falei a você, quando você percebe da evolução brasileira, se você for olhar os índices econômicos, faz 40 anos que o Brasil anda de lado basicamente. O Brasil anda de lado, portanto o *gap* entre ricos e pobres continua muito grande, a gente continua batendo na consequência e não na causa. Muitas políticas vão na consequência e não na causa. **O agro tem como base importante e fundamental ser competitivo, estar presente nos mercados, levar alimentos de boa qualidade, [...] ser viável a preços baixos.** Exemplo, se você olhar a cesta brasileira de alimentos ela caiu em preços reais, o que é realmente o papel do agro essencial fazer isso, e nós fizemos. **Agora, não é papel do agro desenhar as políticas públicas econômicas que levam, ou que levaram, ou que continuam levando, a um *gap* tão grande, que faz com que os mais pobres não tenham acesso a comida, não tenham recursos para comprar. Isso não é um, não é, digamos assim, a causa não é o agro. Isso é a consequência de uma causa de política pública muito malfeita, que há 40 anos não consegue trazer resultados ao país.** (Carvalho, 2024, s/n, grifo próprio)

Ele apontou, ainda, que

Nós tivemos recentes governos que mexeram na matriz econômica e quase quebraram o país. Então a gente não consegue se ajustar, nós estamos estourando um problema de déficit fiscal, outra vez. E a culpa de quem é? Do cara que produz arroz no Rio Grande do Sul? Então a ABAG procura mostrar ao

governo que nós temos que equilibrar a política. Aplaudimos quando nós temos responsabilidade fiscal, quando nós temos políticas públicas que mostram com índices claro que nós temos tido ganhos efetivos na realidade econômica do país, **mas o nosso papel essencial é não apontar só isso, mas de fato estar trazendo digamos queda no preço, no custo real de commodities agrícolas, ganhos da balança comercial, esse é o nosso grande papel.** (Carvalho, 2024, s/n, grifo próprio)

Como é possível perceber, ao mesmo tempo em que Carvalho (2024) aponta que o agronegócio cumpre um papel importante na discussão de políticas públicas, destacando a participação da ABAG nas reuniões do IPA para definir os posicionamentos do setor, ele diz que não é papel do setor desenhar políticas públicas relacionadas a questões de emprego e renda. Identifica-se, nesse sentido, uma estratégia de delimitar o que seria ou não papel do agronegócio na definição de políticas públicas, com base em seus interesses.

A segunda desassociação presente nas falas de Rodrigues e Temer no momento de perguntas e respostas do 4º painel do congresso, e nas falas de Carvalho (2024), diz respeito a relação entre agronegócio e questões sociais que estejam para além da produção de alimentos em si. Isto é, no que tange a segurança alimentar, a responsabilidade do agronegócio é com a produção de alimentos. A questão do acesso no debate, ainda que seja reconhecida, é desvinculada do setor, sendo associada a um problema de renda e de geração do emprego, o que seria responsabilidade do governo.

Entretanto, conforme exposto anteriormente, o processo de modernização conservadora da agricultura foi caracterizado por um processo de exclusão de parte relevante da sociedade brasileira, com os ganhos sendo distribuídos de forma desigual, levando a um processo de aumento do desemprego no campo e do êxodo rural, aumentando de forma rápida e não planejada a quantidade de moradores nas cidades. Nesse sentido, as próprias condições que resultaram na conformação do agronegócio foram baseadas em um modelo que produz e reproduz desigualdades.

Em entrevista realizada para este trabalho, Renata Gadelha, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Paraná, deixa claro como essa relação se perpetua atualmente:

Da mesma forma que o pequeno ou o médio agricultor, ele precisa estar sempre expandido para se manter aquele básico de renda de sobrevivência, o grande também. Ele também precisa expandir suas terras, e a gente sabe que essa expansão de terra ela não é bonitinha, ela não é favorável, ela não é amigável. Tanto que a gente tem aí o Marco Temporal, a gente tem aí as queimadas, a gente tem aí o desmatamento, a gente tem aí a violência no campo, né? [...] E aí, nesse sentido, a gente pode adentrar: tá, é um problema social, como é que a gente resolve esse problema social no nosso país? Se a gente tem uma expulsão cada vez maior do campo, com esse modelo que eles vêm trazendo. E a gente não vai falar nem dessa apropriação das terras dos agricultores, a gente vai falar desse modelo que faz com que os próprios agricultores queiram sair do campo. Eles não precisam nem ser expulsos e mortos, a gente tem um modelo que já expulsa eles, para eles não conseguirem se manter. Para além disso, a

gente tem essa expulsão com violência. E aí, como é que a gente faz com essa população que vai para a cidade, que não tem nada para oferecer praticamente a não ser essa força de trabalho, para trabalhar nas questões mais precárias possíveis, ou nem ter trabalho nenhum? Então esse processo do inchaço das cidades e da diminuição da população no campo, como é que a gente resolve o problema social com esse modelo que está aí, que o agronegócio está cada vez mais expandindo e fortalecendo, né? (Gadelha, 2024, s/n, grifo próprio)

O Movimento de Mulheres Camponesas é um movimento de mulheres no campo e que faz parte da Via Campesina. Criado oficialmente em 2004, o MMC é resultado da articulação de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais espalhados pelo Brasil que existem desde a década de 1980. Ana Claudia Rauber, também do MMC do Paraná, em entrevista realizada para esta dissertação, ressalta ainda que, somada à saída voluntária e à expulsão das famílias do campo mencionadas por Gadelha (2024), há um impacto na própria produção das pequenas propriedades, que acabam tendo sua produção inviabilizada pela contaminação por sementes transgênicas e agrotóxicos, seja direta ou indiretamente. Para além desse impacto, há também uma questão de alteração na produção desses pequenos agricultores, que muitas vezes acabam se inserindo no modelo de produção do agronegócio:

Não sei se pela comodidade, por essas influências externas, muitas famílias deixam de produzir essa diversidade, vamos dizer, de mandioca, batata doce, feijão, arroz, tudo quanto é coisa que faz parte do consumo ali do dia a dia né, deixa de produzir para, vamos dizer, plantar a soja, vamos dizer que seja a que é em maior, assim, maior quantidade. [...] **E essa é uma realidade também que está acontecendo muito, das pessoas mudarem o próprio modo de fazer agricultura, é outro modelo né, então você tira toda a diversidade e se coloca monocultura, inclusive nas pequenas propriedades, essa é uma realidade que é, como eu falei né, além da questão da força de trabalho mesmo, a questão da comodidade, que se torna tudo mais fácil, menos trabalhoso, mas também tem a questão do próprio sistema né, de como que estão sendo construídas as políticas públicas, quem faz financiamento, mesmo do Pronaf. [...] Então assim, o próprio sistema, as próprias políticas públicas, elas já meio que direcionam a forma com que vai ser feita a plantação,** então por isso que eu digo assim, que é bem, é bem complexa a realidade que nós estamos vivendo hoje, da questão do envelhecimento, a diminuição da força de trabalho. (Rauber, 2024, s/n, grifo próprio).

Essas mudanças, como aponta Rauber (2024), impactam o consumo alimentar dessas famílias, que reduzem a diversidade de sua produção para plantar monoculturas e acabam tendo que se inserir no mercado para comprar sua comida. Assim, a própria mudança na base produtiva das famílias altera o acesso que elas têm à alimentação. Se antes elas tinham capacidade de produzir diversidade para seu autoconsumo, a alteração no modo de produção transforma seus hábitos alimentares.

As falas de Renata Gadelha (2024) e Ana Claudia Rauber (2024) explicitam como o próprio modelo do agronegócio é responsável por perpetuar desigualdades que perduram e se reproduzem até hoje. Nesse sentido, o movimento de querer retirar a responsabilidade do

agronegócio sobre o problema da insegurança alimentar do país, na medida em que esta seria somente uma questão de acesso e que a responsabilidade do agronegócio seria somente com a produção de alimentos, deve ser problematizado. Ainda que tomemos como válida a ideia de que a oferta de alimentos existe no Brasil, isto é, de que não faltam alimentos para serem consumidos internamente, não se pode desvincular a própria produção de alimentos da problemática do acesso a eles. O modelo de produção de alimentos que existe hoje no Brasil, voltado para a produção em larga escala de monoculturas e para a exportação de *commodities*, representa também um modelo de sociedade, influenciando em questões como quais as relações sociais que são construídas, como se ocupa o espaço urbano e o espaço agrário, como se dão as relações com a terra e com a natureza, qual a relação da população com a alimentação, entre outros tantos aspectos. Não é possível, dessa forma, desvincular o modo de produção que o agronegócio impõe a questões que impactam diretamente o acesso à alimentação e a segurança alimentar da população brasileira.

Ainda nas perguntas e respostas do 4º painel do 21º CBA, houve outra pergunta sobre o paradoxo entre o Brasil como grande produtor de alimentos enquanto há milhões de brasileiros convivendo com a fome. A pergunta foi feita pela mesma pessoa que realizou a anterior, mas desta vez indagando sobre o olhar do mundo para essa questão. As respostas dos debatedores seguiram no mesmo caminho das anteriores, mas alguns pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, Rodrigues reforça que é necessário geração de emprego, para que se tenha renda permanentemente, mas destaca também que para tal é preciso que haja uma inserção internacional do Brasil, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros, “sobretudo na construção civil, porque isso tem resultado imediato em termo de geração de empregos e, portanto, de renda” (ABAG, 2022e, s/n). Seguindo na mesma linha, Temer afirma que são perguntas de difícil resposta, mas que é necessário ter políticas públicas de geração de emprego e que tragam capital estrangeiro para o país. Turra, por sua vez, apontou que

Acho que não há atividade que preste tanto bem, que faça tanto bem ao social quanto o agro. [...] E o grande exemplo foi dado na pandemia. Quem adentrou num supermercado na pandemia, via as gôndolas cheias. Não é só o que nós exportamos, mas é o que estava aqui. [...] O Brasil trabalhou, é um exemplo que o Brasil dá ao mundo e naturalmente isso tem um reflexo social muito grande.
(Francisco Turra no 21º CBA; ABAG, 2022e, s/n, grifo próprio).

Sobre o argumento trazido por Turra de que não faltavam alimentos nos supermercados durante a pandemia, gostaria de trazer outra fala de Gadelha (2024) que expõe a problemática dessa colocação:

E outra questão que é muito importante da gente questionar e pensar, enquanto sociedade é, ah, tá, a gente tem o alimento no supermercado, mas que alimento que é esse? Qual é a qualidade desse alimento? Porque se a gente pensa na potencialidade da produção dos camponeses, qual é a quantidade de variedade de feijões que está na mão dos camponeses. Se a gente pega as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas, que estão nesse processo de resistência e de resgate da recampesinidade e das sementes crioulas, todo esse trabalho aí de vários anos, a gente pega uma camponesa, ela vai ter 10 variedades de milho, 10 variedades de feijão, uma camponesa. Aí você pega a outra, vai ter mais 10. Então a gente, dentro do universo da agricultura camponesa, são centenas de diversidades de feijão, a população não tem consciência disso. **E cada feijão com um nutriente diferente, com um sabor, com uma possibilidade culinária, de cultura, de saberes, de histórias, de ancestralidade, que isso não está no supermercado, a gente não tem liberdade de escolher o que a gente quer comer.** A gente vai comer, se a gente tiver dinheiro, aquele feijão cheio de veneno. [...] Quais são as possibilidades de escolha que eu tenho, a gente não tem liberdade de escolha. **A gente nem sabe qual é a potencialidade de escolhas possíveis que existe no mundo, de diversidades, que isso é limitado e tirado de nós por conta de um agronegócio que está focado apenas na exportação de commodities etc.** (Gadelha, 2024, s/n, grifo próprio)

Em consonância, Rauber (2024) aponta a perda na diversidade alimentar gerada pelo modelo de produção do agronegócio, e as mudanças nos hábitos alimentares que ocorrem quando famílias que anteriormente produziam uma variedade grande alimentos passam a se inserir no modelo de produção do agronegócio:

Na verdade, é o discurso que eles tem que fazer as mentes e os corações, né, mas na verdade o que é produzido é essas commodities, essas monoculturas, que a maior parte vai para exportação, e se for pegar, de milho, soja, vai para exportação, para a Europa, para a China e para outros países, e de alimento mesmo assim não é produzido o alimento em si, né, e tem a questão que a gente observa nesses últimos anos é a perda da diversidade alimentar. **Se for ver, antigamente se produzia muito mais diversidade, se tinha muito mais coisas para alimentação, e hoje já reduziu bastante, porque as monoculturas diminuem essa diversidade, essa riqueza de alimentação, se for ver até mesmo onde tinha umas áreas naturais, de frutas nativas, tudo isso é substituído pra colocar uma monocultura,** e quando se acaba com a pequena unidade familiar, isso acaba com muita diversidade, porque ali vai ter a casa, vai ter a horta, vai ter o pomar, vai ter os animais, e quando se substitui isso por uma monocultura acaba com toda essa diversidade. (Rauber, 2024, s/n, grifo próprio).

Como eu falava antes né, quando você reduz a diversidade para o plantio, para uma monocultura, também se transforma a questão dos hábitos alimentares. Então hoje em dia a gente vê de pessoas que vivem no campo e que se dedicam só para, tem várias coisas, se dedicam ou para a soja, ou para a produção de leite, mas elas se dedicam para aquela atividade. E aí vão no mercado e compram de tudo. Às vezes vão comprar até mandioca, ou às vezes não tem nem uma cebolinha, não tem nem um tempero. E aí tem que vir tudo de fora. [...] **E aí uma coisa assim que também as pessoas quando acabam com essa diversidade, elas vão no mercado e elas também não vão comprar tudo aquilo que elas antigamente produziam ou que elas teriam ali acessível para consumir, lá no mercado vão comprar mais os produtos industrializados, né, vão comprar essa questão das comidas mais prontas, então também assim a questão da própria dieta alimentar não vai ser a mesma coisa, né, além de não consumir toda essa diversidade, vai consumir muito mais processados e esses ultra processados, porque muitas vezes a pessoa não vai lá comprar muitas frutas, verduras e tudo mais. Vai achar que são coisas mais caras, então vai optar pelo que é mais barato.** [...] Então assim, quando você transforma, quando você muda esse modo, esse modelo de produção, há uma

transformação muito grande na própria dieta alimentar também dessa família. Então **ela deixa de consumir muita coisa, deixa de produzir, e quando ela vai para o mercado ela não vai comprar aquelas coisas que antes ela produzia.** (Rauber, 2024, s/n, grifo próprio).

As falas deixam claro que, para além de não ser possível desassociar o modo de produção e os determinantes do acesso da população aos alimentos, é importante questionar também sobre quais alimentos estão sendo produzidos e disponibilizados para a população brasileira, e quem os produz. Em 2006, quando foram divulgados os dados do Censo Agropecuário, disseminou-se a ideia de que 70% da alimentação dos brasileiros provinha da produção familiar, que seria a responsável pela maior parte da produção de alimentos como o feijão, a mandioca, batata-doce, couve-flor, o leite de vaca, entre outros (Torres, 2023).

Em 2017, o Censo Agropecuário mostrou não somente uma redução nos estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, como também mostrou que estes perderam sua participação na produção de alguns alimentos importantes como arroz, feijão e mandioca. Entretanto, esses dados podem ser questionados, na medida em que questões como o envelhecimento da população rural e o empobrecimento dessas famílias fazem com que outras fontes de renda que não a agricultura se tornem a principal fonte de renda da família, como a aposentadoria e empregos fora do campo. Essa mudança faz com que essas famílias não entrem mais na classificação de agricultura familiar (Torres, 2023).

Se olharmos não para a agricultura familiar, mas sim para os pequenos estabelecimentos rurais, com menos de 200 hectares, percebe-se que estes ainda são responsáveis por parte significativa da produção de alimentos como o feijão, a mandioca e o leite de vaca (Torres, 2023). Mais ainda, as propriedades com até 20 hectares, que representavam somente 5% da área total dos estabelecimentos, eram responsáveis pela maior parte da produção de alimentos como morango, rabanete, pepino, couve, alface, abobrinha, berinjela, entre outros.

Em contrapartida, propriedades com mais de mil hectares, que ocupam quase metade da área total de estabelecimentos, eram responsáveis pela produção principalmente de *commodities*, como a cana-de-açúcar, a soja, e o milho, além de alimentos muito exportados pelo Brasil, como melão e laranja (Torres, 2023). Não obstante, também eram responsáveis por parcela relevante de alimentos que ficam para o consumo interno, como arroz, batata-inglesa e cenoura.

Ainda assim, é importante lembrar que a produção nos estabelecimentos familiares é limitada pela quantidade de terra disponível, devido a alta concentração de terras no Brasil, e pela dificuldade em conseguir crédito, conforme apontado por Ana Claudia Rauber (2024), ao mencionar que as próprias políticas públicas direcionam a forma com que a produção irá

acontecer. Além disso, Rauber (2024) e Gadelha (2024) mencionam também o problema do envelhecimento e esvaziamento do campo, seja pela expulsão dessa população ou pela saída voluntária dos jovens que vão procurar outros horizontes, com melhores perspectivas de renda e de futuro.

Junto à alteração nos modos de produção da própria agricultura familiar, que acabam se incorporando no modelo de produção do agronegócio, esses fatores influem para uma redução na diversidade alimentar da população brasileira, que se soma a um aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e processados. Esse aumento se dá em parte pelo fato de que tais produtos, além de serem mais práticos e de preparo mais rápido que alimentos *in natura* ou minimamente processados, são muitas vezes mais baratos. Em 2022, por exemplo, o preço de alimentos *in natura* subiu mais do que dos processados ou ultraprocessados (Souza, 2023). Ainda, ao passo em que há um aumento na área plantada de soja, que deve chegar a cerca de 45 milhões de hectares na safra 2023/24, aumento de 28,8% em relação a safra de 2017/18, há uma redução na área plantada de alimentos como o arroz e feijão, que reduziram 20,6% e 20,5%, respectivamente, em relação a safra de 2017/18 (CONAB, 2024). Nesse sentido, é necessário não somente analisar o acesso que as pessoas têm aos alimentos no que diz respeito à garantia da segurança alimentar, mas quais alimentos estão disponíveis para a população, o que está sendo produzido e como.

O discurso do agronegócio brasileiro sobre a segurança alimentar é um discurso que escolhe direcionar seu foco para a questão da produção dos alimentos. Baseando-se em projeções sobre o aumento da população mundial e a consequente necessidade de aumento da produção mundial de alimentos, uma perspectiva neomalthusiana, o agronegócio brasileiro traz para si não só a responsabilidade como a possibilidade de “alimentar o mundo”. O setor se afasta, assim, da responsabilidade do problema da fome, se colocando como a sua solução. Para isso, a questão do acesso aos alimentos, ainda que seja reconhecida, é desvinculada do setor.

Conforme apontado por Renata Gadelha (2024), trata-se de uma visão reducionista e fragmentada da realidade, que se esquece, deliberadamente, da complexidade do sistema. Não é possível, portanto, pensar a produção sem pensar as formas com que o modelo produtivo vigente impacta a realidade. A “missão social” que o agronegócio se impõe é uma que pensa a partir de uma visão de segurança alimentar global, tirando a atenção dos efeitos que essa perspectiva e a forma de produção que ela implica trazem para a realidade brasileira. Conforme apontado por Rodrigo Garcia durante o 21º CBA, “uma mentira repetida mil vezes, ela se torna verdade” (ABAG, 2022e).

Não se trata, dessa forma, somente de um modelo de produção de alimentos, mas um modelo de produção de sociedade, de uma forma de se entender e de se construir as relações sociais. A questão da soberania alimentar, como um conceito construído em diálogo e em resposta ao de segurança alimentar, entra aqui. Não é somente a quantidade de alimentos, e nem somente a questão do acesso também, mas sim da

[...] possibilidade de autonomia dos povos produzirem seu próprio alimento. Da produção de um alimento diversificado que está conectado com a sua cultura, que está conectado com a sua história, com a sua ancestralidade, com a sua autonomia de poder alimentar a sua comunidade e o seu país. Aí tem até uma frase aqui, né? Eu estava vendo aqui, assim, “um povo que não produz seu alimento é um povo dominado e desapropriado de seus valores, costumes, ritos e ancestralidade”. Então, assim, o povo que a gente não produz mais o feijão, a gente está importando o feijão. A gente está falando de uma qualidade de feijão. Um povo que não produz seu próprio, arroz, né? Que não produz a sua diversidade alimentar. A gente está se desprovendo da nossa cultura, das nossas bases. Então o que somos nós, o que seremos nós, se a gente se mantém nesse discurso que alimento é só quantidade, mas não é qualidade, e não é essa autonomia da gente produzir os nossos alimentos a partir das práticas que tem uma relação diferenciada com a natureza, com o ambiente, e outras relações sociais também, né? Entra toda aquela discussão da reciprocidade, [...] das relações de troca que não é uma ligação só de objetos, mas de valores e de princípios entre as pessoas. Então, para além de uma questão mecânica e material, a gente está falando de produção de relações sociais, como que a gente quer se relacionar enquanto sociedade, enquanto seres humanos, com a natureza e entre nós mesmos, e isso está dentro do dessa discussão, da soberania alimentar. Não é só produção de alimento é produção de cultura, é produção da humanidade. De nós enquanto seres humanos, que seres humanos a gente quer produzir, né? Que laços a gente quer criar? De individualismo, de competitividade, de cada um por cima do outro ou de cooperação, de solidariedade, de uma construção coletiva, para um mundo melhor, não? (Gadelha, 2024, s/n, grifo próprio)

A ABAG foi criada em 1993 a partir da necessidade de uma nova forma de representação para o então chamado *agribusiness*. A preocupação da entidade era inserir as prioridades do setor na agenda política brasileira, construindo uma estratégia de desenvolvimento para país. À época, o tema da segurança alimentar ocupava um lugar prioritário nas discussões públicas e começava a ocupar espaço também nas pautas do governo, e foi incorporado pela ABAG como forma de justificar sua atuação e a priorização do agronegócio na política do país (Boltanski; Chiapello, 2009).

Em 2022, a segurança alimentar permanece sendo mobilizada pelo setor para legitimar e justificar a necessidade de se eleger as demandas do agronegócio como demandas da sociedade brasileira, a transmutação dos interesses privados em interesse público. Se em 1993 havia um destaque para a questão do acesso, ainda que vinculada à produção, em 2022 vemos uma retirada da responsabilidade do agronegócio no tema. O foco do 21º CBA foi a necessidade de integração e de se abrir novos mercados para o Brasil, ampliando o comércio agrícola do

país, com uma preocupação constante sobre a capacidade de exportação do agronegócio brasileiro, de forma a escoar sua produção.

Há ao longo do congresso a determinação de um “nós”, o Brasil, representado pelo agronegócio brasileiro, e um “eles”, a União Europeia, devido às restrições e imposições feitas por esta ao país, com base nas preocupações com as mudanças climáticas, que seriam utilizadas para justificar o protecionismo desses países. A segurança alimentar é mobilizada, nesse contexto, para ressaltar o potencial do país em garantir a segurança alimentar global e a necessidade que o mundo teria do aumento da produção e da comercialização de produtos agrícolas do país, devido a sua grande competitividade, recorrentemente citada. Essa capacidade justificaria a necessidade de abrir os mercados às exportações do agronegócio brasileiro e as críticas às imposições feitas pela Europa ao país.

Ao desvincular o problema do acesso à alimentação do setor, o agronegócio foca no que seria o seu papel para a segurança alimentar, o de produzir alimentos. A garantia do acesso, por sua vez, seria responsabilidade dos governos, a partir de políticas de geração de emprego e renda. Assim, não se levam em consideração determinantes mais profundos das condições que permitem à população o acesso a uma alimentação adequada, nem a influência e o papel do agronegócio e de seu modo de produção nesses determinantes.

CONCLUSÕES

Esta dissertação teve por objetivo compreender a construção da narrativa alimentar do agronegócio brasileiro, pautada no conceito de segurança alimentar global, investigando como o setor utiliza o conceito para legitimar sua agenda política. Optou-se por realizar a análise a partir de um estudo de caso Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em especial no que diz respeito à realização do 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) em 2022.

O primeiro objetivo específico desta dissertação foi analisar a construção do conceito de segurança alimentar internacionalmente, a partir de sua associação com o debate sobre desenvolvimento, e sua inserção nacional. Popularizada principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a segurança alimentar foi conformada a nível internacional a partir da atuação de organizações como o Banco Mundial, a ONU e a FAO. Essas organizações foram responsáveis por estabelecer uma agenda política global, de forma que passaram a ser promovidas políticas em nome do “desenvolvimento” ao redor do mundo com base em concepções específicas sobre distintas questões, entre elas a segurança alimentar. Passou a se estabelecer, a partir de então, uma associação entre segurança alimentar, crescimento econômico e comércio agrícola. Esse processo foi também fortemente influenciado pelas corporações do agronegócio, principalmente dos países do Norte, que, ao passo em que se beneficiavam da construção de uma noção de segurança alimentar que ia ao encontro aos seus interesses, foram também atores fundamentais em sua na consolidação.

No caso brasileiro, entretanto, a construção da segurança alimentar teve forte influência de setores da sociedade civil que reivindicavam o tema e lutavam pela construção de um projeto político democrático-participativo para o tratamento da problemática da fome. Nesse sentido, a segurança alimentar estava sendo mobilizada por um polo antagônico ao caracterizado pela hegemonia da agricultura patronal, sendo articulada em uma cadeia discursiva que reivindicava uma outra forma de se conceber a questão agrícola e alimentar do país, associando-a a outras demandas como a reforma agrária, a soberania alimentar e por outros modelos de produção de alimentos como a agroecologia.

O segundo objetivo específico deste trabalho foi compreender o contexto e as formas através das quais a segurança alimentar foi mobilizada pelo agronegócio brasileiro quando do início da conformação deste setor, com a criação da ABAG em 1993. O agronegócio se conforma como tal no Brasil a partir da constatação do potencial da atuação conjunta de diferentes setores da agricultura patronal, que havia sido evidenciado com a atuação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) no âmbito da Constituinte de 1988, da mobilização

para a divulgação do conceito de *agribusiness* no Brasil e da disputa pela hegemonia patronal. Nesse cenário, a ABAG surge tendo a prioridade de elaborar uma proposta de desenvolvimento para o Brasil que colocasse o agronegócio em seu centro, e de construir uma retórica de legitimação para o setor perante a opinião pública e o Estado. Esta última era baseada em dois pilares: a mobilização de dados macroeconômicos, que demonstrariam o peso e a importância do agronegócio para o país, e a segurança alimentar.

Em um contexto de mobilização da segurança alimentar por setores da sociedade civil brasileira que criticavam o modelo de desenvolvimento social e econômico vigente, pautado em uma agricultura capitalista e associado aos setores patronais da agricultura, a ABAG incorpora a pauta da segurança alimentar em sua narrativa, com o lançamento do livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*” no mesmo ano de sua fundação. A entidade objetivava dessa forma legitimar sua atuação nas discussões sobre a agenda política do país, elencando a segurança alimentar como a “principal responsabilidade social do agronegócio”, que assumia então um papel estratégico a serviço do bem comum.

O enfoque que a ABAG imputava à segurança alimentar era um que entendia que a sua viabilização só poderia ser efetivada através do fortalecimento do setor. Destacava-se que a construção de uma política de segurança alimentar era essencial para o desenvolvimento do país, uma vez que seria substancial para o seu crescimento econômico. Tal política, entretanto, só seria bem-sucedida se fossem resolvidos os “gargalos” da cadeia produtiva do agronegócio. Assim, havia um esforço de definir as demandas do setor como sendo de interesse público.

Ainda que a dimensão da oferta de alimentos fosse o foco principal, reconhecia-se a importância do acesso aos alimentos, frente à incorporação do tema nos debates sobre a segurança alimentar no início dos anos 1980. Tal inclusão significou uma inflexão importante, na medida em que se passou a entender que o problema não estava mais puramente na produção de alimentos em si, ou sua falta, mas na capacidade das famílias e das pessoas em acessarem esses alimentos. Essa inflexão impactou o principal argumento utilizado pelos agronegócios, principalmente do Norte global à época, que justificava a necessidade de se aumentar cada vez mais a produção e a produtividade. Foi necessário, a partir de então, uma readaptação nas narrativas desses setores sobre a fome e a segurança alimentar.

Na visão da ABAG, a ampliação do acesso se daria a partir do aumento do poder aquisitivo da população, alinhando-se ao debate internacional sobre o conceito. Isto é, uma visão que associava a insegurança alimentar dos países à pobreza e à renda e apontava o comércio como principal forma de garantir a segurança alimentar. Definida em termos de

mercado, essa concepção sobre a segurança alimentar foi construída a partir da atuação de agências internacionais como Banco Mundial, OMC, ONU e FAO, e teve forte influência das corporações do agronegócio do Norte global.

A partir de meados dos anos 2000, houve uma redução na capacidade dos atores do agronegócio em agenciar o conceito de segurança alimentar no contexto nacional, ainda que o termo não tenha saído completamente do vocabulário do agronegócio. Por um lado, o Censo Agropecuário de 2006 havia apontado a agricultura familiar como responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos internamente no país. Por outro, havia se consolidado no Brasil uma estrutura democrático-participativa para as políticas relacionadas à segurança alimentar ao longo do governo de Luís Inácio Lula da Silva. A partir desse momento, o agronegócio passa a mobilizar a segurança alimentar em um enfoque global, dando destaque para a importância das exportações do setor, o que se alinhava à crescente liberalização do comércio internacional.

Finalmente, o terceiro objetivo específico desta dissertação foi analisar como a segurança alimentar é utilizada atualmente pelo agronegócio, a partir de seu agenciamento no Congresso Brasileiro do Agronegócio da ABAG. Em anos recentes observou-se um aumento do agenciamento do conceito pelo setor, em especial com o aumento da fome e da insegurança alimentar e com o início da pandemia de Covid-19 em 2020. Nesse contexto, em 2022, ano de eleições significativas para o país, em que o debate sobre a fome aparecia como tema central na agenda política do candidato Luís Inácio Lula da Silva, foi realizado o 21º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), promovido pela ABAG, edição em que o termo segurança alimentar apareceu mais vezes nos Anais dos congressos. Dentre as formas de atuação da ABAG, os CBAs se destacam por sua relevância para o agronegócio e por contarem com a participação de uma ampla variedade de atores, sendo entendidos como um espaço de consolidação do discurso do setor.

Intitulada “Integrar para Fortalecer”, a 21ª edição do congresso destacou a necessidade de integração das cadeias produtivas, tanto interna quanto externamente, e da defesa da multilateralidade, tida como essencial para o Brasil, especialmente para o agronegócio. Percebe-se no evento a delinação de um antagonismo caracterizado por um “nós”, o Brasil, na figura de seu agronegócio, e um “eles”, a União Europeia. Esse antagonismo é marcado, principalmente, pela preocupação com a possibilidade de boicotes e sanções por parte da Europa ao agronegócio brasileiro, devido às questões ambientais. Há um entendimento de que se trataria de um protecionismo comercial disfarçado em forma de defesa ambiental.

Nesse sentido, há um reforço constante da necessidade de se abrir mercados ao Brasil e de se firmar novos acordos comerciais. A segurança alimentar aparece como uma justificativa para tais demandas. Frente a um cenário de aumento da fome no mundo, elenca-se o comércio agrícola como essencial para garantia da segurança alimentar global. Com um foco estreitamente ligado à produção de alimentos para a segurança alimentar, destaca-se o papel do Brasil como grande exportador e as projeções de organismos internacionais de que a produção de alimentos deverá crescer nos próximos anos, a fim de garantir a alimentação de uma crescente população mundial. Novamente, os temas prioritários ao agronegócio são elencados como essenciais para a garantia da segurança alimentar mundial.

A ideia da segurança alimentar como “missão social” do agronegócio brasileiro é, portanto, mantida e reforçada, com foco em uma perspectiva global. O foco no comércio exterior e nas discussões a respeito do futuro das relações comerciais entre os países estariam relacionadas ao bem-estar não só do Brasil, mas do mundo. Mais do que isso, essa retórica é ampliada, ao afirmar-se que a segurança alimentar é a garantia da estabilidade política e social de um país. Assim, o Brasil teria o potencial de, através do seu agronegócio, se tornar campeão mundial não somente da segurança alimentar, mas também da paz.

No que diz respeito à dimensão do acesso para garantia da segurança alimentar, retira-se a responsabilidade do agronegócio. A visão do setor é de ele que cumpre o seu papel de fornecedor de alimentos. O problema do acesso seria determinado pelo poder aquisitivo da população e, portanto, uma responsabilidade do governo através da construção de políticas públicas de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo em que se reconhece o problema da segurança alimentar no Brasil, o setor se afasta de sua causa, que seria o acesso.

Implícito a esse enfoque, encontram-se duas desassociações. A primeira é entre as formas de produção de alimentos e as questões sociais de um país. Em 1946, ao lançar seu livro “A Geografia da Fome”, Josué de Castro já denunciava a fome como um fenômeno social, decorrente de sistemas econômicos, políticos e sociais. A própria modernização da agricultura brasileira, processo fundamental para a conformação do agronegócio como existe hoje, excluiu parte relevante da sociedade brasileira, com seus ganhos sendo distribuídos de forma desigual. Esse processo levou a efeitos como o aumento da concentração de terras, a desterritorialização de comunidades tradicionais, a expropriação de terras, o aumento do desemprego no campo e o êxodo rural. Priorizou-se a conformação de uma agricultura capitalista, baseada na produção em larga escala de monoculturas, com uso intensivo de tecnologias e insumos e voltada para a exportação de *commodities*.

A forma de produção de alimentos associada ao agronegócio tem, portanto, consequências diretas sobre questões mais profundas de reprodução social, configurando um modelo que é responsável por produzir e reproduzir desigualdades até os dias de hoje. Isso se reflete, por exemplo, em um contínuo crescimento da concentração de terras no Brasil, no aumento da população urbana, devido a expulsão ou saída voluntária do campo, que não encontra condições dignas de trabalho e vida nas cidades, e de mudanças no padrão de produção de pequenos agricultores, que, ao se inserirem no modelo produtivo do agronegócio, deixam de produzir para seu autoconsumo e precisam se introduzir no mercado para ter acesso aos alimentos.

A segunda desassociação diz respeito às relações entre agronegócio e Estado. O setor aponta que a garantia do acesso à alimentação seria responsabilidade deste último, através da geração de emprego e renda por parte dos governos. Entretanto, esse movimento oculta a ideia de que o agronegócio está, também, no Estado. Exclui-se o fato de que o setor participa ativamente do Estado, definindo suas prioridades e suas agendas políticas. O agronegócio, portanto, não somente exerce influência sobre o Estado, como está envolvido em sua construção, seja através de sua atuação a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), de sua presença em órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de sua influência no judiciário, entre outros.

O movimento de representantes do agronegócio em querer retirar do setor a responsabilidade pelo acesso, na medida em que cumpririam o seu papel de produzir os alimentos, ignora esses pontos. Conforme colocado por Renata Gadelha (2024), trata-se de uma visão reducionista e fragmentada da segurança alimentar, que opta por ignorar as interligações entre o modelo de produção de alimentos e o modelo de sociedade associado a ele: quais as relações sociais que são construídas, como se ocupa o espaço urbano e o espaço agrário, como se dão as relações com a terra e com a natureza, qual a relação com a nossa alimentação. Nesse sentido, o agronegócio constrói e defende uma estrutura político-social-econômica de produção de alimentos que tem consequências profundas não somente sobre a distribuição e o acesso aos alimentos, mas também sobre a sua qualidade e diversidade, e sobre o tipo de sociedade que se constrói em função dele.

Tratar a segurança alimentar a partir de uma perspectiva global possibilita que as questões internas do país sejam analisadas por uma lente que as afastem do agronegócio. Se o problema da segurança alimentar no Brasil é uma questão de acesso, a qual não é

responsabilidade do setor, o problema da segurança alimentar global ainda depende do aumento da produção. Não se discute, entretanto, que produção é essa. Quais alimentos estão sendo produzidos, como e por quem, e nem como essa produção, conforme já argumentado, afeta diretamente quem pode e consegue acessar tais alimentos.

O agronegócio reconhece e afirma a existência de problemas no mundo, mas constrói narrativas que o afasta das causas desses problemas e o coloca como solução. Há um destaque para o papel de liderança que o Brasil poderia alcançar, seja na questão alimentar, a partir da ideia do Brasil como potência agroalimentar, mas também relacionado a outros temas, como energia ou clima e meio ambiente. Reforça-se que esse protagonismo será alcançado através da atuação do agronegócio, que precisa então ocupar um lugar central nas políticas e negociações do país. Há também um esforço de homogeneização da sociedade, a partir dos princípios e interesses do agronegócio, a ideia de uma “Família Brasil”, colocada pela ABAG já em 1993. Constrói-se a ideia de que não seria o agronegócio que alcançaria esse potencial, mas sim o Brasil, o que beneficiaria toda a população brasileira. Ou, ainda além, de que o Brasil é o seu agronegócio, e vice-versa.

O agronegócio brasileiro constrói e mantém sua hegemonia político-econômica atuando em diferentes frentes e a partir de distintos instrumentos e estratégias de legitimação e dominação. Seja a partir de sua influência e presença nas esferas públicas de poder, na mídia, no conhecimento, com sua presença nas universidades e em centros de pesquisa. Constrói-se um consenso de que o agronegócio é o setor que move a economia do país, e de que ele é a solução para problemas relevantes não só para o Brasil, mas para o mundo. Nesse cenário, diferentes conceitos foram, são e serão mobilizados pelo setor a fim de justificar e legitimar sua atuação e reforçar sua hegemonia. A segurança alimentar é um deles, conforme analisado neste trabalho. Entretanto, dependendo do contexto, outros conceitos emergem. O meio ambiente e as mudanças climáticas são um exemplo, havendo um esforço para se posicionar o agronegócio como a solução para essas questões, principalmente em meio às críticas ao país e ao setor.

Este trabalho abre possibilidades para se olhar com maior atenção as formas com que o agronegócio brasileiro se apropria do debate sobre a segurança alimentar, construindo seu próprio conceito, e como podemos analisar a questão de uma forma que não a reduza a um debate sobre produção versus acesso, entendendo que ambos estão intrinsecamente ligados. Enquanto aqui se olhou para a narrativa do agronegócio a partir da ABAG, buscando entender como a segurança alimentar é mobilizada como forma de justificar os interesses e a agenda política do setor, seria interessante analisar como outros representantes deste grupo utilizam o

termo, sejam outras entidades representativas, ou mesmo latifundiários, empresas nacionais e grandes corporações multinacionais. Olhar como a segurança alimentar se conecta a outros debates, como a segurança energética e, principalmente, a questão ambiental, também se mostra relevante.

Mais ainda, seria importante olhar como essas narrativas se traduzem nos territórios. Como latifundiários e empresas que mobilizam o termo como forma de legitimação atuam nos territórios em que estão presentes e as interligações entre essa atuação e os distintos condicionantes da segurança alimentar da população que ali vive. Ainda além, se atentar para questões como a violência e os conflitos no campo, a expulsão das famílias de suas terras, a imposição de uma forma de produção. Faz-se necessário um olhar que considere não somente a capacidade dessas pessoas em ter acesso aos alimentos que necessitam para sobreviver, mas como o modelo produtivo do agronegócio impacta e determina a construção de uma forma de sociedade que em si condiciona a capacidade de se ter segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

ABAG — Associação Brasileira do Agronegócio. **Segurança alimentar**: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: ABAG, 1993.

_____. **Caderno de 20 anos**. São Paulo: ABAG, 2013. Disponível em: <https://ABAG.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-20-anos-revisões-grafica-min.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **16º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2017**. São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em: <https://ABAG.com.br/16-congresso-brasileiro-do-agronegocio/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **18º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2019**. São Paulo: ABAG, 2019. Disponível em: <https://ABAG.com.br/congresso-brasileiro-do-agronegocio-2020-tera-como-tema-central-agro-momento-decisivo/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **19º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2020**. São Paulo: ABAG, 2020. Disponível em: <https://ABAG.com.br/licoes-para-o-futuro-confira-os-anais-2020/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **20º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2021**. São Paulo: ABAG, 2021. Disponível em: <https://ABAG.com.br/9394-2/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. Segurança alimentar e o papel do Brasil. **Agrishow Digital**. 06 de dezembro de 2022a. Disponível em: <https://digital.agrishow.com.br/colunistas/seguranca-alimentar-e-o-papel-do-brasil>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Relatório de Atividades 2022**. São Paulo: ABAG, 2022b. Disponível em: <https://ABAG.com.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-de-atividades-2022-ABAG-comprimido.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **IEAG**. Site online. 2022c. Disponível em: <https://ABAG.com.br/ieag/>. Acesso em março de 2023.

_____. **21º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2022**. São Paulo: ABAG, 2022d. Disponível em: <https://ABAG.com.br/integrar-para-fortalecer-anais-2022-congresso-brasileiro-do-agronegocio/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Congresso Brasileiro do Agronegócio 2022 | Integrar para Fortalecer**. São Paulo: Youtube, 01 de agosto de 2022. Vídeo (9h 39m 56s). 2022e. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Aryu18LjoEM&t=31041s>>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **30 anos: três décadas pelo desenvolvimento do agronegócio brasileiro**. São Paulo: ABAG, 2023a. Disponível em: <https://ABAG.com.br/livro-retrata-as-tres-decadas-de-contribuicao-da-ABAG-para-o-desenvolvimento-do-agro-brasileiro/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **22º Congresso Brasileiro do Agronegócio – Anais 2023**. São Paulo: ABAG, 2023b. Disponível em: <https://ABAG.com.br/brasil-agro-inovacao-e-governanca/>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Associadas**. ABAG, site online. 2024. Disponível em: <https://ABAG.com.br/associadas/>. Acesso em janeiro de 2024.

ADOUE, S. B.; MALCHER, M. Pantanal e as encruzilhadas do Brasil. **Outras Palavras**. 25 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pantanal-e-as-encruzilhadas-do-brasil/>>. Acesso em fevereiro de 2024.

AGÊNCIA FPA. Segurança alimentar e força da agricultura marcam discursos da posse de Tereza Cristina. **Agência FPA**. 21 de fevereiro de 2018. Disponível em <<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2018/02/21/seguranca-alimentar-e-forca-da-agricultura-marcam-discursos-da-posse-de-tereza-cristina/>>. Acesso em janeiro de 2024.

AGRO AGENDA. Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA). **Agro Agenda: Eventos**. 2022. Disponível em: <https://agroagenda.agr.br/event/congresso-brasileiro-do-agronegocio-cba/>. Acesso em janeiro de 2024.

AGROFY NEWS. Novela “Terra e Paixão” recebe críticas de defensores do agro. Redação, **Agrofy News**. 11 de maio de 2023. Disponível em: <https://news.agrofy.com.br/noticia/201549/novela-terra-e-paixao-recebe-criticas-defensores-do-agro>. Acesso em fevereiro de 2024.

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T.; LINES, R.; SILVA, L.; LINHARES, I. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 433–470, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2320>.

ALVES, S. **Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira**. O Joio e o Trigo, Cultura Alimentar. 15 de março de 2022. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/>. Acesso em março de 2023.

BALBINOT, G. Em prol da segurança alimentar mundial. **Revista do SuiSite**, n. 6, p. 24-26, dezembro 2022.

BANCO MUNDIAL. *Address to the Board of Governors by Robert S. McNamara, President, World Bank Group*. Nairobi, Quênia: Set. 1973.

_____. *Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1986.

BASSI, B. S. **O Agro não é verde**: como o agronegócio se articula para parecer sustentável. Grupo Nacional de Assessoria: FASE, out. 2022.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. R. Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BRAND, U.; DIETZ, K.; LANG, M. Neo-Extractivism in Latin America. One Side of a New Phase of Global Capitalist Dynamics. **Ciencia Política**, 11(21), 125-159. 2016.

BRASIL. **Lei no 11.346**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 set. 2006.

BRASIL DE FATO. **Lobby do agronegócio se organiza para “fiscalizar” material escolar**. Brasil de Fato, Geral. 10 Maio 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar>>. Acesso em 8 Maio 2023.

BRUNO, R. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Ed. Universidade Rural, 1997.

_____. **Movimento Sou Agro**: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: Encontro Anual da ANPOCS, 36º, 2012, Aguas de Lindóia. Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs: GT 16 – Grupos Dirigentes e Estrutura de Poder. Águas de Lindóia: Anpocs, 2012. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2>>. Acesso em 29 abr. 2023.

_____. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 461-502, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_09_fpa/. Acesso em fevereiro de 2024.

_____. O Processo de Construção da Hegemonia do Agronegócio no Brasil: Recorrências Históricas e *Habitus* de Classe. **Trabalho Necessário**. v. 20, nº 41, 2022.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da alimentação e nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1), p. 63-72, 2011.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. Soberania alimentar – dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo In: TADDEI, J. A.; LANG, R. G. F.; LONGO-SILVA, G; TOLONI, M. H. A. (Orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, p. 457-469, 2011.

CANFIELD, M.; ANDERSON, M. D.; MCMICHAEL, P. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, p. 661552, 13 abr. 2021

CAPPELLIN, P.; GIFFONI, R. As Empresas em Sociedades Contemporâneas: a Responsabilidade Social no Norte e no Sul. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 419-434, Set./Dez. 2007.

CARVALHO, L. C. C. **Entrevista concedida à Marina Lobo Gibson para dissertação de mestrado**. 31 de janeiro de 2024.

CASTRO, J. **Geografia da fome** (O dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Exportação do Agronegócio 2020**. São Paulo: CEPEA-ESALQ/USP, 26 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_2020.pdf/ Acesso em: 4 abril 2023.

_____. **Exportação do Agronegócio 2021**. São Paulo: CEPEA-ESALQ/USP, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_1_sem_2022\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_1_sem_2022(1).pdf)>. Acesso em: 4 abril 2023.

_____. **Exportação do Agronegócio 2022**. São Paulo: CEPEA-ESALQ/USP, 2023. Disponível em: [https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_jan-dez_2022_02\(1\).pdf](https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_jan-dez_2022_02(1).pdf). Acesso em janeiro de 2024.

CHÃ, A. M. de J. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina (TerritoriAL). São Paulo, 2016.

CLAPP, J.; MOSELEY, W. G. This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 7. p. 1393-1417, 2020.

CNA – CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Sistema CNA/Senar lança manifesto “Alimentar é Construir o Futuro”**. CNA: Brasília, 27 de maio de 2021. 2021a. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/sistema-cna-senar-lanca-manifesto-alimentar-e-construir-o-futuro>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **Sistema CNA/Senar apresenta estudo “Alimentar é Construir o Futuro” ao Instituto Pensar Agropecuária**. CNA: Brasília, 06 de julho de 2021. 2021b. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/sistema-cna-senar-apresenta-estudo-alimentar-e-construir-o-futuro-ao-instituto-pensar-agropecuaria>. Acesso em janeiro de 2024.

_____. **O que esperamos dos próximos governantes**: 2022. Brasília: CNA, 2022

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira**: Grãos, Safra 2023/24, 4º levantamento, v. 11, n. 4, Janeiro 2024. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em janeiro de 2024.

CONTINI, E.; ARAGÃO, A. **O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas**. Embrapa, 2021.

COUTINHO, C. N. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em: <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=209>. Acesso em fevereiro de 2024.

DAGNINO, E. Civil society in Latin America: Participatory citizens or service providers? In: MOKSNES, H.; MELIN, M. (eds) **Power to the people?** (Con-)tested Civil Society in Search of Democracy. Uppsala Universitet, Uppsala: 2010.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Nyéleni Village**, Sélingué, Mali, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>>.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. **Saúde Amanhã: Textos para Discussão** 83. 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52128>>.

EMBRAPA. **6º CBA discute barreiras externas, meio ambiente e infra-estrutura**. Embrapa, Notícias. 15 de agosto de 2007. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18015404/6-cba-discute-barreiras-externas-meio-ambiente-e-infra-estrutura>. Acesso em janeiro de 2024.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. 1996. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Roma%20sobre,%2C%20nacional%2C%20regional%20e%20mundial>> Acesso em 18 abr. 2023.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Leticia Mei. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2022.

FLEXOR, G. et al. Transformações na Agricultura Brasileira e os Desafios Para A Segurança Alimentar e Nutricional no Século XXI. **Saúde Amanhã: Textos para Discussão** n. 82. 2022.

FURTADO, F. P. **Em nome do clima: instituições e práticas na ambientalização das finanças no Brasil**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2015.

FURTADO, F. P. As “crises” e as estratégias de legitimação do neoextrativismo no Brasil. In: ACSELRAD, H. (org.). **Neoextrativismo e Autoritarismo: afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

GADELHA, R. **Entrevista concedida à Marina Lobo Gibson e à Priscilla Papagiannis para dissertação de mestrado**. 04 de janeiro de 2024.

GALINDO, E. et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILBERT, C.; HENRY, E. La définition des problèmes publics: entre publicité et discrétion. **Revue française de sociologie**, Vol. 53, p. 35-59, 2012.

GIRARDI, G. Sob Bolsonaro, desmatamento atinge bolsões antes preservados na Amazônia e no cerrado. **Folha de São Paulo**, 14 de agosto de 2022. Planeta em Transe. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/sob-bolsonaro-desmatamento-atinge-bolsoes-antes-preservedos-na-amazonia-e-no-cerrado.shtml>. Acesso em janeiro de 2024.

GRISA, C. et al. **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

HEINISCH, C. Soberanía alimentaria: un análisis del concepto. In: HIDALGO, F.; LACROIX, P.; ROMÁN, P. (Eds.). **Comercialización y Soberanía Alimentaria**. Quito: SIPAE, p. 11-35, 2013.

HEREDIA, B. et al. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25 (74), 2010.

HOWARTH, D. Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación. **Studia Politicæ**, n. 5, p. 37-88, outono 2005.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil**. Brasília, mar. 2002.

JAROSZ, L. The Political Economy of Global Governance and the World Food Crisis: The Case of the FAO. **Review (Fernand Braudel Center)**, Vol. 32, No. 1, p. 37-60, 2009

JESSOP, B. The State and State-Building. In: RHODES, R.; BINDER, S.; ROCKMAN, B. **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford-UK: Oxford University Press, 2006. pp. 111-132.

LACERDA, E. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Institucionalização dos Interesses do Empresariado Rural no Brasil. **Ruris**, v. 5, n. 1, p. 183-207, março 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**: towards a radical democratic politics. 2nd ed. London; New York: Verso, 2001.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE, S. P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias, **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, 4 (7), 2019.

LERRER, D. F. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do agronegócio e de consagração de seus agentes. **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 1, p. 273–304, 2020.

MALUF, R. S. Política dos alimentos e participação social no Brasil: alcances de um campo contra-hegemônico. In: SCHUBERT, M. N., TONIN, J., SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública**. Recurso eletrônico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 61-88, 2023.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Fiocruz. Rio de Janeiro, 2013.

MAPA — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Exportações do agronegócio batem recorde em dezembro e no ano de 2021**. 13 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021>>. Acesso em: 4 abril 2023.

MARQUES, P. E. M. de. **Segurança Alimentar: a Intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no Campo de Disputa e Produção Ideológica**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: 1996.

MCMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. 2nd ed. Thousand Oaks, Calif: Pine Forge Press, 2000.

_____. Food Security and Social Reproduction: Issues and Contradictions. In: BAKKER, I.; GILL, B. (eds.). **Power, Production and Social Reproduction: Human In/security in the Global Political Economy**. New York: Palgrave MacMillan, p. 169-189, 2003.

_____. Global development and the corporate food regime. In: BUTTEL, F.; MCMICHAEL, P. (eds.). **New Directions in the Sociology of Global Development**. Research in Rural Sociology and Development, v. 11, p. 269-303, 2005.

_____. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, janeiro de 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354.

_____. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Rugby, UK: Practical. Action Publishing. 2014.

MCMICHAEL, P.; SCHNEIDER, M. Food Security Politics and the Millennium Development Goals. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 119–139, 2011.

MENDONÇA, S. R. de. A Hegemonia do Agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. **Espaço Plural**, ano XII, n. 24, p. 26-37, 1º Semestre 2011. ISSN 1518-4196.

MENDONÇA, S. R. de; OLIVEIRA, P. C. F. ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, p. 169-184, jun-set. 2015, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Na newsletter: Código Florestal completa uma década de fracasso. 16 de maio de 2022a. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/na-newsletter-codigo-florestal-completa-uma-decada-de-fracasso/>. Acesso em fevereiro de 2024.

_____. Código Florestal completa 10 anos sob ameaça de mais anistias. 25 de maio de 2022b. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/codigo-florestal-completa-10-anos-sob-ameaca-de-mais-anistias/>. Acesso em fevereiro de 2024.

O GLOBO. União Europeia fecha acordo para proibir importações agrícolas de áreas desmatadas. **O Globo**, Bruxelas, 06 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/parlamento-europeu-aprova-proibicao-de-importacoes-agricolas-de-areas-desmatadas-brasil-pode-sofrer-restricoes.ghtml>. Acesso em janeiro de 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 26 jun. 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>>. Acesso em 12 abr. 2023.

PAJOLLA, M. Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon. **Brasil de Fato**, Lábrea, 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon#:~:text=Entre%202019%20e%202022%2C%20durante,aumento%20foi%20de%20quase%20150%25>. Acesso em janeiro de 2024.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87–108, dez. 1989.

PATEL, R. The Long Green Revolution. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 1, p. 1–63, 2013.

POMPEIA, C. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, p. e3510410, 2020a.

_____. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 56, p. 195–224, 2020b.

_____. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. Uma etnografia do Instituto Pensar Agropecuária. **Mana**, v. 28, n. 2, p. 1-33, 2022.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, Curitiba, Vol. 57, p. 175-198. 2021.

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 168. 2015.

PURCHIO, Luísa. **Como a agropecuária foi o único setor que cresceu durante a pandemia.** Veja, 1 set. 2020. Economia. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/como-a-agropecuaria-foi-o-unico-setor-que-cresceu-durante-a-pandemia/>>. Acesso em 4 abril 2023.

RAUBER, A. C. **Entrevista concedida à Marina Lobo Gibson para dissertação de mestrado.** 09 de janeiro de 2024.

REDE PENSSAN. **I VigiSAN – I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Pandemia de Covid-19.** Brasília: 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

REDE PENSSAN. **II VigiSAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Pandemia de Covid-19.** Brasília: 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em janeiro de 2024.

RODRIGUES, R. (ORG). **Agro é Paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo.** Piracicaba: ESALQ, 2018.

SACHS, W. **On the archaeology of the development idea.** New Delhi: JAC Trust, 1991.

SALATI, P. **Agropecuária foi o único setor que cresceu no PIB de 2020; entenda.** G1, 03 mar. 2021. Agro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/03/03/agropecuaria-foi-o-unico-setor-que-cresceu-no-pib-de-2020-entenda.ghtml>>. Acesso em: 4 abril 2023.

SANTOS, A. B. et al. **Financeirização da Agricultura e da Terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo.** Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2022.

SCHANBACHER, W. D. **The politics of food: the global conflict between food security and food sovereignty.** Santa Barbara, Calif: Praeger Security International, 2010.

SHAW, D. J. **World food security: a history since 1945.** Basingstoke [England] ; New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SILVA, S. S. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação.** Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SOBREIRA, V. “Uma vergonha”: substitutos do Bolsa Família e do PAA devem ter impacto negativo no Nordeste. **Brasil de Fato.** Pernambuco. 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/09/16/uma-vergonha-substitutos-do-bolsa-familia-e-do-paa-devem-ter-impacto-negativo-no-nordeste>. Acesso em fevereiro de 2024.

SOUZA, F. 'Salgadinho é mais barato que fruta': subsidiados no Brasil, ultraprocessados causam 57 mil mortes no país, diz estudo. **G1.** 03 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/03/03/salgadinho-e-mais-barato-que-fruta-subsidiados-no-brasil-ultraprocessados-causam-57-mil-mortes-no-pais-diz-estudo.ghtml>. Acesso em janeiro de 2024.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo, S.P: Editora Contexto, 1990.

TAVARES, Maria Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., (eds). **Celso Furtado: a esperança militante** (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 203-227. Disponível em: https://www.uepb.edu.br/download/documentos/documentos_2020/Celso-Furtado-a-esperanca-militante-Volume-1.pdf.

TORRES, R. De onde vem a comida do seu prato? **O Joio e o Trigo**, Agronegócio. 28 de junho de 2023. Disponível em: < <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/06/saiba-de-onde-vem-sua-comida/>>. Acesso em janeiro de 2024.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Address**. Washington, D.C., 1949. Disponível em: <<https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>>. Acesso em 12 abr. 2023.

TURTELLI, C. Com escalada de fome no Brasil, governo destrói programa alimentar. Uol. Política. Brasília, 06 de junho de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em fevereiro de 2024.

VIA CAMPESINA. **Declaração de Mons**. Maio 1993. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/mons-declaration/>>. Acesso em 17 abr. 2023.

_____. **Via Campesina strongly condemns Doha declaration**. 15 nov. 2001. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/via-campesina-strongly-condemns-doha-declaration/>>. Acesso em 17 abr. 2023.

_____. **Uma Cúpula em perigo! A Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU de 2021**. Dez. 2020. Disponível em: <<https://www.cartadebelem.org.br/uma-cupula-em-perigo-a-cupula-de-sistemas-alimentares-da-onu-de-2021/>> Acesso em 18 abr. 2023.

_____. **La Via Campesina: the global voice of peasants**. Via Campesina, 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em janeiro de 2024.

WALLACH, L.; WOODALL, P. **Whose trade organization? a comprehensive guide to the WTO**. New York: New Press, 2004.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Doha Ministerial Declaration**. WTO: Novembro 2001. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/ddec_e.pdf. Acesso em Janeiro de 2024.

ZIMMERMANN, S. **A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – democracia, participação e decisão política**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2011 (Tese de Doutorado)